UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
NÍVEL MESTRADO

PABLO SILVA LIRA

INSTÂNCIAS URBANAS E VIOLÊNCIA
Uma Análise Dialética no Município de Vitória - ES

VITÓRIA
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PABLO SILVA LIRA

INSTÂNCIAS URBANAS E VIOLÊNCIA
Uma Análise Dialética no Município de Vitória - ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Nível Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.
Orientadora: Prof. Drª. Eneida Mendonça

VITÓRIA
2009

PABLO SILVA LIRA[1]

INSTÂNCIAS URBANAS E VIOLÊNCIA
Uma Análise Dialética no Município de Vitória - ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Nível Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Drª. Eneida Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

_____

Prof. Dr. Cláudio Zanotelli
Universidade Federal do Espírito Santo

_____

Prof. Dr. Edésio Fernandes
Lincoln Institute of Land Policy (EUA) / Institute for Urban Development and Housing Studies (HOL)

[1] Especialista em Conservação Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil, aperfeiçoado em Planejamento e Design Urbano pela Universidade de Cergy-Pontoise - França, possui Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil e é formado em Geomática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Brasil.

Ao meu pai e à minha mãe, epítomes das virtudes humanas, e à minha esposa, essência da minha vida.

À charmosa cidade de Vitória, capital deste estado santo, e à Guarapari, cidade bela por natureza.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna admiração e gratidão a Deus, que escreve minha história e me norteia.

Ao meu ídolo Jesus Cristo, pela sua perfeição humana e celestial.

Aos meus pais, José Lira e Jacira Augusta, pelo esforço, dedicação, incentivo, atenção e, sobretudo, pela educação exemplar.

À minha esposa, Renata Lira, eterno amor. Sem você não poderia concluir este trabalho.

Minha enorme gratidão à amiga professora Eneida Mendonça, orientadora desta pesquisa, que acreditou em meu trabalho dando-me apoio intelectual.

Aos professores Cláudio Zanotelli e Edésio Fernandes, pelas essenciais contribuições e reflexões que tornaram possível a conclusão desta pesquisa.

Aos meus irmãos e demais familiares.

Aos meus companheiros de trabalho da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP/ES.

Aos meus companheiros de pesquisa e produção do conhecimento do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, do Núcleo de Estudos sobre Violência - NEVI da UFES e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - IHGES.

Aos meus companheiros de trabalho e meus orientandos dos Programas de Pós-graduação *lato sensu* em Segurança Pública SENASP/UFES e SENASP/UVV.

Às(aos) amigas(os) Adriano Hantequeste, Alexandre Nicolau, Ana Maria, André Neves, André Greve, Andréia Curtiss, Andrea Fraga, Braz Casagrande, Cintya Schulz, Cláudio Imperial, Cleston Forechi, Cynthia Miranda, Daniel Ramos, Denise Telles, Edna Amorim, Flávio Palhano, Gelson Loiola, Geovanni Loilola, Gustavo Debortoli, Hélio Carreço, Idelvon Poubel, Indira Landim, Ivana Marques, Joelmo Costa, Jorge Bortolotti, José Chalhub, José Sena, Kamila Zamborlini, Leandro Camata, Leonardo Nunes, Letícia Albuquerque, Lizele Costa, Luciana Barcelos, Luiz Dalvi, Magda Lamborghini, Mauro Arruda, Mauro Gegenheimer, Newton Cabral, Nylton Rodrigues, Patrícia Stelzer, Pedro Ivo, Rossana Mattos, Tatiana Caniçali, aos professoras(es) Aurélia Castiglioni, Clara Miranda, Colombo, Cristina Engel, Edson Valpassos, Eugênia Raizer, Francisco Freitas, Gisele Girardi, Mário Castro, Marisa Valladares, Martha Campos, Milton Esteves, Paulo Scarim, Renata Hermanny, Vanda Valadão, e todas as pessoas especiais que me apoiaram nesta empreitada.

Você obtém o melhor esforço dos outros não por
acender uma fogueira sob seus pés, mas por
atear um incêndio dentro deles.

Prof. Dr. Bob Nelson

RESUMO

A partir de idéias e contribuições de várias correntes do pensamento sócio-espaço-temporal, a saber, Urbanismo, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Economia, Criminologia e Arquitetura, esta pesquisa busca identificar os fatores urbanos ponderantes que podem influenciar a dinâmica criminal e/ou vice-versa. Nossas estratégias metodológicas foram desenvolvidas por meio da produção de uma coletânea de mapas e da interpretação cartográfica, de dados criminais, informações sócio-econômicas e dados referentes à distribuição espacial de equipamentos e serviços coletivos, que proporcionaram o detalhamento das estruturas, processos, formas e funções da área de estudo, a capital do estado do Espírito Santo, Vitória. Dessa maneira, nossa análise se baseou na investigação dessas instâncias urbanas (estrutura, processo, forma e função) com o objetivo de compreender melhor a correlação dialética entre a cidade e a violência.

Palavras-chave: Violência; Instâncias Urbanas; Estruturas; Processos; Formas; Funções.

ABSTRACT

This research tries to identify the important urban factors that can influence the criminal dynamic and/or vice versa by using ideas and contributions of several knowledge chains, such as Urbanism, Geography, History, Philosophy, Sociology, Economy, Criminology, and Architecture. Our methodological strategies were developed throughout several maps and cartographic interpretations of criminal data, socioeconomics information, spatial distribution of equipment and collective services data that provides detailed information of structures, processes, forms and functions of Vitoria, the capital of the state of Espírito Santo. Therefore, our analysis was based on these urban instances (structure, process, form and function) for the better understanding of the dialectic correlation between the city and the violence.

Keywords: Violence; Urban Instances; Structures; Process; Forms; Functions.

LISTA DE FIGURAS

FIG	NOME	p.
01	TIPOS DE MAPAS: COROPLÉTICOS, PONTOS GEORREFERENCIADOS E *HOT SPOTS*	27
02	GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO, BRASIL E ES 1980-2005	48
03	MAPA DA CONCENTRAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS	57
04	GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO, ESPÍRITO SANTO 1980-2008	59
05	PIRÂMIDE ETÁRIA, VITÓRIA - ES 1980	62
06	BENTO FERREIRA E PRAIA DO CANTO, EXEMPLOS DE BAIRROS PLANEJADOS	63
07	MAPA BASE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES	64
08	OCUPAÇÃO DO BAIRRO SÃO PEDRO, DÉCADA DE 80	65
09	MAPA: DENSIDADE DEMOGRÁFICA, VITÓRIA - 2000	68
10	MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CVPES, VITÓRIA - 2008	71
11	MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CVPAT, VITÓRIA - 2008	73
12	MAPA: PORCENTAGEM DOS HOMENS RESIDENTES, VITÓRIA - 2000	76
13	PIRÂMIDE ETÁRIA, VITÓRIA - ES 2000	78
14	MAPAS: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS, VITÓRIA - 2000	79
15	MAPA: TAXA DE ANALFABETISMO, VITÓRIA - 2000	83
16	MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL, VITÓRIA - 2000	84
17	MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO MÉDIO, VITÓRIA - 2000	89
18	MAPA: SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARTICULAR, VITÓRIA - 2000	92
19	MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO SUPERIOR, VITÓRIA - 2000	93
20	MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - MESTRADO OU DOUTORADO, VITÓRIA - 2000	94
21	MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CTDI, VITÓRIA - 2008	97
22	MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CAM, VITÓRIA - 2008	101
23	MAPA: RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS, VITÓRIA - 2000	106
24	MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS, VITÓRIA - 2008	110
25	MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, VITÓRIA - 2008	111
26	MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, VITÓRIA – 2008	114
27	SOBRADO COM VARANDA GRADEADA NO BAIRRO SÃO PEDRO	130
28	RESIDÊNCIA COM JANELA E ENTRADA GRADEADA NO BAIRRO SÃO BENEDITO	131
29	RESIDÊNCIAS COM ENTRADAS GRADEADAS NO BAIRRO ITARARÉ	131
30	VÁRIAS RESIDÊNCIAS COM JANELAS GRADEADAS NO BAIRRO JESUS DE NAZARETH	131
31	JANELAS COM GRADES EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI	132
32	MURO FEUDAL DE UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO ILHA DO BOI	137
33	MURO ALTO COMBINADO COM CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DO BAIRRO JARDIM DA PENHA	138
34	MURO COM CACOS DE VIDRO EM UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO JARDIM CAMBURI	139
35	MURO COM CACOS DE VIDRO EM UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ	139
36	LANÇAS COMBINADAS COM GRADE E MURO EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO	140
37	LANÇAS EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI	141
38	PONTO DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO	142
39	PORTARIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO	142
40	COMBINAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA E ROLOS DE ARAME FARPADO EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM DA PENHA	145
41	COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UMA CASA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ	146
42	COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM DA PENHA	147
43	COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI	147
44	TORRE DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA	148
45	TORRE DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO	149

46 PORTARIA EXTERNA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA 149
47 PORTARIA EXTERNA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO 150
48 CÂMERA DE SEGURANÇA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA 150
49 CÂMERAS DE SEGURANÇA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO 151
50 CERCA ELÉTRICA EM UMA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ 151
51 *DOUBLE SAFE* DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI 152
52 AVANÇO DE VEGETAÇÃO ESPINHOSA EM UMA CALÇADA DO BAIRRO JARDIM DA PENHA 154
53 SETORIZAÇÃO DE CALÇADA 155
54 AVANÇO DE VEGETAÇÃO EM UMA CALÇADA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ 156
55 GUARITA DO BAIRRO ILHA DO BOI 158
56 GUARITA DO BAIRRO ILHA DO FRADE 159

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 UM FENÔMENO COMPLEXO E MULTIFACETADO 12
1.2 MULTIPLICIDADES: VIOLÊNCIA E ESPAÇO URBANO 13
1.3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS 15
1.3.1 Alicerces teóricos 15
1.3.2 Estudos que conjugam as instâncias urbanas e a violência 16
2 METODOLOGIA 21
2.1 MATERIAIS E MÉTODOS 21
2.2 TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO E ACERVO FOTOGRÁFICO 26
3 PROBLEMAS CRÍTICOS ENFRENTADOS PELAS CIDADES 29
3.1 HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA 29
3.2 EPIDEMIAS E INSALUBRIDADE URBANA: DAS CHAMINÉS AOS *BOULEVARDS* 37
3.3 EPIDEMIAS E INSALUBRIDADE URBANA: DA CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA AOS NOVOS ARRABALDES 42
3.4 VIOLÊNCIA: UMA ENDEMIA CONTEMPORÂNEA? 47
4 INSTÂNCIAS URBANAS E VIOLÊNCIA 52
4.1 CONCEITOS E TEORIAS 52
4.2 ESTRUTURAS E PROCESSOS 54
4.2.1 Contextualizando as estruturas 54
4.2.2 Contexto do Espírito Santo e da Grande Vitória 55
4.2.3 Contexto da cidade de Vitória 61
4.2.4 Estrutura demográfica 67
4.2.5 Estrutura educacional 81
4.2.6 Estrutura econômica 104
4.2.7 Serviços, equipamentos e infra-estruturas urbanas 108
4.2.8 Processos segregatórios 115
4.3 FORMAS E FUNÇÕES 120
4.3.1 Paisagem e arquitetura do medo 122
4.3.2 Cultura do medo: análise da abordagem midiática 124
4.3.3 Mercados imobiliários e de segurança privada 128
4.3.4 Espaços residenciais e o resgate de elementos arquiteturais medievais e/ou prisionais 135
4.3.5 Arquitetura do medo e o comprometimento de espaços públicos 153
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 160
6 REFERÊNCIAS 164

1- INTRODUÇÃO

O crescimento da violência no país, nas últimas três décadas, tornou inegável a importância dos estudos sobre o referido tema. Além dos homicídios, que representam o nível extremo que a violência pode alcançar, outros tipos de criminalidade violenta, como tentativa de homicídio, lesão corporal e roubo, são constatados cotidianamente em cidades como Belo Horizonte - MG, Brasília - DF, Recife - PE, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Vitória - ES.

Sabendo disso e partindo do pressuposto de que o sistema da violência encontra-se arraigado a fatores urbanos e sócio-econômicos, esta pesquisa visa identificar, por meio da correlação de variáveis criminais, informações sócio-econômicas e dados referentes à distribuição espacial de equipamentos e serviços coletivos, eventuais fatores urbanos que podem, reciprocamente, estar influindo na dinâmica criminal da cidade de Vitória, nossa área de estudo. Com isso, pretende-se também *fornecer subsídios* para a proposição de políticas públicas e estratégias de prevenção, controle e combate à violência.

A referida análise será desenvolvida com base nas “categorias do método geográfico” (SANTOS, 1992), estrutura, processo, forma e função, com o objetivo de compreender melhor a correlação dialética entre a *cidade* e a *violência*. Categorias estas que são tratadas nesta pesquisa como *instâncias analíticas urbanas*. A opção por esta expressão se deve ao fato de entendermos que as categorias estudadas por Santos (1992) extrapolam o método geográfico e de qualquer outra ciência. Na verdade, as instâncias analíticas urbanas, categorias que suscitam a integração e cooperação mútua de vários campos do saber, são aqui trabalhadas a fim de viabilizar o estudo conjugado dos dois fenômenos sócio-espaciais acima destacados.

Insta salientar que as instâncias analíticas estão aqui especificadas como urbanas, devido ao fato de que a cidade é o foco de nosso estudo. Na verdade, elas são categorias espaciais passiveis de serem aplicadas em outras realidades[2].

Nesta primeira parte de nossa dissertação, apresenta-se o tema da pesquisa destacando sua complexidade. Também é ressaltado como a criminalidade violenta está potencialmente concentrada nos ambientes urbanos. Além disso, as bases teóricas que nortearam a produção desta pesquisa são evidenciadas e alguns estudos que conjugam, em suas análises, as instâncias urbanas e a violência são enfocados.

No segundo Capítulo, as considerações metodológicas são enfatizadas. As fontes de informações, os indicadores, os aplicativos e demais ferramentas metodológicas são discriminadas. As técnicas de geoprocessamento e procedimentos para estruturar um acervo fotográfico são detalhados em um subitem aparte.

Na terceira seção deste estudo, a dimensão histórica referente aos fenômenos urbano e violência é trabalhada. Na esteira disso, um comparativo entre dois problemas críticos enfrentados pelas cidades, nos últimos séculos, é estruturado. Neste comparativo, é estabelecida uma análise análoga entre as *epidemias* que assolaram as cidades européias, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, e as urbes brasileiras, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, e a atual magnitude e intensidade dos problemas referentes à *criminalidade violenta* que preocupa os habitantes dos grandes centros urbanos.

As *instâncias urbanas* (estrutura, processo, forma e função) e a *violência* são novamente enfocadas no quarto Capítulo, onde os conceitos e teorias acerca das "categorias do método geográfico" são aprofundados. Em seguida, as *estruturas* e os *processos* urbanos são detalhados a partir da contextualização da área de estudo, a cidade de Vitória. Nesta parte da pesquisa, uma coletânea de mapas, construída a partir de dados criminais, informações sócio-econômicas e dados

---

[2] Poderíamos estudar, por exemplo, as instâncias analíticas naturais de uma unidade de conservação. Um outro exemplo de sistematização do método dialético de análise do espaço é encontrado em Ab'Sáber (1969). Com base na compartimentação topográfica relacionada às formas de relevo, levantamento da estrutura superficial, referente aos compartimentos e respectivos domínios de formas, e estudo da fisiologia da paisagem, Ab'Sáber (1969, p. 02) estabelece os seguintes níveis de análise geomorfológica: morfologias, materiais, estruturas e processos.

referentes à distribuição espacial de equipamentos e serviços coletivos, é explorada a fim de enfatizar as *estruturas* dos bairros da capital capixaba, bem como identificar possíveis correlações espaciais entre as instâncias urbanas e a criminalidade violenta. Através da análise de *processos* urbanos específicos, como a segregação sócio-econômica, busca-se identificar as possíveis ligações entre os fatores *estruturais* e a violência. Além disso, as *formas* e *funções* da "arquitetura do medo" (BATISTA, 2003) da capital capixaba são estudadas, com base nos referenciais teóricos e nos resultados alcançados pela análise das *estruturas* e *processos* e por meio de um acervo fotográfico, que destaca determinadas características arquitetônicas que se mostram, aparentemente, influenciadas pelo medo relacionado à criminalidade violenta.

Por fim, nas considerações finais, os resultados alcançados com desenvolvimento desta pesquisa são reforçados, destacando as principais contribuições teóricas e empíricas para futuros desdobramentos de estudos. É importante ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de encerrar os debates acerca dos fenômenos estudados. Talvez ele inaugure uma possibilidade de se realizar outras investigações. Considerando a complexidade da problemática em questão, acreditamos que esta pesquisa constitui apenas uma contribuição para a produção do conhecimento referente às temáticas dos fenômenos urbano e violência.

1.1- UM FENÔMENO COMPLEXO E MULTIFACETADO

Sabe-se que a palavra violência pode possuir e/ou representar diversos significados. A dificuldade na conceituação do que é violência nos remete a uma análise etimológica, necessária ao embasamento das idéias contidas neste trabalho.

A palavra "violência" vem do latim *violentia*, que se refere à *vis* que, por sua vez, quer dizer vigor e potência no emprego da força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais precisamente, a palavra *vis* significa energia em ação, o recurso de um corpo para exercer sua pujança e, portanto, a potência, o valor, a força vital (HARPER, 2001, *on-line*).

De acordo com Zaluar (1999, p. 08) a força supracitada torna-se violência quando transgride limites ou perturba acordos tácitos, regras ou normas que ordenam as relações sociais. A autora ainda aponta que é a percepção do limite da perturbação e do sofrimento alheio que caracteriza um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente.

As sensibilidades para o excesso no uso da força física,

> [...] seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má (ZALUAR, 1999, p. 08).

Como se percebe, diversos significados recobrem a palavra violência. Considerando a complexidade envolvida na discussão, o termo impossibilita uma definição clara. Dessa forma, sua conceituação não é uma das tarefas mais fáceis. Segundo Pinheiro e Almeida (2003, p. 14), não obstante de um significado “aparentemente tão simples, de uso tão banal, ‘violência’ tende a ser uma palavra complicada”.

1.2- MULTIPLICIDADES: VIOLÊNCIA E ESPAÇO URBANO

A violência pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas. A exemplo disso, Waiselfisz (2004, p. 11), no trabalho Mapa da Violência, destaca e analisa três tipos de violência, a violência no trânsito, a auto-violência (suicídio) e a violência entre pessoas (homicídio). Na verdade, existem inúmeras tipologias e formas de abordagem da violência, contudo nenhuma dessas consegue tratar esse fenômeno multifacetado em sua totalidade.

A criminalidade violenta é um conceito que possibilita várias subdivisões. De acordo com Souza (2008), esta categoria caracteriza toda violência que é sancionada pela lei e é reprimida pelo Estado e sociedade. O conjunto de delitos pré-determinados pela esfera jurídica e lógica legislativa penal vigente caracteriza os tipos de violência criminalizada. Na maioria dos casos, as práticas delituosas são registradas pelas

ocorrências policiais, que utilizam critérios estabelecidos pelo Código Penal Brasileiro.

Deste ponto em diante, quando a palavra violência for utilizada sem especificações, o leitor subentenderá que a mesma estará se referenciando à criminalidade violenta interpessoal, que excetua a violência no trânsito e a violência auto-infligida (suicídios).

É importante salientar, que por estar inserida, geralmente, no contexto urbano, a criminalidade violenta também pode ser tratada terminologicamente como criminalidade urbana violenta. Ainda que seu crescimento se faz sentir em inúmeras regiões e zonas do país, a distribuição espacial dos crimes violentos não ocorre de maneira homogênea no território nacional.

Em uma análise preliminar, observa-se que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que violências de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, é na cidade que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Por meio do conceito de macrocefalia urbana, Santos (2004, p. 306) descreve como a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, *déficit* no número de empregos, ocupação *desordenada* de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana.

Quanto ao conceito de desordem aqui suscitado, Lefebvre (1999, p. 61) indica que a realidade urbana aparece mais como um caos e uma desordem, que contém uma ordem a descobrir. Quando este conceito é utilizado, a noção do binômio ordem/desordem merece ser estabelecida. Essa noção parte de um dos princípios básicos da dialética. O fenômeno urbano está em processo de constante devir. Na verdade, o que pode existir é uma ordem aparente e parcial das instâncias urbanas.

1.3- PERSPECTIVAS TEÓRICAS

1.3.1- Alicerces teóricos

O arcabouço teórico desta pesquisa é norteado pelos conhecimentos desenvolvidos por pensadores que se debruçaram nas últimas décadas sobre as problemáticas urbanas e/ou referentes ao fenômeno da criminalidade violenta.

Como destacado no início, Milton Santos forneceu subsídios metodológicos que balizaram a produção deste estudo. As “categorias do método geográfico” (SANTOS, 1992), tratadas aqui como *instâncias analíticas urbanas*, possibilitaram uma análise conjugada das estruturas, processos, formas e funções da cidade com a violência. Além do *Espaço e Método* (1992), outras obras do referido autor, como *O Espaço Dividido* (2004), *A Urbanização Brasileira* (2005) e *A Natureza do Espaço* (2006), foram exploradas.

Henri Lefebvre, com *O Direito à Cidade* (1969) e *A Revolução Urbana* (1999), também foi outro importante pensador utilizado pelo nosso estudo. Suas análises sobre a dialética espacial urbana forneceram elementos teóricos que contribuíram para situarmos a violência como parte integrante da problemática urbana.

Souza (2000) enfatiza como Lefebvre e outros pensadores contemporâneos, a saber, os geógrafos David Harvey (1980) e Edward Soja (1993), economistas como Alain Lipietz (1987), entre outros, contribuíram para a produção do conhecimento sobre o fenômeno urbano ao valorizarem explícita e sistematicamente o espaço no âmbito da teoria marxista. De acordo com Souza (2000, p. 27), o marxismo clássico negligenciou a referida categoria analítica, garantindo para ela apenas o papel de pano de fundo.

Alguns pensadores, como Lynch (1994), compartilham deste posicionamento em relação ao suposto negligenciamento espacial característico do marxismo clássico. Em contrapartida, outros autores não entendem que o marxismo clássico deixou a dimensão espacial em segundo plano. De fato, a análise marxista clássica primou por aspectos econômicos e sociais. Considerando que a sociedade e o espaço são estruturas que se complementam, o marxismo clássico não pode ser implicado de negligenciar a dimensão espacial.

Na verdade, o referido negligenciamento é evidenciado pela falta de aprofundamento da análise espacial da teoria marxista. É nesse sentido que parte dos marxistas (CASTELLS, 1983; HARVEY, 1980; LEFEBVRE, 1999; SOJA, 1993; entre outros) promoveram com sucesso a justa valorização da dimensão espacial, sem subestimá-la ou fetichizá-la, contribuindo para o desenvolvimento da teoria marxista.

Em tempo, insta frisar que Marcelo Lopes de Souza também foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Os livros *O Desafio Metropolitano* (2000), *A Prisão e a Ágora* (2006) e *Fobópole* (2008) favoreceram as análises referentes ao fenômeno violência. Dentre outras contribuições, Souza (2008) influenciou a definição conceitual da criminalidade violenta aqui dissertada.

1.3.2- Estudos que conjugam as instâncias urbanas e a violência

Nos parágrafos seguintes são esboçadas algumas contribuições de pesquisadores que desenvolveram estudos e estimularam ações práticas, que compartilham de uma base metodológica que conjuga, não necessariamente com a mesma terminologia, as instâncias urbanas, sobretudo, as formas, funções e processos, e a criminalidade violenta. A apresentação deste levantamento sucinto não significa que concordamos plenamente com as idéias destacadas. Apenas estruturamos uma cronologia de algumas das principais obras para demonstrar como a produção do conhecimento sobre a referida temática se desenrolou nas últimas décadas e como importantes autores acrescentaram essenciais contribuições nesse processo.

O estudo de Jane Jacobs da década de 60 nos Estados Unidos, intitulado *Morte e Vida de Grandes Cidades*, proporcionou importantes inferências sobre como os desenhos arquitetônicos e urbanísticos podem contribuir para a consolidação de espaços mais seguros. Apesar de se reportarem à realidade das cidades norte-americanas da segunda metade do século XX, período de predominância das

práticas do “urbanismo ortodoxo”[3], seus ensaios mostram-se até hoje válidos para a análise da referida problemática em vários ambientes urbanos do globo. Nessas releituras, geralmente, tornam-se necessários pequenos ajustes, atualizações e adequações às realidades geográficas das áreas de estudo pretendidas. Lefebvre (1999, p. 30) e Caldeira (2000, p. 304) são exemplos de pensadores que tomam como referência a etnografia jornalística de Jacobs para desenvolverem suas análises sobre o urbano em décadas mais recentes.

Contemporânea à Jacobs, a socióloga americana Elizabeth Wood (1961) propôs a alteração dos padrões arquitetônicos para melhorar a segurança de conjuntos residenciais em algumas cidades norte-americanas (BONDARUK, 2007, p. 33).

Também nos Estados Unidos, em 1971, Ray Jeffery trabalhou com a expressão *Crime Prevention Through Environmental Design* (Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental) tendo como base os estudos da *National Comission of Cause and Prevention of Violence* (Comissão Nacional para as Causas e Prevenção da Violência), elaborados entre os anos 1964 e 1968.

Em 1973, Oscar Newman apresentou a Teoria do Espaço Defensável que tomava a arquitetura ambiental como forma de prevenção do crime e do medo do crime. Tal teoria foi trabalhada no livro *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design* (Espaço Defensável: Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano). Newman indica que um modelo para ambientes residenciais mais seguros deve garantir uma clara definição entre espaços públicos e privados e fortalecer o senso de comunidade dos habitantes.

Deste período em diante foram várias as pesquisas e ações práticas desenvolvidas, principalmente em países de língua inglesa. É importante ressaltar, que algumas dessas iniciativas compartilhavam de ideais do “planejamento urbano ortodoxo”, outrora criticado por Jane Jacobs. Da mesma forma, foram várias as experiências arquiteturais e urbanísticas que valorizavam as interações sociais nos espaços planejados.

---

[3] Jane Jacobs manteve um distanciamento crítico das “palavras de ordem” do urbanismo moderno, que se encontravam presentes nas propostas de Ebenezer Howard e suas Cidades-Jardins (1898), de Le Corbusier e a *Ville Radieuse* (1935) e do movimento *City Beautiful* (1893) ideado por Daniel Burnham.

O arquiteto americano Richard Gardiner, em 1978, com o trabalho *Design for Safe Neighbourhoods* (Projetos de Bairros Seguros), apresentou o sucesso que obteve na aplicação dos conceitos da *Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental* na cidade de Hartfort, Connecticut (EUA), onde alcançou uma significativa redução do crime e melhoria na qualidade de vida (BONDARUK, 2007, p. 34).

Em 1999, Timothy Crowe, diretor do *National Crime Prevention Institute* (Instituto Nacional de Prevenção ao Crime) da Universidade de Louisville, Kentucky (EUA), reeditou a obra *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management* (Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental: Aplicação do Desenho Arquitetônico e dos Conceitos da Administração do Espaço Urbano) datada de 1991. Para Bondaruk (2007, p. 35), esta seria uma das mais completas e atuais publicações sobre a *Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental*, por trazer um detalhado estudo sobre as aplicações dos conceitos da arquitetura e urbanismo a favor de espaços mais seguros.

No Brasil, quando são enfocados os estudos que analisam o fenômeno da criminalidade violenta em conjunto com as instâncias urbanas, merecem destaque as análises de Teresa Pires do Rio Caldeira contidas na obra *Cidade de Muros*. Pesquisando a criminalidade e a fragmentação na cidade de São Paulo - SP, Caldeira (2000) introduz o conceito de “enclaves fortificados” para designar como o exagero das estratégias de auto-proteção, perpetradas pelas classes médias e altas e traduzidas pelas expressões arquitetônicas dos *shopping centers*, conjuntos de escritórios e, especialmente, dos condomínios residenciais, tem contribuído para o agravamento do processo de segregação espacial e a desqualificação dos espaços públicos. De acordo com Caldeira (2000, p. 340), ao contrário do que pensam boa parte dos adeptos da *Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental*, “a arquitetura e o planejamento defensivos promovem o conflito ao invés de evitá-lo, ao tornarem explícitas as desigualdades sociais e a falta de referências comuns”.

Também merecem destaque as contribuições de Marco Amaro (2006) e Roberson Bondaruk (2007). O primeiro apresenta as experiências da cidade do Rio de Janeiro - RJ, no combate à criminalidade, utilizando conceitos da Arquitetura Contra o Crime. O segundo, em uma abordagem paralela, trata a questão da Prevenção do Crime

Através do Desenho Urbano sobre os recortes dos espaços residenciais, comerciais e públicos de Curitiba - PR. Apesar de em alguns momentos apresentarem posicionamentos que podem conduzir às práticas exacerbadas de auto-proteção outrora criticadas por Caldeira (2000), esses pesquisadores oferecem notáveis contribuições para a discussão do tema em questão.

Além desses, cabe aqui ressaltar os estudos produzidos pelo grupo de pesquisa Arquitetura da Violência - ARQVIOL que foi publicada, em 2008, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação da Professora Sônia Ferraz. O referido estudo investigou como a violência tem desenhado um novo padrão funcional e formal de arquitetura e, consequentemente, de cidade, em particular nos bairros residenciais das elites das duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo - SP e Rio de Janeiro - RJ.

No estado do Espírito Santo, merece destaque a pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência - NEVI da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, coordenação do Professor Cláudio Zanotelli (2007*a*), que por meio da Geografia do Crime analisou como a segregação sócio-espacial, entendida como processo, influência a distribuição espacial da criminalidade violenta capixaba. O referido estudo propiciou a produção sistemática do mapeamento da distribuição espacial da violência, que permitiu a identificação das áreas críticas onde as taxas de crimes variados, como homicídios ou roubos, são elevadas. A partir deste atlas da criminalidade violenta do Espírito Santo, discussões sobre a etiologia do fenômeno foram estabelecidas à luz da literatura especializada. Nesse trabalho, torna-se notável a preocupação do citado pesquisador em evitar uma retroalimentação do sistema da violência através da estigmatização das unidades geográficas que evidenciaram elevadas taxas criminais, haja vista os pressupostos da teoria da rotulação (*labeling approach*). A referida teoria indica que nessas regiões os estigmas sociais não recaem somente sobre os criminosos, podendo atingir comunidades que passam a conviver com prejuízos simbólicos, muitas vezes, irreparáveis.

No mesmo ano, a Professora Eneida Mendonça do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES, coordenando a pesquisa Apropriação Alternativa do Ambiente Urbano, estudou as características urbanísticas dos espaços públicos dos bairros da

Baía Noroeste de Vitória - ES e suas relações com a violência. Neste trabalho, a referida pesquisadora constatou como a apropriação adequada e agregação social dos espaços públicos podem contribuir para o incremento da segurança das áreas pesquisadas.

2- METODOLOGIA

2.1- MATERIAIS E MÉTODOS

Uma vez constatada a complexidade que abrange o objeto em questão (criminalidade urbana violenta), quais seriam os métodos mais adequados para dissertar sobre o mesmo evitando eventuais equívocos na análise? Em se tratando das questões urbanas ou temas tangenciais/secantes à problemática da segurança pública brasileira, o pesquisador dificilmente conta com uma receita para o desenvolvimento do método científico.

O presente trabalho partiu de duas vertentes norteadoras. A primeira, caracterizada pelo processo de pesquisa bibliográfica, fundamentou o campo teórico do trabalho. A outra, delimitada pelo processo de pesquisa empírica, permitiu a execução de análises em torno das idéias, postulados e hipóteses relacionados ao objeto de estudo. A conjugação dessas vertentes balizadoras possibilitou a correlação das teorias com os dados (informações sobre criminalidade violenta, características sócio-econômicas e infra-estruturais urbanas) processados através de técnicas geo-estatísticas.

A partir dos conhecimentos construídos pela linha de pesquisa Processos Urbanos e Gestão da Cidade: Teoria e História do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e de contribuições de várias correntes do pensamento sócio-espaço-temporal, a saber, Urbanismo, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Economia, Criminologia e Arquitetura, buscou-se identificar fatores urbanos ponderantes que podem influenciar a dinâmica criminal e/ou vice-versa. Os experimentos geo-estatísticos realizados com dados oficiais de criminalidade, padrões sócio-econômicos e infra-estruturais urbanos serviram para evidenciar as principais tendências de espacialização da violência, sobretudo, aquela caracterizada pelos crimes violentos contra a pessoa e patrimônio.

Essas duas classes de crimes são compostas por agrupamentos de variáveis criminais que foram estruturados, seguindo os critérios de tipificação do Código Penal Brasileiro e dos bancos de codificação das polícias, a fim de viabilizar análises objetivas. Tal delimitação tornou-se necessária, uma vez consideradas as múltiplas perspectivas de abordagem dos diversos tipos de criminalidade violenta. Ao operar os referidos agrupamentos as chances de fuga do tema foram reduzidas.

O indicador **Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES** foi formado pelo somatório das seguintes ocorrências registradas:

- Homicídio: segundo artigo 121 do Código Penal (CP), ato de uma pessoa matar outra. Este está inserido no capítulo relativo aos “crimes contra a vida” e é considerado a mais grave violação reprimida pela lei e pela sociedade civilizada. Suas penas variam entre 1 e 3 anos de detenção para os homicídios culposos (quando o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia) e entre 12 e 30 anos de reclusão para os homicídios dolosos (quando o infrator quer o resultado ou assume a autoria do crime);
- Tentativa de homicídio: ocorre quando o homicídio não é consumado por circunstâncias alheias à vontade do agente. Com base no CP, a pena para este delito é a mesma correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços; e
- Lesão corporal: definido pelo artigo 129 do Código Penal como qualquer dano trazido à integridade corporal ou a saúde de outrem. Suas tipificações prevêem penas que variam de 2 meses a 1 ano de detenção em caso de lesões leves ou culposas e de 4 a 12 anos de reclusão em caso de lesão corporal seguida de morte (homicídio preterdoloso).

Considerando que o homicídio é o principal exponencial da violência, em alguns momentos do desenvolvimento desta pesquisa o mesmo foi promovido à categoria de indicador, sobretudo, quando as análises se reportaram às escalas geográficas mais amplas, por exemplo, comparação de criminalidade violenta entre estados. O tratamento do homicídio como um indicador de violência é uma solução frente às deficiências de padronização dos bancos de dados de Segurança Pública que

geralmente apresentam incompatibilidades referentes aos outros tipos de crimes violentos nas escalas ressaltadas[4].

O indicador **Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVPAT** foi composto pelo registro das seguintes ocorrências:

- Roubo e Furto à pessoa em via pública: roubos e furtos a pessoa física não motorizada, praticados em via pública ou logradouro público, qualquer que tenha sido o objeto ou valor subtraído;
- Roubo e Furto em estabelecimento comercial: roubos e furtos praticados no interior de estabelecimento comercial ou prestador de serviços comerciais, com acesso público (loja de qualquer tipo, restaurante, bar, hotel, farmácia, clínica, *shopping center*, supermercado etc.) ou privado (clubes, depósitos atacadistas etc.);
- Roubo e Furto em residência/condomínio: roubos e furtos praticados no interior de residência particular, prédio, conjunto ou condomínio residencial fechado, qualquer que tenha sido o tipo de objeto ou valor subtraído; e
- Roubo e Furto em/de veículo: roubos e furtos em e de veículo automotor terrestre sem carga transportada (automóvel de passeio, caminhonete, caminhão sem carga, veículo de transporte coletivo, motocicleta etc.).

O artigo 155 do Código Penal tipifica furto como ato ou ação de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. A pena para tal crime pode variar de 1 a 8 anos de reclusão e multa. Ainda com base no CP, o artigo 157 define roubo como ato ou ação de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa vitimizada. Este delito possui pena prevista que varia entre 4 a 10 anos de reclusão e multa. Considerados dois dos principais indicadores de criminalidade, os delitos furto e roubo são usados muitas vezes para definir um mesmo fato criminoso, em que a vítima é despojada da posse de um bem integrante de seu patrimônio. A definição de furto se difere da definição de roubo por não apresentar *grave* ameaça ou violência à vítima. O bem material é retirado da esfera de vigilância do proprietário sem que o mesmo perceba. Afirmar que um furto não representa grave ameaça, não significa que a vítima está isenta de qualquer risco.

[4] Para um maior detalhamento sobre a questão da padronização dos bancos de dados de Segurança Pública no Brasil ver Durante e Zavataro (2007).

Levando em conta tal constatação e que tanto o roubo, quanto o furto são “sinônimos” de prejuízos patrimoniais, optou-se por trabalhar com essas duas categorias de forma agregada dentro do indicador de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVPAT.

A respeito das limitações dos dados de Segurança Pública, Zanotelli *et al.* (2007*b*, p. 76) desenvolveu uma sistemática análises sobre diversas fontes brasileiras. Em âmbito geral, torna-se importante ressaltar que indicadores que são formados a partir das ocorrências policiais, como os CVPES e CVPAT, são passíveis de apresentar níveis de subnotificação, uma vez que muitas vítimas, sobretudo, de crimes de menor gravidade (lesões corporais e furtos, por exemplo), não recorrem à polícia e ao registro do boletim de ocorrência.

Os indicadores apresentados foram tratados na escala espacial de detalhe dos bairros de Vitória, área de estudo desta pesquisa que concentrou 12% dos 13.116 CVPES e 18% dos 22.687 CVPAT do Espírito Santo em 2008 (fonte: CIODES, 2009).

A vertente empírica do trabalho subsidiou o desenvolvimento de uma metodologia quantitativa que conjuga várias fontes de dados, a saber, Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde - SIM/DATASUS 1979-2006, Centro Integrado Operacional de Defesa Social do Espírito Santo - CIODES 2004-2008, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2000 e Prefeitura Municipal de Vitória - PMV 2008, na construção de índices geo-estatísticos (taxas, percentuais, médias, coeficientes de concentração etc.).

A abrangência das séries históricas dos três primeiros bancos de dados listados no parágrafo anterior, registros de ocorrências violentas das três últimas décadas, delimitou a escala temporal de análise desta pesquisa, que possui como recorte específico o ano de 2008. Este ano foi escolhido por trazer os mais recentes dados sobre criminalidade violenta, que foram sistematizados e disponibilizados para o município de Vitória.

Os dados do SIM/DATASUS 1979-2006 baseiam-se nas declarações de óbito coletadas e processadas pela divisão de informações das Secretarias Municipais e

Estaduais de Saúde. Essas informações possibilitaram o tratamento geo-estatístico dos homicídios em nível estadual e municipal.

As informações do Centro Integrado Operacional de Defesa Social do Espírito Santo - CIODES[5] referem-se aos incidentes registrados pelos boletins de ocorrências. Tais dados permitiram a análise, em grande escala cartográfica (bairros de Vitória-ES), dos tipos de criminalidade violenta selecionados: *Crimes Violentos Contra a Pessoa* e *Crimes Violentos Contra o Patrimônio*. O sistema CIODES complementa, com maior rigor sistemático, as informações das séries históricas das agências de Segurança Pública de forma integrada, garantindo maior confiabilidade aos registros. As informações do CIODES referentes ao ano 2008 foram coletadas em formato espacializado, ou seja, as ocorrências georreferenciadas de CVPES e CVPAT e outros dados criminais[6] foram disponibilizados em formato digital *shapefile*. Isso permitiu a aplicação do método de análise espacial de *hot spots* (manchas quentes ou áreas críticas) no ambiente de trabalho do Sistema de Informação Geográfica - SIG. Tal método possibilitou a identificação dos conglomerados de bairros com altas concentrações de crimes.

Os dados sócio-econômicos do censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística também compuseram o banco de informações desta pesquisa. Como se sabe, as informações censitárias são organizadas, no padrão Statcart[7], em 4 categorias estabelecidas pelo IBGE: *pessoas*, *domicílios*, *instrução* e *responsáveis*. Com base nesses grupos de variáveis e suas sub-divisões obteve-se dados espacializados sobre a condição dos domicílios, nível de instrução, rendimento salarial e população das unidades geográficas estudadas.

Os dados infra-estruturais urbanos, do banco de informação georreferenciadas dos elementos, equipamentos e serviços urbanos (quadras, lotes, edificações, eixos de ruas, escolas etc.), da Prefeitura Municipal de Vitória - PMV, também, foram coletados e organizados para serem analisados no desenvolvimento dessa pesquisa.

---

[5] Em agosto de 2004 o Governo do Espírito Santo, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP, implementou o projeto CIODES, centro de informações que converge e otimiza os trabalhos da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal (fonte: www.sesp.es.gov.br).

[6] À medida que desenvolvemos as análises do Capítulo 4, identificamos a necessidade de utilizarmos outros indicadores criminais complementares (Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas - CTDI e Crimes de Armas e Munições - CAM).

[7] Programa computacional que fornece dados censitários digitalizados em escala de detalhe.

O armazenamento das informações criminais, sócio-econômicas, infra-estruturais urbanas possibilitou, através do geoprocessamento, a elaboração de mapas temáticos que facilitaram, por meio da análise cartográfica, o entendimento do comportamento espacial da criminalidade urbana violenta. Vale ressaltar que estes foram confeccionados a partir das ferramentas do Sistema de Informação Geográfica - SIG.

Os *softwares* Excel® (*Microsoft Corporation*, 2002) e SPSS® 8.0 (*Statistical Product and Service Solutions - SPSS* Inc., 1997) tornaram possíveis os cálculos estatísticos. A utilização do aplicativo ArcMap® 9.X (*Enviromental Systems Research Institute - ESRI Inc*., 2005) viabilizou a realização das análises espaciais e a produção cartográfica.

2.2- TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO E ACERVO FOTOGRÁFICO

Uma vez coletados e organizados os dados supramencionados, as etapas de geoprocessamento se procederam. Os mapas coropléticos, de pontos georreferenciados por categoria e de concentração (*hot spot*) foram utilizados para representar a distribuição espacial das variáveis e indicadores desta pesquisa.

Os mapas temáticos coropléticos foram confeccionados para apresentar a distribuição geográfica dos dados sócio-econômicos e infra-estruturais nos bairros do município de Vitória para os anos de 2000 (fonte IBGE) e 2008 (fonte PMV). A organização da legenda cartográfica foi realizada com base em critérios definidos pela cartografia coroplética. Os bairros foram agrupados, segundo as variáveis observadas, em classes de legenda, cartograficamente, representadas por uma graduação de cor. Seguindo as orientações metodológicas de Martinelli (1991, pp. 120-127), realizou-se o agrupamento natural de bairros com valores de variáveis semelhantes por meio de um diagrama de dispersão. No *software* de SIG utilizado por este estudo, a aplicação do referido agrupamento cartográfico e a escolha da graduação de cor adequada tornaram-se possíveis pelas funções de classificação denominada *natural breaks* e de ordenação coroplética intitulada *color ramp*.

Alguns dados infra-estruturais, como a distribuição espacial das instituições de ensino, foram simplesmente apresentados em mapas temáticos como informações georreferenciadas e separadas por categoria. No caso dos mapas das instituições de ensino, a referida metodologia possibilitou identificar a organização espacial das escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Vitória. Por meio da sobreposição de mapas coropléticos essas informações georreferenciadas foram cruzadas com os dados sócio-econômicos.

Os mapas de concentração foram designados para a representação das variáveis criminais. Como salientado no subitem anterior, os dados disponibilizados pelo CIODES já se encontravam espacializados para o ano de 2008. Esse foi um dos fatores que viabilizaram a identificação das *hot spots*. Estas nada mais são que o produto de uma técnica de geoprocessamento, na qual o cálculo de densidade de *Kernel* é empregado (SILVERMAN, 1986). O referido cálculo é desenvolvido com base nas operações de superfícies *raster*[8] que, a partir do tratamento cartográfico, representam a concentração de uma determinada informação por meio de manchas espaciais. Tais manchas evidenciam o grau de concentração da variável observada e o seu raio aproximado de influência.

No caso do mapeamento da criminalidade violenta, os mapas de *hot spots* indicam os conglomerados de delitos diversos, no nosso caso CVPES e CVPAT. Nessa perspectiva, Sherman (1995) define as manchas quentes como locais nos quais a incidência de crimes é muito concentrada. Este grau de concentração é definido por coeficientes derivados do cálculo da densidade de *Kernel*, que aqui foram traduzidos para categorias não numéricas (alta, média e baixa concentração) a fim de facilitar a interpretação cartográfica. Tais categorias foram associadas a uma escala de cores que variou do verde ao vermelho. Quanto mais esverdeados estão os bairros ou conglomerados espaciais, menores são os níveis de concentração de crimes. Quanto mais avermelhados os *clusters*, maiores os graus de concentração de crimes. A figura 01 apresenta os três principais tipos de representação cartográfica utilizados por esta pesquisa.

[8] Em SIG, uma imagem *raster* apresenta as informações de latitude (Y), longitude (X) e uma terceira categoria ligada ao fenômeno observado (W).

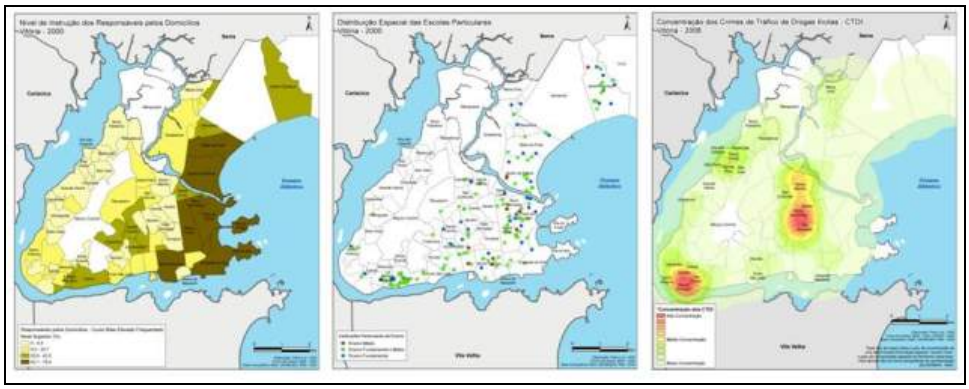

FIGURA 01 - TIPOS DE MAPAS: COROPLÉTICOS, PONTOS GEORREFERENCIADOS E *HOT SPOTS*

Por meio da cartografia produzida, um acervo fotográfico sobre determinadas características arquitetônicas (formas e funções) que se mostram, aparentemente, influenciadas pelo medo relacionado à criminalidade violenta, foi organizado. Este acervo busca retratar as referidas características dos espaços residenciais da capital capixaba, especialmente, dos bairros que registraram altos níveis de concentração de CVPES e CVPAT. Os estudos de Caldeira (2000) e Ferraz (2009) foram os principais referenciais que nortearam a análise das características arquiteturais enfatizadas pelas nossas fotografias.

O citado acervo possui como fonte o banco de fotografias, referente às pesquisas de campo de 2004 (bairros: São Pedro, Santo André, Santos Reis, São José, Forte São João, Romão, Cruzamento, São Benedito, Penha, Bonfim, Gurigica, Itararé e Jesus de Nazareth), do grupo de pesquisa *Atlas da Criminalidade Violenta*[9] e as fotografias disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Vitória (www.vitoria.es.gov.br).

Além dessas fontes, realizamos uma incursão em campo nos bairros Jardim Camburi, Jardim da Penha, Mata da Praia, Praia do Canto, Enseada do Suá, Ilha do Frade e Ilha do Boi[10], em julho de 2009, para complementar a análise das formas e funções arquiteturais que, aparentemente, são influenciadas pelo medo referente à criminalidade violenta. Nessa incursão registramos alguns aspectos dos desenhos arquitetônicos e urbanísticos dessas regiões através das lentes de uma câmera fotográfica.

[9] Grupo associado ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenado pelo professor Dr. Cláudio Zanotelli. Este pesquisador que aqui disserta teve a oportunidade de participar do referido grupo de pesquisa no período de iniciação científica.
[10] Identificar a localização geográfica desses e outros bairros no mapa base da figura 07 (p. 64).

3- PROBLEMAS CRÍTICOS ENFRENTADOS PELAS CIDADES

3.1- HISTORICIDADE DA VIOLÊNCIA

Quando pensamos na problemática hodierna da violência urbana alguns questionamentos são evidenciados. Será que este fenômeno é uma característica da contemporaneidade? Fatos históricos mundiais podem ter contribuído para que a violência assumisse os níveis alarmantes destacados hoje em dia? Em se tratando de ambientes urbanos, será que podemos comparar a violência atual com problemas enfrentados por diferentes cidades em outros períodos históricos?

A fim de contribuir para a reflexão sobre tais questões e de acrescentar a dimensão histórica à análise deste trabalho, nas próximas linhas será apresentado um sucinto resgate de momentos históricos marcantes, nos quais a violência assumiu formas excessivas e extremas. É importante registrar que não é nosso objetivo, neste momento, enveredar em uma discussão política sobre as formas de violência. Apenas buscamos enfocar, sob a ótica histórica, como a violência se fez presente no desenvolvimento da humanidade.

Souza (2008, p. 38) aponta que a violência realmente se fez presente em vários períodos históricos, claro que assumindo roupagens diversificadas. O referido autor aponta que a *novidade histórica* da violência urbana contemporânea é dada por dois fatores entrelaçados. Primeiramente, ele considera que a criminalidade violenta tem sido um traço muito comum das cidades ao longo da história, contudo esta não chegava a sobressair, tanto como hoje, em relação a outras preocupações, como epidemias, fome, guerras constantes etc..

A violência acompanha a humanidade desde os primórdios da história. Através da pedra lascada, período Paleolítico, os hominídeos sobreviveram construindo artefatos que favoreciam atividades de coleta de frutas, pesca, caça e, na mesma medida, contribuíam para ações de defesa e ataque contra predadores diversos e outros grupos de primatas, quando via de regra a lei do mais forte prevalecia (SPOSITO, 2004).

Durante o período de desenvolvimento das civilizações da mesopotâmia, o Império da Babilônia (2000 - 1750 a.C.), sob a égide do imperador Hamurábi, fundou o primeiro código de leis escrito. O famoso Código de Hamurábi baseava-se na *Lei de talião*, popularmente conhecida como a lei do "olho por olho, dente por dente". Nessa lógica, a punição de cada tipo de crime deveria ser implementada com prática idêntica ao delito cometido. Tal princípio estendeu-se a todos os setores da vida, inclusive às relações pessoais. Com isso, não somente a violência, mas também a conotação de crime passou a se mostrar presente no conjunto de leis concebido. Mesmo com uma abrangência muito ampla o conceito de crime no Código de Hamurábi foi eleito com o propósito de castigar por meio de severas sanções as condutas desviantes e nocivas à convivência social daquele contexto histórico (MOTA; BRAICK, 1997).

A violência também esteve presente nos impérios egípcio, persa, grego e romano, sobretudo, traduzida por batalhas e guerras expansionistas. Em primeiro plano a violência adquiria cunho militar nos combates, contudo ocorriam desdobramentos de atos violentos exacerbados contra os povos derrotados que conseqüentemente tornavam-se escravos dos impérios dominantes (SPOSITO, 2004).

Ainda na história antiga, a violência registrou-se nas invasões bárbaras à Europa. As incursões dos povos bárbaros[11] nos territórios europeus provocaram pânico e mudanças no cotidiano da sociedade. O processo de enfraquecimento do poder político exercido por importantes cidades da época e a constante ameaça dos bárbaros propiciaram a intensificação da ruralização, que já vinha em andamento desde o século III. O temor relativo às práticas derradeiras de violência dos bárbaros influenciou modificações nas formas de organização espacial e territorialização, abrindo caminho ao processo de feudalização (MOTA; BRAICK, 1997).

Na Idade Média, a violência se fez presente, na maioria das vezes, com o crivo da coligação político-religiosa dominante, nobreza e Igreja Católica. Grupos declarados "heréticos" pela Igreja, a mais poderosa das instituições medievais, eram condenados ao enforcamento ou lançados nas fogueiras da Inquisição. De acordo

[11] Entre gregos e romanos, dizia-se daquele que era estrangeiro, sem civilização, rude, cruel e desumano (fonte: Dicionário Aurélio, 2004).

com Burke (2002, p. 39), em 1572, em Paris e outras cercanias européias, os católicos massacraram as minorias protestantes. Nas cidades espanholas, ataques às minorias judaicas e muçulmanas eram comuns. Além disso, guerras foram deflagradas em nome da fé, vide o exemplo das cruzadas, expedições guerreiras estimuladas pelo papado que foram convocadas entre os séculos XI e XIII com o objetivo de expandir o domínio da Igreja.

O colonialismo do Novo Mundo foi marcado por confrontos sangrentos que dizimaram sociedades e destruíram hábitos, crenças e costumes em prol da ocidentalização das culturas indígenas. Através de formas vorazes de violência, os Ingleses dominaram os nativos da atual América Anglo-saxônica e Espanhóis e Portugueses "civilizaram" os nativos da hodierna América Latina (MOTA; BRAICK, 1997).

Insta salientar que a violência na maioria desses contextos históricos ocorria em mão dupla. No caso da colonização da América Hispânica, muitos povos eram de certa forma pacíficos, mas havia também nativos hostis. Por isso a lei da pólvora se fez vigorar e foi perpetrada com êxito pelos espanhóis na "descoberta"[12] da terra do *El Dourado*. Corroborando essa afirmativa, vários historiadores ressaltam que a conquista das Américas pela Europa foi marcada por atos truculentos de violência e encharcada pelo sangue de milhões de indígenas, que quando não eram aniquilados por espanhóis, portugueses e ingleses, geralmente, ficavam fadados ao trabalho escravo. Ao passar do tempo, este regime de trabalho escravo foi replicado, pelas potências européias e suas colônias, às populações africanas que eram violentamente retiradas de suas territorialidades através do tráfico negreiro e usurpadas nos campos de produção agrícola.

Na história contemporânea, guerras e revoluções marcaram tanto a Europa, quanto os países dominados a partir do colonialismo, a saber, revolução francesa, expansionismo napoleônico e processos de independência de várias nações colonizadas (HOBSBAWM, 1968). O mesmo foi observado nos países que surgiram com o neocolonialismo, que culminou na partilha da África e Ásia. Contudo, nessas

[12] Convergindo com o discurso acadêmico contemporâneo, este estudo prefere evitar o eurocêntrico termo *descobrimento* e utilizar os conceitos de conquista e dominação tendo em vista a conjuntura histórica construída.

regiões do globo, sobretudo no continente africano, a violência assumiu faces mais severas devido à forma predatória de colonização praticada pelos europeus, que utilizava a violência como principal meio de intervenção e estimulavam conflitos diversos entres as tribos e grupos étnicos com o objetivo de enfraquecer os territórios para facilitar a exploração de seus recursos.

No século XX, também conhecido como a Era dos Extremos[13] (HOBSBAWM, 1995), a evolução da história humana conheceu a violência em suas faces mais brutais e cruéis. Das trincheiras, passando pelo holocausto, à Hiroshima e Nagasaki o homem, em sua forma mais destrutiva, deu origem às duas Grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945). O número de vítimas desses sangrentos conflitos militares é praticamente impossível de ser calculado com exatidão. Estimativas realizadas por organizações internacionais indicam que somente na Segunda Guerra morreram, aproximadamente, 55 milhões de pessoas, dentre essas 25 milhões eram militares e 30 milhões civis (ONU, 2008, *on-line*).

Após as Grandes Guerras e os embates promovidos pela Guerra Fria, conflitos bélicos ainda são habituais em determinadas localidades mundiais. Dentre essas regiões, destacam-se os combates pelos territórios independes da Palestina, a guerra contra o terrorismo promovida pelos Estados Unidos da América - EUA do presidente George Bush, que disseminou terror e ampliou a insegurança em países como o Afeganistão e Iraque, e os recentes conflitos decorrentes dos movimentos separatistas de antigos territórios da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, hoje a Rússia do primeiro ministro Vladimir Putin. As guerras entre nações e as guerras civis continuam levando ao sofrimento e à morte muitos milhares de cidadãos.

Este quadro que apresenta um panorama temporal da violência revela que o referido fenômeno não é novo. Ele acompanha o processo evolutivo da humanidade. Tal evidência é embasada por dois segmentos do pensamento da Criminologia[14]. Um representado pelas teorias que buscam explicar o comportamento violento e criminoso do homem como algo inato e determinado por fatores biológicos,

[13] Para o historiador Eric Hobsbawm o referido século, especificamente compreendido pelos acontecimentos registrados entre 1914 e 1991, foi marcado por revoluções, guerras, incertezas e crises, o que o caracterizou como uma Era dos Extremos.
[14] Um eventual detalhamento sobre as correntes criminológicas pode ser encontrado em Molina (1997), Cerqueira e Lobão (2003) ou Calhau (2008).

genéticos, psicológicos e psíquicos. Essas teorias reduzem suas análises ao indivíduo. A outra ramificação é delimitada por teorias que partem do pressuposto de que a criminalidade violenta é adquirida mediante interações sociais. Nessas teorias o meio social é adotado como categoria analítica. A historicidade da violência é consenso em ambas correntes.

É importante reforçar que a violência assume representações variadas de acordo com o momento histórico observado. Logo, questiona-se: o que difere a violência urbana contemporânea de suas outras “roupagens históricas”?

Como visto anteriormente, parte da resposta suscitada é fornecida por Souza (2008, p. 38), que situa a criminalidade violenta hodierna em mesmo nível de importância/preocupação de problemas urbanos que marcaram historicamente determinados territórios e sociedades. As epidemias, ligadas à insalubridade urbana, que assolaram a Europa nos séculos XVIII e XIX exemplificam tais problemas. Cabe ressaltar, sem adiantar inferências, que estas serão devidamente enfocadas no próximo subitem a fim de se estabelecer uma análise comparativa com a problemática da violência que marca, especialmente, as grandes cidades brasileiras.

A atual conjuntura de aumento gradativo dos números de homicídios de países como o Brasil chama atenção pela sua magnitude e intensidade, evidenciando uma população cada vez mais refém de seus medos. Este é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira, sobretudo, habitantes que residem em centros urbanos como Recife - PE, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Vitória - ES.

Tal situação torna-se mais problematizada com a constatação de que a violência típica dessas regiões congrega adjetivos que remontam a sua historicidade. Ela pode ser considerada primitiva quando são consumadas lesões e seqüelas advindas de conflitos entre familiares, vizinhos e/ou desconhecidos, usualmente, motivados por causas banais. A violência também pode ser caracterizada como brutal e destrutiva, quando tais conflitos ganham proporções letais. Outrossim, a criminalidade urbana violenta é cotidianamente perpetrada através de práticas despóticas promovidas pelas quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas, grupos de extermínios, justiceiros, milícias, pistoleiros e delinqüentes organizados ou casuais, por exemplo, *skinheads*, neonazistas e grupinhos de jovens, geralmente oriundos de

classes abastadas, que saem pelas ruas, sem uma motivação aparente, queimando moradores de rua e espancando pessoas.

Nesse sentido, vários especialistas apontam que a violência no Brasil alcançou níveis de uma “guerra civil”, contudo ainda não reconhecida oficialmente. Souza (2008, p. 27) aponta que a expressão “guerra civil” para designar a violência urbana das cidades brasileiras vem sendo incorporada e utilizada pela imprensa nacional desde a década de 80. Durante os últimos anos, o linguajar “criminalístico” dos noticiários foi amplamente adotado pela sociedade. Em tempo, insta chamar atenção que o uso indiscriminado dessas expressões pode levar à consequências indesejadas, como, por exemplo, a retroalimentação da própria violência, traduzida por medidas imediatistas: militarização da questão urbana, acirramento da segregação sócio-espacial, legitimação da tortura, pena de morte e outros tipos de punições que negligenciam os Direitos Humanos.

Visando contribuir com o debate sobre a historicidade da violência, o presente estudo considera que a criminalidade violenta registrada nos ambientes urbanos brasileiros é na mesma medida pancrônica e anacrônica.

Pan-crônica (do grego *pán*, todo e *chronikós*, relativo a tempo) por possuir e reunir características típicas de diversos períodos históricos, isto é, a violência como uma acumulação social produzida ao longo dos períodos da evolução humana. O pancronismo aqui salientado faz referência às formas, intensidades, técnicas e tecnologias variadas de violências experimentadas em outras épocas que ainda se manifestam em pleno século XXI.

Consequentemente, o aspecto anacrônico estaria relacionado ao contraditório registro da violência, em instâncias brutais, no estágio contemporâneo do “desenvolvimento civilizatório”, ou seja, quando a “razão” ocupa espaço cativo na formação humana e a democracia orienta os percalços das relações sociais[15]. De uma maneira geral, podemos considerar que a sociedade entende a razão como uma condição necessária para o estabelecimento de condutas civilizadas. Em contrapartida, a violência é vista como uma das características mais primitivas do

[15] Um eventual aprofundamento sobre o debate da associação da razão, civilização e violência pode ser encontrado em Horkheime e Adorno (1973).

homem. Quando os padrões civilizados são ameaçados pelos comportamentos violentos predatórios a contradição anacrônica é estabelecida.

Esta contradição seria o segundo fator que Souza (2008, p. 39) diz se entrelaçar com a contemporânea magnitude e intensidade da criminalidade violenta, garantindo assim a *novidade histórica* destacada no início deste subitem. De acordo com o referido autor, a violência assume uma posição de destaque nas preocupações urbanas, contraditoriamente, no século XXI, quando o processo civilizatório registra avanços nunca antes alcançados (evolução da democracia, principalmente, no mundo ocidental, progresso tecnológico e estabelecimento de debates de fundamental importância para o futuro da humanidade, a saber, Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos etc.).

Especificamente sobre a realidade brasileira, Peralva (2000, p. 73) corrobora que o processo de retorno à democracia dos anos subsequentes à década de 80, ou seja, após o declínio do governo ditatorial, ocorreu, paradoxalmente, com uma intensificação sem precedentes da criminalidade urbana violenta.

A autora citada identificou alguns eixos interpretativos principais, elencados por pensadores das ciências sociais, que poderiam explicar a relação paradoxal da abertura política e intensificação da criminalidade no Brasil. Um desses eixos diz respeito à pobreza. Peralva (2000, p. 81) alerta que o estabelecimento da relação direta de causa e efeito entre pobreza e violência merece ser problematizado. Tal relação direta negligencia e obscurece a desigualdade sócio-econômica, que engendra a pobreza, correlaciona-se com outros fatores estruturais e possui maior potencial de influência sobre a criminalidade violenta. Cabe frisar que faremos referência a esta discussão no próximo capítulo, quando serão contextualizadas as correlações dos fatores estruturais com a violência na área de estudo anunciada.

Confluindo com a linha de raciocínio de Peralva (2000), Caldeira (2002, p. 44) afirma que “paradoxalmente, nos últimos vinte anos, tanto a violência urbana como a democracia se enraizaram no Brasil sem que uma tenha conseguido ser um freio para a outra”. De acordo com esta última autora, as instituições da ordem – a polícia e o sistema judiciário – têm sido incapazes de garantir à população segurança pública e padrões mínimos de justiça e respeito aos direitos. Em contrapartida, a

crescente criminalidade violenta não foi capaz de impedir a consolidação democrática e a legitimação do imaginário de cidadania e direitos que lhe é inerente. Dessa forma, violência e democracia expandiram-se de maneira interligada, complexa e paradoxal.

Uma vez dissertado, ainda que de forma introdutória e abrangente, sobre a historicidade da violência situando a criminalidade urbana violenta pancrônica e anacrônica ou paradoxal, na ótica de Peralva (2000) e Caldeira (2002), na realidade brasileira, nesta parte do estudo será suscitada uma reflexão sobre problemas críticos enfrentados pelas cidades. Vimos, com base em Souza (2008, p. 38), como as epidemias se sobressaíram na maioria das cidades européias dos séculos XVIII e XIX, gerando temor e preocupando os cidadãos. É interessante notar que a magnitude da problemática das epidemias, ligadas à insalubridade urbana, influenciou a própria organização sócio-espacial das cidades. O reconhecimento deste problema urbano, pelo poder público e sociedade, favoreceu o desenvolvimento de diagnósticos que embasaram planos e forneceram soluções efetivas, a exemplo disso, citam-se os planejamentos urbano-sanitaristas europeus da metade do século XIX.

No próximo subitem, veremos também como o problema das epidemias foi agravado, concomitantemente, com o processo de urbanização deflagrado a partir da Revolução Industrial na Europa. Além disso, analisaremos, paralelamente, o caso da urbanização tardia brasileira e sua relação com as epidemias em cidades como o Rio de Janeiro do final do século XIX, capital federal da época. Por fim, será apresentado como as epidemias suscitaram transformações nas estruturas sociais e alterações nas formas e processos de organização espacial dos ambientes urbanos supramencionados. Na mesma medida, buscaremos, analogamente, identificar como a criminalidade violenta contemporânea pode estar influindo em alterações nas *instâncias analíticas urbanas*, especialmente, na cidade de Vitória.

3.2- EPIDEMIAS E INSALUBRIDADE URBANA: DAS CHAMINÉS AOS *BOULEVARDS*

Pensadores da história econômica caracterizam o período compreendido pelos anos 1760 e 1830 como a época de surgimento da Idade da Máquina. O final do século XVIII e início do século XIX foi marcado por uma série de descobertas tecnológicas importantes: máquina a vapor, locomotiva, ferrovias, entre outras invenções nos campos das engenharias, que favoreceram o desenvolvimento do industrialismo.

> Com o aparecimento da fiação e tecelagem mecânicas e o conseqüente aparecimento das fábricas, grande número de artesãos fiadores e tecelões que tinha seus ofícios em seus lares, fica desempregado. Com essa abundância de mão-de-obra, com um grande capital comercial e usurário acumulado através da economia mercantilista e com um amplo mercado consumidor dado por suas colônias, alguns países da Europa, principalmente Inglaterra e França, deram origem ao sistema capitalista baseado nas livres forças do mercado - liberalismo econômico do *laissez-faire* (FERRARI, 1982, p. 229).

Nesse sentido, o referido autor aponta que o capital usurário e comercial, mão-de-obra assalariada abundante e mercado consumidor foram as condições elementares para o alvorecer do sistema capitalista. Sistema este que em simbiose com a industrialização incorporou a cidade como o *lócus* da produção.

A estrutura centralizadora e concentradora da urbe tornou-se ainda mais intensificada com o advento da Revolução Industrial. A “situlogia urbana” (*lato senso*) da época salientava a necessidade da localização das indústrias nas suas cercanias, com o propósito de aproveitar a proximidade da mão-de-obra e do mercado consumidor.

O complexo fenômeno de urbanização fragmentou a cidade industrial em zonas caracterizadas por atividades funcionais predominantes, refletindo e reproduzindo a lógica social no espaço: zonas industriais, comerciais, residenciais de baixo e alto padrão. Cabe ressaltar que a estrutura social desta época, diferente dos tempos atuais, ainda não era tão problematizada, resumindo-se em dois grupos antagônicos, originados da dicotomia produção-consumo: proprietários dos meios de produção (burguesia), que utilizavam e ocupavam áreas privilegiadas, e vendedores da força de trabalho (proletariado) que residiam em cortiços.

Nessa lógica, o processo de urbanização toma proporções planetárias. No início do século XIX apenas 20 cidades possuíam mais de 100 mil habitantes e apenas 1,7% da população mundial era urbana. Na metade deste mesmo século, constatou-se a existência de 4 cidades com cerca de 1 milhão de habitantes. Em 1900 esse número aumentou para 19.

Do início à metade do século XX, 141 cidades apresentavam população com mais de 1 milhão de habitantes, 12 cidades entre 5 e 10 milhões de habitantes, 3 cidades com mais de 10 milhões de habitantes e 1.460 cidades com mais de 100 mil habitantes. Em 1950 a proporção da população urbana mundial girava em torno de 13%.

Ferrari (1982, p. 231) reitera os dados supracitados afirmando que nunca as cidades cresceram tanto como sob o regime capitalista de produção. Do início ao fim do século XIX a população de Londres cresceu exponencialmente passando de 2 milhões para 4 milhões de habitantes. Nesta época, Paris seguiu a mesma tendência tendo sua população incrementada de 1 milhão para 2 milhões de pessoas. Na Alemanha, a população de Berlim passou de 150 mil para 1,3 milhão de habitantes.

Tal transformação ocorrera de maneira dinâmica em espaços urbanos que evidenciavam, de forma latente, a necessidade de intervenções infra-estruturais em prol do combate às epidemias e insalubridades que assolavam as principais cidades do globo. Estas apresentavam conseqüências diretas do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial. Benévolo exemplifica o caso parisiense através da seguinte citação:

> O centro da antiga cidade era cada vez mais claramente incapaz de suportar o peso de um organismo tão crescido; as ruas medievais e barrocas não eram suficientes para o trânsito, as velhas casas pareciam inadequadas face às exigências higiênicas da cidade industrial (BENÉVOLO, 1989, p. 96).

Como se constata, o adensamento da população se deu em ruas estreitas por demais, insuficientes para o escoamento do esgoto, que se dava na maioria dos casos ao ar livre, e para a circulação de pessoas e veículos tracionados por animais. No em torno das fábricas as casas eram muito pequenas, sujas, possuíam paredes comuns umas com as outras e abrigavam um número incompatível de moradores. A falta de espaço ao redor delas constituía uma séria dificuldade para a eliminação do

lixo, para a ventilação, insolação e para a realização de algumas rotinas domésticas, como a lavagem e secagem de roupas. A maioria dessas residências se situava próximo das indústrias e ferrovias, fontes de fumaça, barulho e poluição dos corpos d'água que eram utilizados para o abastecimento urbano. Engels descreve as características de um bairro proletariado de Manchester da seguinte forma:

> [...] as ruas são desiguais, cheias de buracos e em parte não calçadas e destituídas de canalização. Lixo, refúgios e lodo nauseante são esparsos por toda parte em enormes quantidades, no meio de poças permanentes, a atmosfera está empestada por suas exalações e turvada e poluída por uma dúzia de chaminés; uma massa de mulheres e de crianças esfarrapadas vagueia pelos arredores, sujas como os porcos que se deleitam sobre os montes de cinzas e nas poças (ENGELS *apud* SPOSITO, 2004, p. 57).

Em meio às situações calamitosas, as populações que viveram décadas expostas aos problemas referentes à insalubridade urbana, de certa forma, encaravam os riscos e ameaças das epidemias sem perspectivas de melhoria do quadro precário instaurado.

A falta de coleta de lixo e rede de água/esgoto, a precariedade das vias, a poluição generalizada, as moradias compactas e apertadas e outras insalubridades e problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma mais acentuada, passaram a influir nos processos urbanos. Medidas paliativas, que não se comprometiam com soluções amplas, começaram a ser implementadas, contudo, sem o êxito esperado. A exemplo disso, cabe destacar o gradativo movimento de abandono dos centros congestionados e conseqüente migração em direção às periferias imediatas, procedido pelas classes abastadas. De acordo com Sposito (2004, p. 56), "a periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo, para abrigar os ricos emigrantes do centro". Devido à pressão e expansão urbana, essas novas áreas da cidade, posteriormente, também tornaram-se referenciais para a instalação de unidades industriais mais complexas e inevitavelmente para a ocupação de assalariados e recém-emigrados do campo.

Segundo Molina (1997, p. 142), no início do século XIX, praticamente toda a Europa sofria reflexos decorrentes dos problemas infra-estruturais e, também, do aumento da criminalidade derivados do processo da industrialização. Considerando a

alarmante situação das condições sanitárias, a problemática da criminalidade assumia um caráter secundário nas preocupações das sociedades européias.

Como se percebe, toda a insalubridade urbana e proliferação de epidemias e problemas sociais passaram a incomodar até mesmo as classes mais ricas. A falta de condições sanitárias em meados do século XIX possibilitou o alastramento de um surto de cólera pela Europa. As carruagens burguesas já não podiam circular imunes pelas ruas com a lama e o cheiro que emanava dos amontoados de casas, fábricas e ferrovias, espaços onde o esgoto e o lixo constituíam uma paisagem extremamente degradada. “A poluição atingiu até os bairros ricos, e a falta de água limpa era problema para todos” (SPOSITO, 2004, p. 59).

Segundo Ferrari (1982, p. 233), cidades inteiras da Europa foram atingidas por violentas epidemias. Isso passou a preocupar seriamente os governos que procederam o redirecionamento das pautas administrativas, enfocando o saneamento básico como questão prioritária. A segunda metade do século XIX foi marcada pela aprovação das primeiras leis sanitárias, um modesto começo sobre o qual foram construídas as bases da legislação urbanística.

A ação integrada de médicos e engenheiros, com a contribuição de gestores, legisladores, planejadores e outros profissionais, objetivou-se a suprimir a insuficiência de esgotos, água potável e a difusão das epidemias, eliminando os principais males urbanos daquela época. Esta árdua tarefa de caráter preliminarmente técnico também era permeada por questões políticas. A respeito disso, Benévolo aponta o seguinte:

> As reformas das duas décadas entre 1830 e 1848 dependeram ainda, em seu conjunto, do pensamento liberal; foi reconhecida a necessidade da intervenção pública em algumas matérias específicas, porém sem alterar substancialmente a natureza e a identidade das tarefas do Estado e das administrações locais, em relação ao conjunto da vida econômica e social (BENÉVOLO, 1989, p. 91).

Além de intervenções nos equipamentos coletivos, os problemas infra-estruturais das moradias das classes desprivilegiadas também se tornaram alvo da intervenção do Estado, que visava a garantia de condições básicas de higiene.

Tais medidas possibilitaram a reorganização de importantes cidades européias, refletindo a “preocupação” capitalista em melhorar as condições de vida das urbes. Diversos autores apontam que em algumas cidades industriais os padrões de habitabilidade haviam se degradado a ponto de influir na duração média de vida dos habitantes, reduzindo-a para 30 anos na primeira metade do século XIX. “Comendo mal, dormindo pouco, morando mal, os trabalhadores produziam relativamente pouco, apesar de longas jornadas de trabalho” (SPOSITO, 2004, p. 60).

Para ilustrar os esforços dos governos europeus em arquitetar intervenções eficientes frente aos problemas relatados utilizar-se-á como referência o marcante caso francês, onde o Barão Georges Eugène Haussmann, administrador do departamento do Sena de 1853 a 1869, traçou o complexo plano de re-ordenamento do tecido urbano de Paris[16].

A conjugação de obras infra-estruturais, intervenções sanitaristas e reformas legislativas transformaram a referida urbe. A construção de sistemas de esgotos e aquedutos regulares, manutenção de vias, urbanização dos terrenos periféricos, com o traçado de novas retículas viárias, e a abertura de novas artérias nos velhos bairros, com a reconstrução de edifícios ao longo do novo alinhamento, consistiram as imediatas modificações implementadas por Haussmann.

Benévolo (1989, p. 96) destaca o caráter político-militar do plano parisiense revelando que durante a crise operária, os movimentos revolucionários nasceram dos bairros da velha Paris, onde as próprias ruas forneceram aos rebeldes, por algum tempo, as condições estratégicas de defesa e posicionamento de armas através das barricadas. Partindo dessa prerrogativa, Haussmann valoriza a utilidade dos grandes *boulevards* retilíneos (propícios para a movimentação de tropas) um dos principais símbolos de seu plano.

Além disso, o administrador do departamento do Sena centralizou esforços para a construção de escolas, bibliotecas, hospitais, prisões, mercados e, sobretudo, edificação e reforma de moradias para as classes menos abastadas, objetivando atender as exigências higiênicas da cidade.

---

[16] Para analisar exemplos de planos urbanos implementados em outras cidades européias neste mesmo contexto ver Benévolo (1989).

Em epítome, pode-se considerar que Haussmann promoveu a sobreposição da cidade pós-liberal sobre a velha Paris. Várias estruturas antigas foram demolidas em prol do melhor aproveitamento dos espaços e da uniformidade arquitetural. Em termos de processos, constatou-se a expansão da urbe com o surgimento de muitos subúrbios, onde se instalaram novas indústrias atendendo às exigências das leis sanitárias e novas áreas de moradias de trabalhadores surgiram marcadas pela regularidade das instalações. As classes privilegiadas dividiram-se em movimentos de retorno ao centro remodelado ou de afastamento em direção às áreas mais distantes da cidade.

Considerando as inadequações e críticas em torno do modelo de Haussmann e evitando proceder uma leitura míope de louvação do mesmo, interessa-nos destacar a importância do referido plano devido, sobretudo, a sua ação suficientemente ampla, articulada e dinâmica para acompanhar as transformações urbanas da época e possibilitar melhorias significativas no que tange a questão da insalubridade e disseminação de epidemias[17].

3.3- EPIDEMIAS E INSALUBRIDADE URBANA: DA CHEGADA DA CORTE PORTUGUESA AOS NOVOS ARRABALDES

Desde a primeira metade do século XIX, no caso europeu, e do final do mesmo século, no caso brasileiro, que os profissionais e gestores urbanos se debruçam com atenção sobre a questão da proliferação das epidemias decorrentes do processo de urbanização associado à insalubridade.

Detendo-se neste momento à análise do caso brasileiro, destaca-se a seguinte citação:

> Para um país que vivera por três séculos enfurnado nas casas-grandes [...] tivemos cidades, e certo, desde a primeira vez em que arregalamos os olhos e vimos que “nesta terra, em se plantando tudo dá”. Plantou-se açúcar, colheram-se cidades que por onde o melaço escorria para além-mar e virava riqueza. Cidades sempre tivemos, porém, profundamente

[17] Segundo Benévolo (1989), as experiências de Haussmann foram replicadas, não necessariamente com a mesma amplitude, em diversas cidades francesas, a partir do reinado de Napoleão III, e em outras urbes do globo: Bruxelas - Bélgica, Roma, Bolonha, Nápoles e Florença - Itália, Barcelona - Espanha, Estocolmo - Suécia, Cidade do México - México etc..

> agarradas a uma dinâmica forjada fora delas, baseada na terra e no trabalho escravo (PECHMAN, 2002, p. 393).

De acordo com as idéias do autor mencionado, existiam cidades no país, todavia a experiência urbana ainda era, na virada do século XIX para o XX, uma novidade entre os brasileiros. Ainda segundo Pechman (2002, p. 393) mesmo na capital, onde a corte portuguesa se instalou na primeira década do século XIX promovendo melhorias urbanas, não havia água encanada, a rede de esgoto era pequena e precária, as ruas eram estreitas, tortuosas e escuras, o transporte era rudimentar e não havia ainda nem mesmo porto que substituísse os velhos trapiches por onde o Rio de Janeiro se fazia ao mar.

Relativizando as proporções e considerando os diferentes períodos históricos, constata-se que as principais cidades brasileiras, como a capital federal, no início do século XX apresentaram de maneira intensificada impactos de epidemias, associadas à questão da insalubridade do ambiente urbano, semelhantes aos enfrentados pelas cidades européias no final do século XVIII e início do século XIX.

Nos ambientes urbanos brasileiros, as pessoas também viveram anos sendo afligidas pelos problemas relacionados à questão da insalubridade. O descrédito e a falta de expectativa de melhoria da referida problemática pendurou no Brasil em um período de tempo relativamente curto, quando comparado com a realidade das cidades européias, que demandaram mais de cem anos para implementarem os planos urbano-sanitaristas, promovendo significativas melhorias na qualidade de vida urbana. É bem verdade, que parte das soluções encontradas na Europa, serviu de base para o planejamento das cidades brasileiras.

A questão da insalubridade nas principais cidades brasileiras, assim como observado nas urbes européias, passou a incomodar até mesmo as classes mais abastadas, que, em meio ao medo generalizado, promoviam “movimentos de escapismo” (SOUZA, 2000) em direção às periferias, deixando os centros urbanos à sorte dos grupos sociais que não possuíam condição de remediar a situação precária instaurada pela insalubridade urbana.

Todavia, salienta-se que diferente do caso europeu, onde tais impactos se desencadearam a partir do processo urbano-industrial, no Brasil a urbanização não

se desenvolveu propriamente ligada à industrialização ou, mesmo, aos interesses do capital industrial. Talvez por isso, não se constatou no país o aparecimento de uma classe operária nos moldes europeus. Pechman (2002) corrobora tal constatação da seguinte forma:

> [...] apesar da urbanização das grandes capitais brasileiras, apesar das próprias indústrias nascentes, basicamente no Rio de Janeiro, em finais do século XIX, o Brasil ainda era um país essencialmente rural e nas cidades prevalecia a lógica mercantil do capital comercial (PECHMAN, 2002, p. 396).

Segundo o autor, até o período supracitado o Rio de Janeiro vivia basicamente do excedente da economia de exportação. O surgimento de um mercado interno, proporcionado pela retenção desse excedente, possibilitou o capital comercial investir na própria cidade, visando uma maior acumulação. Atraindo capitais que procuravam investir nos equipamentos e serviços coletivos urbanos (luz, água, transporte, esgoto etc.), o investimento na cidade se mostrou uma alternativa de acumulação das mais lucrativas. “Nessa conjuntura, a indústria se beneficia apenas secundariamente – às vezes, residualmente – dos negócios do capital comercial, não podendo subsistir sem ele” (PECHMAN, 2002, p. 397).

A partir dessa configuração se desdobraram os processos de remodelação do tecido urbano das principais cidades brasileiras. Estes se consumavam em respostas sanitárias articuladas aos problemas enfrentados no início do século XX. Geralmente concebidos pela lógica higienista, os planos urbanos se baseavam na analogia da cidade com o corpo humano em busca da cura dos males urbanos. A respeito disso, Pechman (2002) assinala que tanto na Europa, quanto em outras cidades do globo como as *pólis* brasileiras,

> o corpo, como metáfora da cidade, revela-se diante da ameaça das epidemias que periodicamente a assolam. O perigo de as epidemias se tornarem, pela desordem social que provocam, um elemento desestabilizador da sociedade, invoca a intervenção da medicina no sentido de devolver a saúde e logo a ordem à vida urbana. Frente à ameaça da morte, a medicina reivindica para si a perpetuação da vida. À desordem pestilencial e ao caos social, a medicina responde com um projeto de política que assinalará no nascimento da medicina social (PECHMAN, 2002, pp. 176-177).

É nesse sentido que os médicos e engenheiros sanitaristas, através da contribuição de outros importantes profissionais, traçam várias intervenções reformadoras que redefinem o espaço urbano. Dessa forma, o “higienismo” não traz apenas a saúde

para a urbe, mas também, sobretudo, implica na construção de um novo modelo de cidade.

Com o apoio dos governos, gestores e/ou planejadores como Pereira Passos no Rio de Janeiro - RJ, Orozimbo Maia em Campinas - SP e Saturnino de Brito em Vitória - ES e Santos - SP empreenderam reformas, enfocando as obras de saneamento, sob a influência das teorias e idéias implementadas por Haussmann em Paris[18].

Tais intervenções contornaram a situação calamitosa das principais cidades brasileiras do início do século XX. As medidas implementadas pelos médicos e engenheiros sanitaristas não erradicaram por completo os problemas advindos da insalubridade urbana, haja vista que, em tempos atuais, a maioria das cidades brasileiras (sobretudo, em suas regiões desprivilegiadas) ainda enfrenta sérios problemas referentes ao saneamento básico e registro de doenças ligadas à insalubridade.

Caldeira (2000, p. 214) aponta que durante as primeiras décadas do século XX as intervenções urbano-sanitaristas se tornaram um dos temas centrais das preocupações das elites e das políticas públicas. Talvez por isso o “higienismo”, que fora fundamentado por preceitos da saúde pública, assumiu conotação de distinção e controle social. De um lado estaria a porção privilegiada da sociedade que deveria ser protegida preventivamente das doenças e do outro lado estariam os grupos sociais que se caracterizavam como contaminados em potencial e mereciam ser esterilizados. Esses grupos logo associavam as ações sanitaristas a uma forma mascarada de controle social, uma vez considerados os métodos repressivos de intervenção que se sobrepunham a uma prévia conscientização da população.

Isso gerou varias reações negativas por parte das classes desprivilegiadas. Uma das principais revoltas populares ocorreu no Rio de Janeiro. A decisão do governo, nos moldes do urbanismo “arrasa quarteirão”, também conhecido como reforma “bota-abaixo”, promovido pelo prefeito Pereira Passos (1903-1906), de vacinar a população contra varíola e de direcionar agentes sanitários para as áreas pobres do

[18] Para um maior detalhamento sobre a ação dos médicos e engenheiros sanitaristas nas cidades brasileiras no período aqui analisado ver Pechman (2002), Andrade (1991; 1996) e Lanna (1996).

Rio de Janeiro a fim de desinfetar suas casas e destruir aquelas supostamente infestadas culminou na Revolta da Vacina de 1904.

A respeito da realidade paulista neste período, Caldeira (2000) evidencia que além de controlar os pobres, a elite começou a se separar deles. Temendo as epidemias, os membros das elites começaram a mudar-se das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas. “Uma destas regiões era o novo bairro com o sugestivo nome de Higienópolis” (CALDEIRA, 2000, p. 215).

Sobre a situação da capital capixaba ao final do século XIX e início do século XX cabe frisar o seguinte pronunciamento do então governador eleito, Muniz Freire, em 1892:

> A começar pela capital, que foi sempre a principal cidade do estado, nada achamos digno de menção. Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, segundo os caprichos do terreno, apertada entre a baía e um grupo de montanhas, não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas, mal abastecida de água, com um serviço de iluminação a gás duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação da sua empresa, carecedora de um fornecimento regular de carnes verdes, sem edifícios notáveis, repartições e serviços públicos mal acomodados à falta de prédios, sem teatro, sem passeio público, sem hospitais, sem serviço de limpeza bem organizado, sem matadouro decente, desprovida de toda defesa sanitária [...] (FREIRE *apud* CAMPOS JÚNIOR, 2007, p. 01).

Com base em Campos Júnior (2007, p. 03) constata-se que a situação sanitária era o maior problema urbano de Vitória. Segundo ele as epidemias tiravam centenas de vidas, implicando em alterações nos aspectos populacionais, como diminuição do tempo médio de vida dos moradores e aumento da taxa de mortalidade, e alterações na organização espacial sítio urbano. Assim como ocorreu em outras cidades brasileiras, a população abastada iniciou um processo de esvaziamento do centro de Vitória, área densamente povoada, onde os problemas ligados à insalubridade urbana se concentravam. Esses se dirigiam para áreas um pouco afastadas do Centro. Mesmo temendo as doenças e incomodados com os problemas sanitários, os membros da elite dependiam em larga escala do núcleo urbano, pois lá se concentravam atividades políticas, econômicas e comerciais de toda ordem.

Em resposta à questão da insalubridade, em 1895 o então governador Muniz Freire, com o apoio do engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito, esboçou um plano de

criação de um novo modelo de urbanização. Desse plano fazia parte o projeto de re-formulação e ampliação do espaço urbano da capital, denominado “Novo Arrabalde”.

O Novo Arrabalde implicava no planejamento da ocupação da região nordeste da Ilha, compreendida pelos bairros da Praia do Canto, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia, Bento Ferreira, Jucutuquara e alguns outros bairros (Britto, 2008, p. 06). Vale ressaltar, que devido à crise financeira vivenciada no final do governo Muniz Freire a implementação do retro-mencionado projeto não se tornou possível, da forma prevista, naquela época, prolongando-se durante o século XX, quando seus efeitos tornaram-se perceptíveis à melhoria da qualidade de vida sanitária da cidade.

3.4- VIOLÊNCIA: UMA ENDEMIA CONTEMPORÂNEA?

Seja em épocas mais remotas, seja em recentes períodos marcantes da história, a violência esteve presente e registrou-se de diferentes formas na vida humana. No subitem sobre a historicidade, o caráter pancrônico da violência tornou-se evidenciado por esta pesquisa. Batalhas, execuções, guerras, holocausto e terrorismo, o referido fenômeno sempre ameaçou e permeou os medos antrópicos. Todavia, a criminalidade urbana violenta que ameaça vários estratos sociais de países como o Brasil, destacou-se, mediante sua magnitude e intensidade, no final do século XX e continua se destacando hodiernamente de forma paradoxal em concomitância com o processo de consolidação da democracia (PERALVA, 2000; CALDEIRA, 2002).

Tomando como referência o sistema de informação da Organização Mundial da Saúde (OMS), constata-se que, no ano de 2004, entre 84 nações selecionadas, o Brasil ocupou a 4ª posição no ranking da taxa bruta (TB) de homicídio[19]. Com a taxa de 27 assassinatos por 100 mil habitantes, o país somente apresentou situação favorável em relação à Colômbia, Rússia e Venezuela, regiões que possuem sérios problemas de repercussão internacional: conflitos bélicos e políticos, atuação de

[19] O homicídio, principal exponencial da violência, será tratado nesta parte do estudo como indicador comparativo.

esquadrões da morte, cartéis do narcotráfico e/ou comércio ilegal de armamentos pesados (WHOSIS, 2007, on-line).

A apreciação da figura 02 permite uma leitura mais detalhada da tendência nacional de aumento gradativo da taxa de homicídio nas duas últimas décadas do século XX. Apesar da escalada dos homicídios manter uma certa constância de aumento durante os anos, unidades da federação, como o Espírito Santo, se destacaram com índices de homicídios elevados, acima da média nacional.

Mesmo com as variações dos homicídios capixabas passando, em alguns momentos, uma falsa impressão de explosão súbita de violência, a disposição da série histórica no gráfico de evolução permite a associação do aumento gradativo das taxas de violência, em especial dos homicídios, à idéia de "tragédia anunciada" trabalhada por Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005, p. 01). Segundo eles, a sociedade e o Estado assistiram inertes, quase impotentes, à degradação das condições de segurança pública nas últimas décadas.

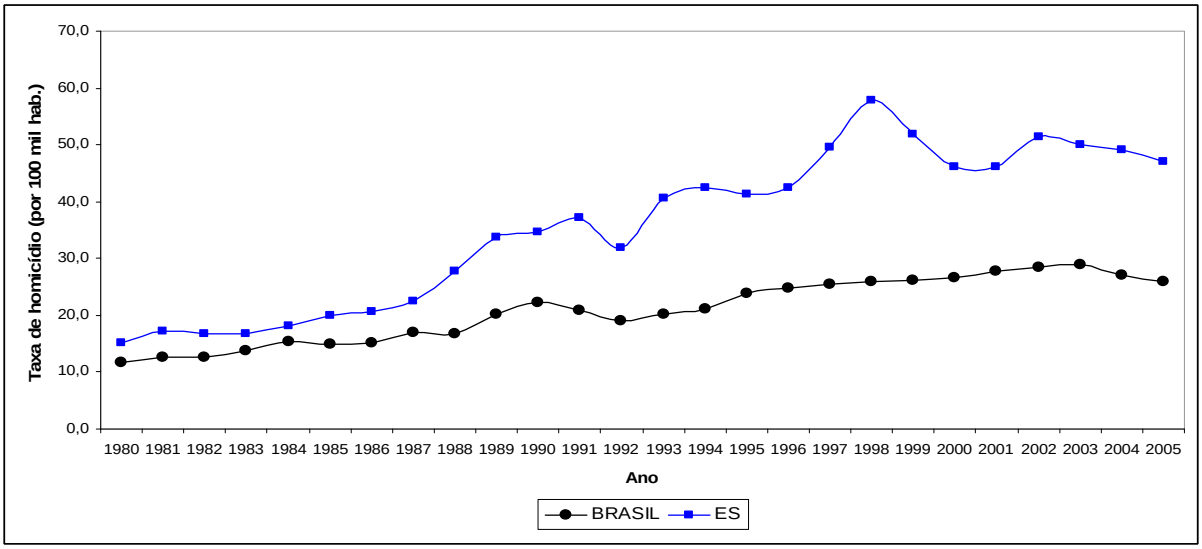

FIGURA 02 - GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO, BRASIL E ES 1980-2005
Fonte: SIM/Datasus (1980-2005); Org.: Pablo Lira (2007)

Dessa forma, tendo em vista sua distribuição espacial, potencialmente concentrada nas áreas urbanas, a criminalidade violenta no Brasil e Espírito Santo iniciou uma espécie de processo endêmico[20], no qual vários fatores estruturais, a saber, o

[20] De acordo com Dorland (*apud* CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO 2005, p. 01, tradução nossa) "doenças endêmicas, apresentam ou prevalecem sob uma população ou área geográfica durante um determinado período de tempo". Em outras

próprio descaso e/ou fracasso das esferas do poder público, a ausência de integração das políticas sociais e a ineficiência do planejamento urbano, correlacionaram-se favorecendo o desenvolvimento da dinâmica criminal.

A atual conjuntura de aumento gradativo dos números de homicídios nos permite aproximar a criminalidade urbana violenta à idéia de endemia social. Este é um fenômeno que atinge a sociedade brasileira, capixaba e de outros estados da federação há cerca de três décadas. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) do Ministério da Saúde, no período entre 1979 e 2007 o Brasil e o Espírito Santo acumularam, respectivamente, cerca de 950 mil e 30 mil registros de assassinatos. Cerca de 70% desses homicídios foram consumados em áreas urbanas.

A fim de evitar eventuais confusões, explicitamos que a violência é aqui tratada como uma endemia não para evocar ou justificar um novo sanitarismo ou "higienismo". Muito menos, pretendemos contribuir com a estigmatização de estratos sociais. Apenas aproximamos a criminalidade violenta à idéia de endemia no sentido de entendermos a violência como um *problema*, e não como uma doença propriamente dita, que aflige as populações das principais cidades brasileiras com certa regularidade espaço-temporal. Esta regularidade, que evidencia padrões de distribuições geográficas, é diretamente influenciada por fatores estruturais, típicos dos ambientes urbanos brasileiros, o que garante certa peculiaridade à criminalidade violenta constatada nas grandes cidades do país.

Ressalvando as diferenças e relativizando as proporções, quando comparado com as epidemias que assolaram as cidades européias, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, e as urbes brasileiras, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, o atual "surto" de criminalidade violenta, aqui representada pelos números e taxas de homicídios, apresenta alguns aspectos semelhantes que também implicaram em alterações nas estruturas, processos, formas e funções urbanas.

---

palavras, endemia é uma enfermidade comum a população de uma região X, cuja incidência está ligada, sobretudo, à atuação e influência de fatores locais.

Durante as crises ligadas à proliferação de epidemias, seja na Europa dos séculos XVIII e XIX, seja em outras cidades, em períodos mais recentes, a população que sofria com os males trazidos pela insalubridade urbana demorou cerca de cem anos para usufruir dos resultados alcançados pelas ações conjugadas de obras infra-estruturais, intervenções sanitaristas e reformas legislativas que transformaram a situação problemática instaurada pelas epidemias. As pessoas viveram décadas expostas aos problemas trazidos pela insalubridade urbana, sem perspectivas de solução ou melhoria do quadro precário constatado, até os gestores e planejadores implementarem projetos integrados que trouxeram soluções para as dificuldades enfrentadas. Claro que tais projetos não erradicaram por completo os problemas ligados à insalubridade. De todo modo, eles contornaram efetivamente a situação alarmante instaurada nos ambientes urbanos.

Sobre a realidade brasileira, é importante salientar que os problemas referentes à insalubridade ainda são observados hoje nas principais cidades, especialmente em seus bairros desprivilegiados, porém não com a mesma intensidade que no período tratado pelo subitem anterior. A degradação ambiental, rede viária deficitária e a deterioração da qualidade de vida são apenas alguns aspectos que comprovam que a violência não é o único problema urbano. Todavia, o aumento gradativo da criminalidade violenta evidenciou tal fenômeno como uma espécie de “endemia social contemporânea”, garantindo o caráter da *novidade histórica* apontada por Souza (2008).

Como visto, a “epidemia social contemporânea”, a violência, vem afligindo a população dos principais centros urbanos brasileiros há cerca de três décadas. Levando em conta os atuais índices de violência, constata-se que, hodiernamente, vivemos uma fase sem muitas perspectivas de melhoria do quadro crítico observado.

Assim como na época das epidemias, o medo da violência vem influindo no surgimento de novas formas de sociabilidade e, sobretudo, na organização sócio-espacial das cidades. Em urbes como Vitória, os hábitos sociais dos cidadãos foram alterados a partir das preocupações e medos de se tornarem a próxima vítima de assassinato, latrocínio, sequestro ou roubo. Essa mistura de aflições, que é caracterizada por Baierl (2004, p. 26) como “medo social”, logo mais amplo que o sentimento propriamente dito, vem nas últimas décadas alterando as configurações

dos espaços urbanos, especialmente, das áreas ocupadas pelos grupos mais abastados da sociedade.

De modo semelhante ao que ocorreu no caso da proliferação de doenças ligadas à insalubridade urbana nos séculos passados, o fenômeno violência, expresso pelo aumento, nas últimas três décadas, dos números e taxas de crimes, a exemplo, os homicídios, passa a incomodar até mesmo as classes mais privilegiadas. Mediante a magnitude e intensidade da violência em cidades como Vitória, as classes médias e altas adotam o enclausuramento, como estilo de vida, em condomínios residenciais excessivamente vigiados e auto-protegidos, situados na mancha urbana, e promovem movimentos de escapismo em direção à franja periurbana por meio da construção de “condomínios exclusivos” nos moldes *edge city* (SOUZA, 2008, p. 72). Essas soluções aparentes serão problematizadas no próximo capítulo em um momento mais adequado. Nesta parte do trabalho, apenas buscamos evidenciar analogamente os problemas enfrentados pelas cidades nas épocas das epidemias ligadas à insalubridade e em períodos mais recentes, quando a criminalidade violenta destaca as principais cidades brasileiras em nível mundial.

Diante disso, constata-se que, no cenário nacional, a “endemia social contemporânea”, a criminalidade violenta, se caracterizou, ao longo das três últimas décadas, como um problema comum às principais cidades brasileiras, influenciando transformações nas estruturas da organização espacial, agravamento dos processos de segregação social e significativas alterações nas formas e funções urbanas. Nesse sentido, o próximo capítulo abordará como a criminalidade violenta se correlaciona com as *instâncias analíticas urbanas*.

4- INSTÂNCIAS URBANAS E VIOLÊNCIA

4.1- CONCEITOS E TEORIAS

Como visto no capítulo anterior, o aumento gradativo da violência nas principais cidades brasileiras influenciou alterações nas estruturas, processo, formas e funções urbanas. Todavia esta não se reduz a uma relação de causa e consequência. A violência e o urbano, entendidos aqui como fenômenos sociais, se correlacionam dialeticamente.

Em sua análise dialética da cidade, Lefebvre (1999, p. 23) apresenta a importância do estudo do urbano com base em três aspectos essenciais: função, forma e estrutura. Este é o mesmo método de análise empregado por Santos (1992), no qual é acrescentado o conceito de processo. Este último autor entende a *forma* como o aspecto visível do objeto, bem como de seu arranjo espacial; *função* como uma atividade ou papel desempenhado pelo objeto; *estrutura* como a maneira pela qual os objetos estão interrelacionados, não possuindo uma exterioridade imediata, ou seja, ela é invisível, uma espécie de matriz na qual a forma é gerada; e *processo* como uma estrutura em movimento de transformação, isto é, uma ação que se realiza continuamente. Na visão do referido pensador,

> forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. [...] Pode-se mesmo reduzir cada um desses conceitos até designar uma forma significante, uma estrutura dominante ou uma função prevalente. No entanto, só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade (SANTOS, 1992, p. 52).

A fim de evitar possíveis equívocos, cabe ratificar que a visão holística enfocada não se trata de uma visão geral, sem aprofundamento. A dialética espacial proposta por Milton Santos se faz valer da análise holística[21] que possibilita, a partir da leitura particularizada e da interlocução das “categorias do método geográfico”, um melhor entendimento dos fenômenos urbanos estudados. Categorias estas que, como já anunciado, são aqui tratadas como *instâncias analíticas urbanas*.

[21]A etimologia dessa palavra deriva do grego *hólos* que significa inteiro.

Nesse sentido este trabalho parte das instâncias analíticas urbanas: estrutura, processo, forma e função, para compreender melhor a correlação dialética entre a cidade e a violência.

A violência influencia a construção, composição e organização espacial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes. A primeira parte desta afirmativa pode ser corroborada pela *arquitetura do medo*[22], desvalorização econômico-funcional de regiões que apresentam altos índices criminais e pela fragmentação sócio-espacial. Da mesma forma, tais fatores também podem potencializar a violência. Estudos projetuais apontam que características arquitetônicas, como ineficiência na iluminação externa de residências, facilitam o cometimento de roubos e arrombamentos. Pesquisas do campo da Criminologia indicam que quanto menor o grau de coesão social, maior a probabilidade de ocorrerem crimes diversos. Diagnósticos geo-estatísticos, que combinam procedimentos derivados do Sistema de Informação Geográfica - SIG com análises interdisciplinares, ressaltam que processos urbanos derivados das desigualdades sócio-econômicas, como a gentrificação, favelização, segregação e auto-segregação, favorecem a manifestação da violência de acordo com as especificidades espaciais e temporais das cidades.

Assim como a violência, o urbano revela ser um fenômeno complexo. Sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento, fazendo com que muitas vezes os especialistas se deparem com “campos cegos”. Lefebvre (1999, pp. 33-50) emprega este conceito para demonstrar que a problemática urbana é repleta de vazios (ausências de respostas) ou momentos sombrios (caixas pretas). Na esteira dessa metáfora, o referido pensador afirma que existem campos cegos no estudo do urbano, da mesma maneira que há na retina um ponto cego, onde o olho não se enxerga. Ele necessita de um espelho, pois o ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego.

---

[22] Batista (2003, p. 203) utiliza essa expressão para analisar como o discurso do medo, referente à violência política e/ou religiosa, implicou em consequências estéticas no Rio de Janeiro - RJ do século XIX. Nesta pesquisa que aqui se insere, a “arquitetura do medo” é analisada no contexto da criminalidade violenta contemporânea. Esta influencia a disseminação de grades, muros muito elevados, cercas elétricas, guaritas com seguranças particulares armados e circuitos de vídeo-monitoramento, transformando as paisagens das principais cidades brasileiras.

É nesse sentido que esta pesquisa busca contrapor/correlacionar as instâncias urbanas e a violência em uma análise dialética, explorando os campos cegos pouco estimulados por uma produção científica[23] e ações práticas ainda inovadoras, sobretudo, em se tratando de Brasil. É importante ressaltar que a produção científica que associa variáveis explicativas urbanas à problemática da violência é muito rica tanto por parte dos cientistas brasileiros, por exemplo, Adorno (1990), Cano e Santo (2001), Chaui (2003), Da Matta (1983), Misse (2006), Minayo (1998), Peralva (2000) e Zaluar (1999), quanto por estudiosos do exterior[24]. Contudo, a base metodológica e o enfoque analítico, que partem das instâncias urbanas para o estudo da correlação dialética entre a cidade e a violência, são os elementos que representam o caráter inovador aqui salientado.

4.2- ESTRUTURAS E PROCESSOS

4.2.1- Contextualizando as estruturas

Conforme foi destacado na introdução deste capítulo, estrutura é aqui entendida como a maneira pela qual os objetos estão interrelacionados, não possuindo uma exterioridade imediata, ou seja, ela é invisível, uma espécie de matriz na qual a forma é gerada.

Santos (1992, p. 16) indica que as estruturas são *formadas* por elementos homólogos e de elementos não homólogos. Dentre as primeiras estão as estruturas demográficas, econômicas, educacionais, de saúde, de transporte etc., ou seja, estruturas de mesma classe, composta por fatores intrínsecos. Nessa perspectiva, estas podem ser consideradas estruturas simples. Tomando a estrutura demográfica como exemplo, constata-se que ela é composta e definida pelo número de habitantes, faixa etária dos habitantes, gênero dos habitantes e outros fatores relativos à população. Isso não significa que fatores externos não exerçam influência sobre a estrutura demográfica, mas sim demonstra a importância dos fatores intrínsecos em sua *consolidação*.

[23] Ver subitem 1.3.2.
[24] Ver Cerqueira e Lobão (2003).

As estruturas formadas por elementos heterogêneos, isto é, constituídas por diferentes fatores, consolidam-se como estruturas complexas. Compartilhando da visão do citado autor, compreende-se que a estrutura espacial é formada por elementos não homólogos que evidenciam uma combinação de fatores demográficos, econômicos, sociais, entre outros. Da mesma maneira, a sociedade é concebida como uma estrutura formada por elementos não homólogos. Assim, espaço e sociedade são entendidos como estruturas formadas por elementos heterogêneos.

Santos (1992) aponta que cada estrutura evolui e que a evolução de cada estrutura em particular afeta a sociedade e, consequentemente, a organização espacial, haja vista que "a essência do espaço é social" (SANTOS, 1992, p. 01). Na esteira de tal constatação, neste momento da pesquisa as estruturas da área específica de estudo, a cidade de Vitória, são contextualizadas a fim de fornecer subsídios analíticos e teóricos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Não há como dissertar sobre as estruturas de Vitória sem antes realizar uma sucinta contextualização das estruturas do Espírito Santo. A evolução das estruturas social, espacial, política, econômica, demográfica, cultural, entre outras, do Espírito Santo está dialeticamente atrelada à evolução das estruturas da aglomeração Grande Vitória[25] e, principalmente, da cidade de Vitória.

4.2.2- Contexto do Espírito Santo e da Grande Vitória

No Brasil, o problema da criminalidade violenta, entendido como uma "endemia social", associou-se aos processos tardios de industrialização e urbanização. As atuais estruturas sócio-espaciais do estado do Espírito Santo e, particularmente, da cidade de Vitória são consequências desses processos.

Com uma estrutura demográfica formada por uma população predominantemente rural e uma estrutura econômica fundada nas bases da cafeicultura, o Espírito Santo

[25] A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios da RMGV formam a Aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação (ver figura 03).

passou por intensos processos de industrialização e urbanização a partir da década de 1970. As mudanças estruturais capixabas aconteceram de maneira brusca, tendo seu início com a desestruturação do setor agrário[26] e se consolidando com a reestruturação da economia, estimulada pela nova ótica de acumulação do capital que se instaurava no estado, a industrialização.

Essa nova forma de acumulação ficou caracterizada, principalmente, pela implementação dos *Grandes Projetos de Impacto*[27] que se restringiram, com exceção da implantação da Samarco Mineração e da Aracruz Celulose (indústrias que se localizam em um raio aproximado de 100 km da capital), à atual área da aglomeração da Grande Vitória, conforme pode ser constado no mapa da figura 03.

Em meio à aparente prosperidade econômica alcançada, nem os administradores da esfera federal, muito menos os gerenciadores da escala estadual, parecem ter lançado seus olhares e atenção ao futuro. À medida que os anos passaram, os projetos industriais foram se desenvolvendo sem que se planejassem políticas urbanas e sociais adequadas.

A súbita transformação da estrutura econômica implicou em alterações na estrutura demográfica, como a intensificação dos fluxos migratórios destinados ao centro urbano capixaba. Isso propiciou um incremento abrupto no número de pessoas que se fixavam na Grande Vitória em busca de novas oportunidades de emprego. Com base nos registros censitários do IBGE, constata-se que taxa de variação populacional entre 1960 e 1970 no Espírito Santo registrou um *aumento* de 13%. Em Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória o referido *acréscimo* populacional foi de respectivamente 156%, 88%, 60%, 123% e 60%. Do início da década de 60 ao início década de 70 os demais municípios capixabas apresentaram *redução* de 2% na taxa de variação populacional.

---

[26] A crise do café capixaba foi agravada durante a década de 60. A baixa produtividade dos cafezais, plantados de maneira extensiva, e a queda do preço do produto no mercado externo foram os principais motivos para que a política federal de erradicação tivesse forte impacto na economia do Espírito Santo.

[27] Projetos industriais, articulados a partir da política econômica nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que eram orientados basicamente para o mercado exterior. Dentre estes, cabe destacar as obras portuárias no canal da baía de Vitória, construção do porto de tubarão, das Usinas de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce e da Usina Siderúrgica de Tubarão.

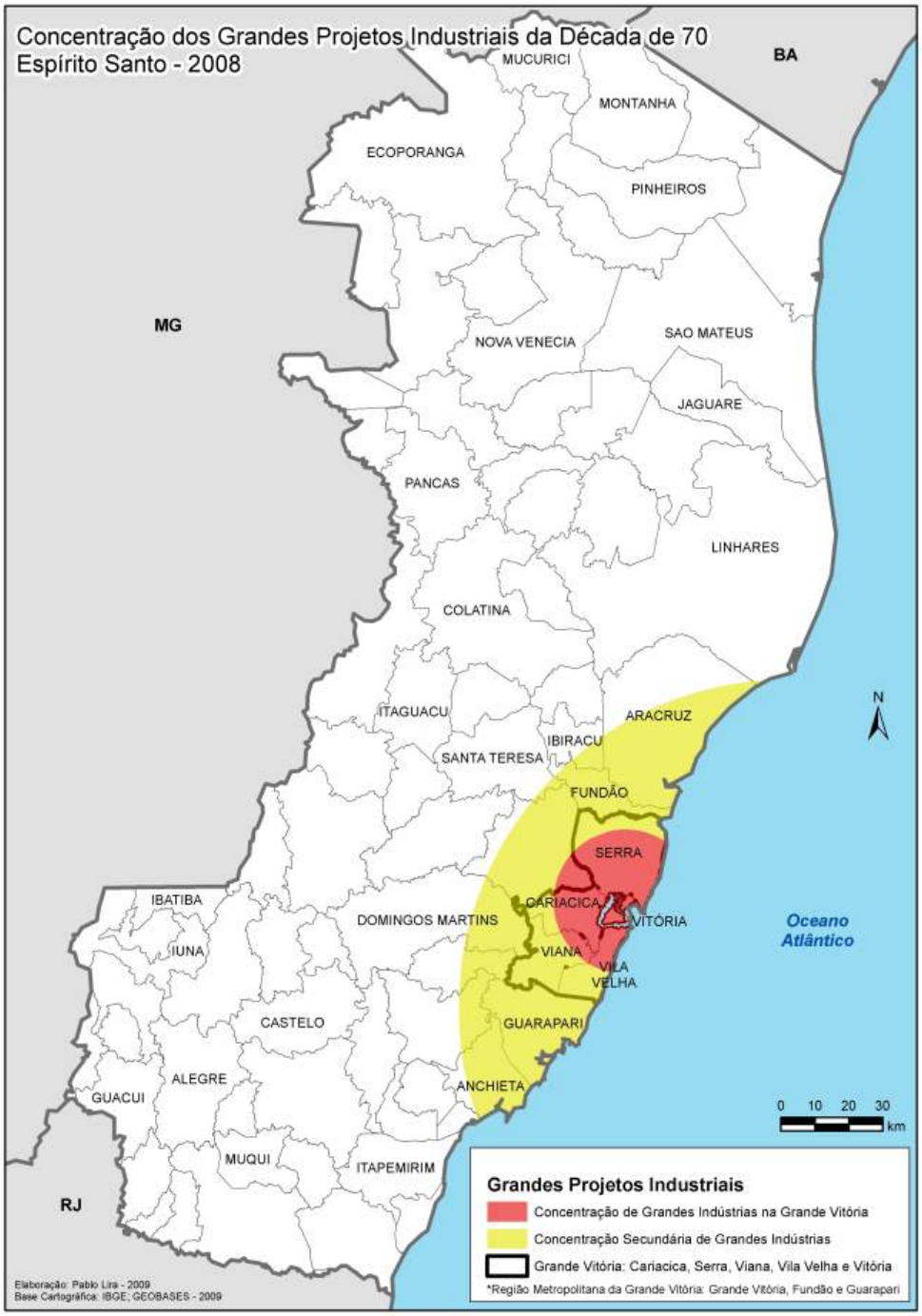

FIGURA 03 - MAPA DA CONCENTRAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS

Os números citados indicam o forte aumento percentual da população dos municípios onde os Grandes Projetos foram instalados e a redução do saldo populacional dos demais municípios do Espírito Santo. Essa redistribuição da população foi estimulada pelos desequilíbrios regionais produzidos pelo desenvolvimento industrial desigual capixaba, em outras palavras, pela concentração dos projetos industriais na privilegiada área da aglomeração da Grande Vitória.

A Grande Vitória, bem como todo o estado, não possuía infra-estrutura básica que suportasse tamanho fluxo migratório, composto por pessoas originárias do norte do Rio de Janeiro, oeste de Minas Gerais, sul da Bahia e, sobretudo, oriundas do interior decadente do Espírito Santo. O intenso êxodo rural observado na segunda metade do século XX implicou em alterações nas estruturas demográfica, social e espacial. Em um curto período de tempo, o percentual da população urbana capixaba passou de 29,2%, em 1960, para 79,5%, no ano 2000.

Como se percebe, após os primeiros anos da expansão industrial capixaba, houve um re-ordenamento urbano, das relações sociais e dos fluxos populacionais. Somado a isso, as mudanças de aspecto sócio-econômico da divisão do trabalho e de distribuição de renda favoreceram a evolução da precariedade urbana e empobrecimento da qualidade de vida na Grande Vitória.

No que tange as transformações sócio-econômicas da época, cabe destacar que os operários que foram absorvidos em um primeiro momento, na fase de construção das indústrias, não possuíam qualificação profissional adequada. “Na primeira fase, o aproveitamento dessa mão-de-obra foi amplo. Entretanto, a demanda por pessoal na fase de operação foi, pelo menos, 50% inferior às etapas de construção civil” (IJSN, *apud* SIQUEIRA, 2001, p. 96). Sem condições econômicas para retornar às suas localidades de origem boa parte da mão-de-obra não aproveitada na fase operacional das grandes indústrias passou a ocupar as encostas dos morros, áreas alagadas, manguezais e outros locais desprovidos de infra-estrutura urbana.

Os representantes públicos do Estado, talvez por uma maior preocupação com os aspectos macro-econômicos, ou até mesmo por mero descaso, não conceberam a força e intensidade da transformação pela qual a região passaria. A falta de adequadas políticas públicas, que contornariam ou amenizariam os problemas trazidos pela nova dinâmica estabelecida de uso e ocupação do solo urbano, se caracterizou como um dos fatores decisivos que contribuiu para o desencadeamento de processos sócio-espaciais contraditórios. Dessa maneira, o território “macrocefálico urbano” (SANTOS, 2004, p. 306) do Espírito Santo, a Grande Vitória, se consolidou.

Foi nesse contexto que se agravaram mais intensamente os problemas sociais e, conseqüentemente, a violência passou a destacar a aglomeração da Grande Vitória em contraste com o resto do estado. Tomando novamente o homicídio como indicador comparativo, constata-se, por meio da leitura do gráfico da figura 04, como a partir da segunda metade da década de 80 a aglomeração da Grande Vitória apresentou uma significativa concentração de homicídios. Antes desse período as taxas do Espírito Santo, da Grande Vitória e dos demais municípios capixabas evidenciaram comportamentos semelhantes, isto é, aumento médio de 15 assassinatos para cada grupo de 100.000 habitantes em 1980 para 30 homicídios por 100 mil habitantes em 1988.

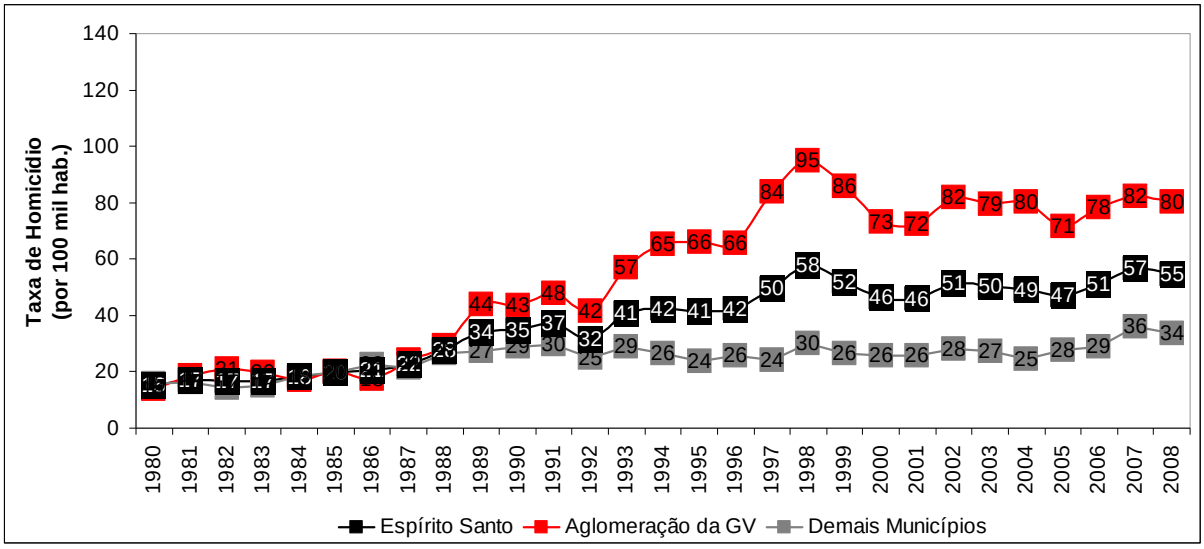

FIGURA 04 - GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIO, ESPÍRITO SANTO 1980-2008
Fonte: SIM/Datasus (1980-2006); CIODES (2007-2008); Org.: Pablo Lira (2009)

Em 1989, a taxa da Grande Vitória se destacou em relação aos demais municípios, atingindo 44 mortes por 100.000, o que influenciou um efetivo aumento da taxa geral do estado. Durante toda a década de 90 essa tendência se confirmou. As taxas da Grande Vitória, do Espírito Santo e do restante do estado registraram em 1998 os picos respectivos de 95, 58 e 30 homicídios por 100 mil habitantes.

Nos últimos anos, a taxa da aglomeração da Grande Vitória manteve-se acima da média estadual e dos demais municípios. Em 2008, a Grande Vitória registrou 80 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto o Espírito Santo e os demais municípios capixabas computaram 55 e 34 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Quando são analisados os números absolutos, constata-se que a

aglomeração da Grande Vitória concentrou 66% dos 1.903 homicídios do Espírito Santo neste mesmo ano.

Essa tendência de concentração da violência está relacionada às transformações estruturais desencadeadas pelos processos de industrialização e urbanização capixaba. Como visto, foi justamente na Grande Vitória onde ficaram concentrados os grandes investimentos industriais. Investimentos estes que favoreceram a alteração dos fluxos migratórios, que passaram a convergir para a Grande Vitória, contribuindo assim para o adensamento populacional dessa região. Hodiernamente, a Grande Vitória congrega cerca de 45% da população capixaba em uma área que corresponde a aproximadamente 3% do território do estado (fonte: IJSN, 2008, *on-line*).

Não se espera com isso, reforçar a tese do imaginário social, que também é incorporada por alguns estudiosos, de que a migração é a causa do aumento da criminalidade violenta nos ambientes urbanos. É importante registrar, previamente, que devido à complexidade envolvida, a criminalidade urbana violenta não pode ser reduzida a uma causa única (MISSE, 2006, p. 34).

Com base na análise da problemática capixaba, acredita-se que a ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado durante o auge do processo de industrialização e urbanização foram alguns dos fatores cruciais que propiciaram sérios problemas de ordem sócio-econômica, a saber, ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência dos serviços básicos de saúde e educação, dentre outros. Acredita-se, também, que o aumento da criminalidade violenta, registrado na Grande Vitória nos anos subsequentes à década de 70, estaria mais associado a estes problemas estruturais do que à intensificação da migração.

O processo tardio de industrialização do Espírito Santo, assim como de outros estados, foi mais um exemplo bem sucedido do modo brasileiro de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. Dessa forma, a desigual distribuição espacial do crescimento econômico-industrial da década de 70 produziu desequilíbrios e gerou reflexos sociais que contribuíram para o crescimento gradativo da criminalidade urbana violenta.

4.2.3- Contexto da cidade de Vitória

Compondo a aglomeração da Grande Vitória como a principal centralidade, a cidade de Vitória - ES foi o palco onde as transformações estruturais, engendradas pelo crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social, manifestaram-se de maneira mais intensa. A respeito dessa correlação antagônica, é importante reforçar a contradição intrínseca aos processos capixabas tardios de industrialização e urbanização. A mesma lógica capitalista que proporcionou a industrialização de Vitória e de seu em torno, também favoreceu a degradação urbana da região. Uma vez negligenciadas as premissas básicas do planejamento territorial, o sítio urbano em questão ficou vulnerável ao desencadeamento de processos sociais contrastantes.

O planejamento urbano não condizente com as transformações estruturais da década de 70 foi um dos principais fatores que propiciaram o processo de “implosão urbana” da cidade de Vitória. Segundo Lefebvre (1999, pp. 26-27), a referida implosão, entendida como processo histórico, é estimulada, entre outras coisas, pela desproporcional concentração de pessoas na cidade e a incontrolada expansão do tecido urbano.

De acordo com os registros censitários do IBGE, o processo de implosão urbana de Vitória - ES ocorreu na segunda metade do século XX. Nas décadas de 60 e 70, a capital capixaba registrou um aumento populacional respectivo de 60% e 56%, ultrapassando a média geral de variação populacional do estado, 13% entre 1960 e 1970 e 27% entre 1970 e 1980. Nas décadas de 80 e 90, Vitória - ES, já densamente povoada, apresentou uma significativa queda, em relação aos períodos anteriores, na taxa de variação populacional (25% na década de 80 e 13% na década de 90). É importante ressalvar que a partir da década de 90 o vetor crescimento natural ou vegetativo voltou a exercer influência de maneira equiparada aos fluxos migratórios no saldo populacional da capital capixaba.

Nessa perspectiva, a pirâmide etária de Vitória de 1980 (figura 05) já evidenciava significativas alterações na estrutura demográfica que foram influenciadas, sobretudo, pelos intensos fluxos migratórios que convergiram para a capital durante o processo de transição econômica capixaba. Antes da análise da referida pirâmide

cabe salientar que a primeira leva de migrantes que chegou em Vitória no século XX, durante as décadas de 40 e 50, era composta, em sua maioria, por habitantes de pequenas cidades do interior não inseridos na lógica econômica de produção cafeeira. Estes eram atraídos pelas chances de prosperidade econômica oferecidas pela cidade. Somente mais tarde, décadas de 60 e 70, que Vitória conhece a migração massiva estimulada pela forte crise do café e pela subseqüente expansão industrial.

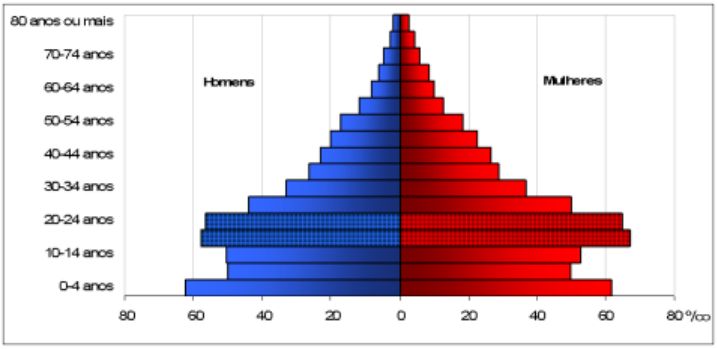

FIGURA 05 - PIRÂMIDE ETÁRIA, VITÓRIA - ES 1980
Fonte: IBGE (1980); Org.: Pablo Lira (2009)

Em uma condição normal, em relação às cidades brasileiras de mesmo porte e com semelhanças na evolução das estruturas demográfica e econômica, a pirâmide etária de Vitória deveria apresentar uma base larga (população jovem) e um progressivo estreitamento até o topo (população idosa). No entanto, quando analisada, a pirâmide de Vitória - 1980 revela uma concentração muito forte de pessoas entre as faixas etárias de 15-19 e 20-24 anos (faixas hachuradas). Tal alteração pode ser explicada pelo acréscimo populacional gerado pelos massivos fluxos migratórios que convergiram para o sítio urbano de Vitória, então conhecido pelas suas potencialidades de sede burocrática, comercial, de prestação de serviços e, na referida época, incrementado pelo advento dos grandes investimentos industriais. Estas características alimentavam o sonho dos jovens migrantes que associavam a imagem da cidade à facilidade de emprego e rápida prosperidade econômica. Uma outra variação que é notada na pirâmide de 1980 é o comportamento da base (população de 0-4 anos) que se mostrou significativamente maior do que as demais faixas etárias. Essa variação pode ser explicada pelo acréscimo dos filhos dos imigrantes sobre os filhos das pessoas que já residiam em Vitória.

As referidas transformações demográficas aconteceram de forma acelerada em um sítio urbano destituído de um planejamento condizente com a situação vivenciada. Importa reforçar, assim como foi feito no capítulo anterior, que boa parte das obras infra-estruturais urbanas implementadas em Vitória até os anos 70 e 80 tomavam como base algumas diretrizes do projeto Novo Arrabalde[28], que foi concebido ainda no governo de Muniz Freire (1892-1896), quando as epidemias ligadas à insalubridade representavam um dos problemas críticos enfrentados pela cidade. As intervenções urbanas mais comuns eram as de alargamento e edificação de ruas, construção de redes sanitárias e de abastecimento de água, loteamento de novos bairros e a realização de aterros que proporcionaram a expansão da área ocupada da Ilha de Vitória.

Tais obras foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade de Vitória. No entanto, além de não atenderem a demanda da época, elas favoreceram um processo de ocupação urbana seletiva. Devido à forte especulação imobiliária e a constante alta do preço da terra, os novos bairros planificados (figura 06) abrigaram as camadas mais favorecidas da sociedade.

FIGURA 06 - BENTO FERREIRA E PRAIA DO CANTO, EXEMPLOS DE BAIRROS PLANEJADOS
Fonte: Google; PMV (2009); Org.: Pablo Lira (2009)

Conseqüentemente, a população de menor poder aquisitivo, composta principalmente pelas famílias dos migrantes que não possuíam qualificação profissional adequada, para serem absorvidos pelo *circuito econômico superior* (SANTOS, 2004, p. 85) durante a fase de operação dos projetos industriais, passaram a se assentar nas regiões desfavorecidas da cidade, onde o preço da terra era quase nulo.

[28] O "Plano de Urbanização de Vitória" de 1931, do engenheiro Henrique Novaes, é um exemplo de planejamento urbano que buscou apoio no projeto Novo Arrabalde. De acordo com Mendonça (1995, pp. 26-32; 114), o aterro da Enseada do Suá, realizado entre 1970 e 1978, concretizou parte do plano de Novaes, que tomava como base algumas premissas do Novo Arrabalde.

Foi a partir das décadas de 60 e 70 que

> [...] o processo de ocupação de Vitória torna-se mais rápido e intenso, iniciando assim uma transformação e descaracterização do espaço geofísico da cidade. Prevalecendo a diferenciação espacial e social, coube à população de baixa renda ocupar áreas periféricas, sem qualquer infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitação (SIQUEIRA, 2001, p. 100).

De acordo com os relatos da autora citada, em meados dos anos 70, a capital já era um centro altamente congestionado e apresentava uma considerável expansão da população desfavorecida. Foi neste período que teve início o processo de ocupação da porção noroeste da Ilha (conferir o mapa base[29] de Vitória na figura 07).

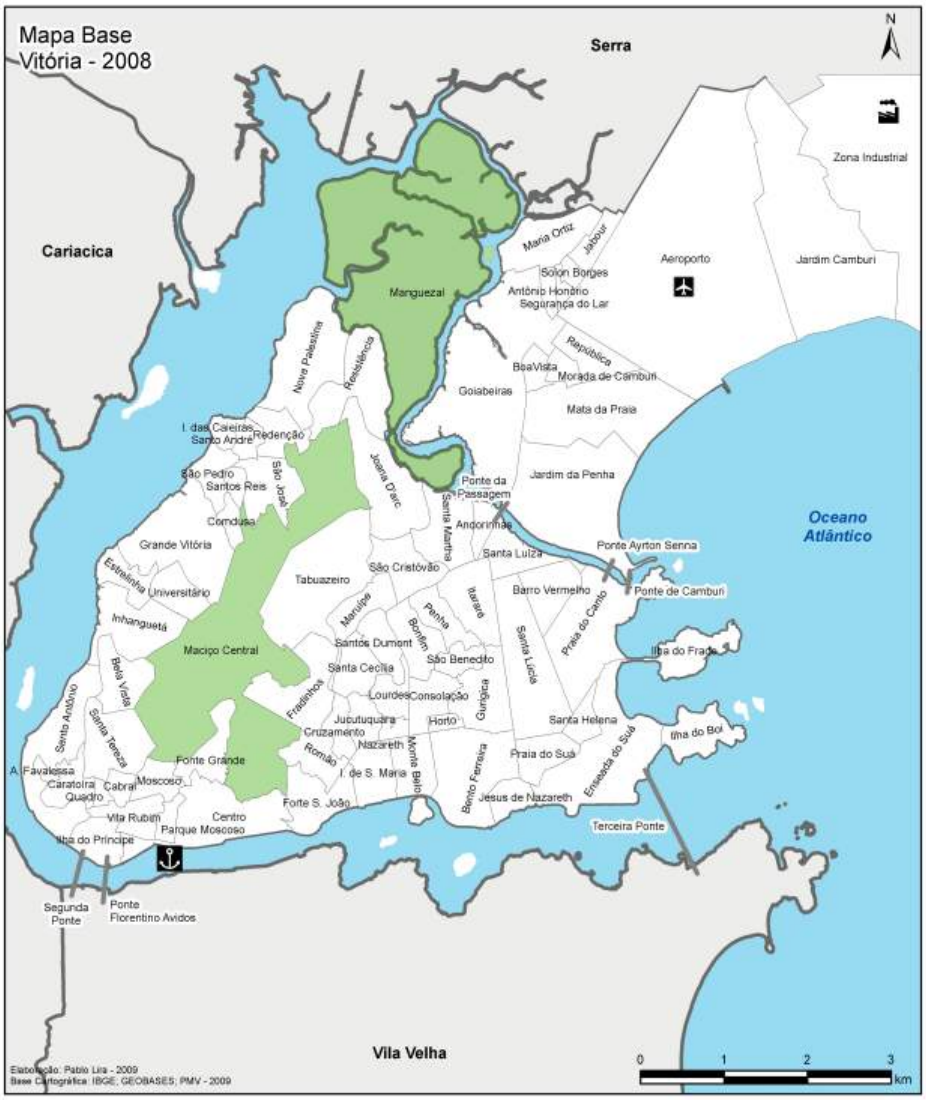

FIGURA 07 - MAPA BASE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES

[29] A partir deste ponto da pesquisa, quando o leitor apresentar qualquer dúvida sobre a toponímia dos bairros de Vitória, o mapa base da figura 07 poderá ser utilizado como referência.

Os migrantes que ainda chegavam e as famílias não privilegiadas que ocupavam áreas de interesse do Estado, como os ex-moradores das circundjacências da Ilha do Príncipe, zona escolhida para a construção da rodoviária de Vitória, intensificaram o processo de ocupação dos manguezais e morros da cidade. Siqueira (2001, p. 101) descreve o processo de ocupação do bairro de São Pedro (figura 08) da seguinte forma:

> [...] a invasão, que teve início no mangue, dando origem à favela de São Pedro, estendeu-se por quase cinco quilômetros, subdividindo-se em São Pedro I, II, III e IV, sendo que a última ocupação, ocorrida em 1980, representava, em extensão, um espaço mais de três vezes maior que a área da primeira [...]. O "lixão" de São Pedro, como era chamado o local de despejo do lixo da cidade de Vitória, foi, gradativamente, tornando-se uma fonte de sobrevivência de centenas de pessoas: inicialmente, com coleta e venda de papéis, plásticos, vidros etc., e com o reaproveitamento de restos alimentares, e, posteriormente, como espaço usado para moradia mediante a construção de barracos sobre o lixo já assentado, que servia, inclusive, como forma de aterro do mangue.

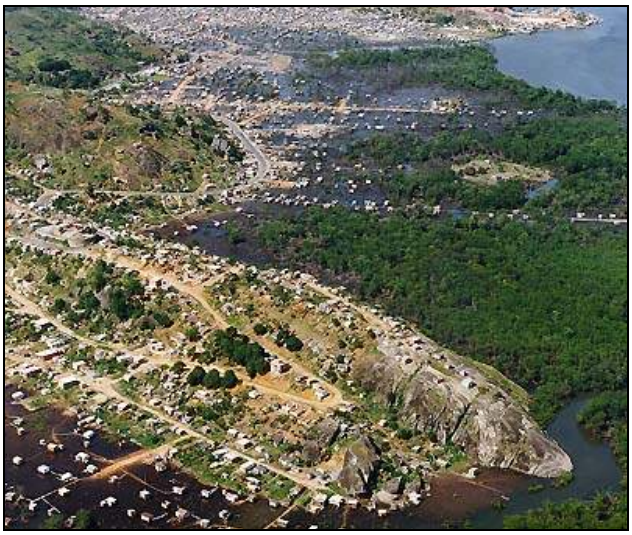

FIGURA 08 - OCUPAÇÃO DO BAIRRO SÃO PEDRO, DÉCADA DE 80
Fonte: PMV (2009); Org.: Pablo Lira (2009)

Outros bairros localizados nas encostas dos morros do em torno do Centro (morros da Fonte Grande, do Cabral, Morro do Moscoso etc.) e a leste do Maciço Central (morros São Benedito, Gurigica etc.), também passaram a ser densamente povoados por trabalhadores de baixa renda e pela leva de migrantes desempregados, que chegavam no município atraídos pela expansão industrial e pelas possíveis chances de emprego.

Sobre o desenvolvimento industrial acelerado que estava ocorrendo na região, cabe salientar a posição de "neutralidade" do governo estadual em relação à fiscalização

e ao estabelecimento de políticas publicas dirigidas aos contingentes de imigrantes que chegavam em Vitória. Segundo Siqueira (2001, p. 109), a correlação entre o inchaço urbano e o aumento dos problemas infra-estruturais da capital tornara-se visível já nos anos 80, principalmente no âmbito da saúde, educação, habitação e transporte coletivo. Além disso, a autora aponta que se tratando das questões de habitação, “as moradias populares não estavam cobrindo a totalidade da população, fato que deu margem à ocupação das áreas periféricas e de morros por ação de invasões” e, logo, contribuiu para a formação dos bolsões de pobreza.

Partindo do ponto de vista de Campos Júnior (2002, p.69), entende-se que “a necessidade de moradia atinge a todos, porém nem toda família pode ter acesso ao bem que adequadamente lhe atenda arcando ao mesmo tempo com seus custos. Grande parte da população depende da ação do Estado para ter moradia”. Com base nesta premissa, pode-se considerar que quando a condição descrita acima não é satisfeita, a população que se encontra *parcialmente a margem* (PERLMAN, 1981) do processo de produção urbana, isto é, destituídos do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1969), passa a ocupar, através de formas alternativas, o solo urbano. Isso foi amplamente observado em Vitória quando a população “marginalizada”, composta pela população de baixa renda, passou a habitar as áreas desfavorecidas da cidade através da autoconstrução de barracos nas encostas dos morros e das palafitas nos terrenos alagados. À medida que as estruturas urbanas se definiam em tal tendência, as contradições sociais emergiam e as desigualdades econômicas afloravam, evidenciando a segregação espacial da cidade.

Antes de adentrarmos na análise dos processos de segregação sócio-espacial, nas próximas páginas serão apresentadas algumas características estruturais da cidade de Vitória. Estas serão investigadas e exploradas sob a perspectiva cartográfica. A distribuição geográfica dos “fatores/elementos” (SANTOS, 1992), aqui também entendidos como *variáveis* (perspectiva geo-estatística), a saber, densidade demográfica, faixa etária dos habitantes, nível de instrução, rendimento econômico, entre outras, será analisada a fim de fornecer subsídios para a identificação das estruturas espaciais e sociais da área de estudo pretendida. Ao mesmo tempo, a distribuição geográfica da criminalidade violenta será ponderada.

Dessa forma, busca-se identificar, mediante a interpretação cartográfica, eventuais correlações espaciais entre as variáveis analisadas e a distribuição geográfica da violência. Sem adiantar conclusões, insta reforçar que a causalidade da criminalidade violenta, devido à sua complexidade, nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. Outra observação importante diz respeito às correlações espaciais. A identificação de uma correlação geo-estatística entre duas variáveis, não implica, necessariamente, que uma delas tenha como conseqüência a outra. Uma correlação geo-estatística aponta para a existência de uma relação espacial entre dois fatores. O nexo causal entre estes pode ser estabelecido por meio do desenvolvimento de análises com outras variáveis, exploração da literatura especializada e de estudos de casos em outras unidades geográficas que corroboram ou não com as correlações identificadas.

4.2.4- Estrutura demográfica

4.2.4.1- Densidade demográfica

Bem como destacado na metodologia desta pesquisa, boa parte das análises sócio-econômicas que aqui se inserem, sobretudo, na escala dos bairros de Vitória, tomam como referência os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Com base na referida fonte de informação, mapas, como o da figura 09, foram confeccionados a fim de analisar a estrutura demográfica da capital capixaba. Estrutura esta que foi diretamente influenciada pelas transformações da segunda metade do século XX. Como visto no subitem anterior, a organização sócio-espacial observada hoje no município de Vitória é, em grande parte, reflexo da acumulação histórica dos processos desencadeados a partir da década de 70, cujos quais reafirmaram a centralidade da capital capixaba no cenário estadual e promoveram significativas alterações nas estruturas econômicas, demográficas, dentre outras.

A densidade demográfica foi uma das variáveis influenciadas pelo processo de urbanização desencadeado na década de 70 (ver subitem anterior). As regiões que naquele período tornaram-se alvos preferenciais da ocupação da população

desfavorecida, hodiernamente apresentam os maiores números de habitantes por quilômetro quadrado.

De acordo com o mapa da figura 09, constata-se que o bairro Jesus de Nazareth registrou 17.194 habitantes por quilômetro quadrado. Os bairros da Penha e Bonfim formaram um *cluster* espacial com elevada densidade demográfica, entre 15.429 a 23.632 hab/km². No em torno dessa região densamente povoada, constatou-se uma série de bairros (Itararé, Gurigica, Maruípe. Santa Martha e Andorinhas) com densidades variando entre 10.457 a 15.428 hab/km².

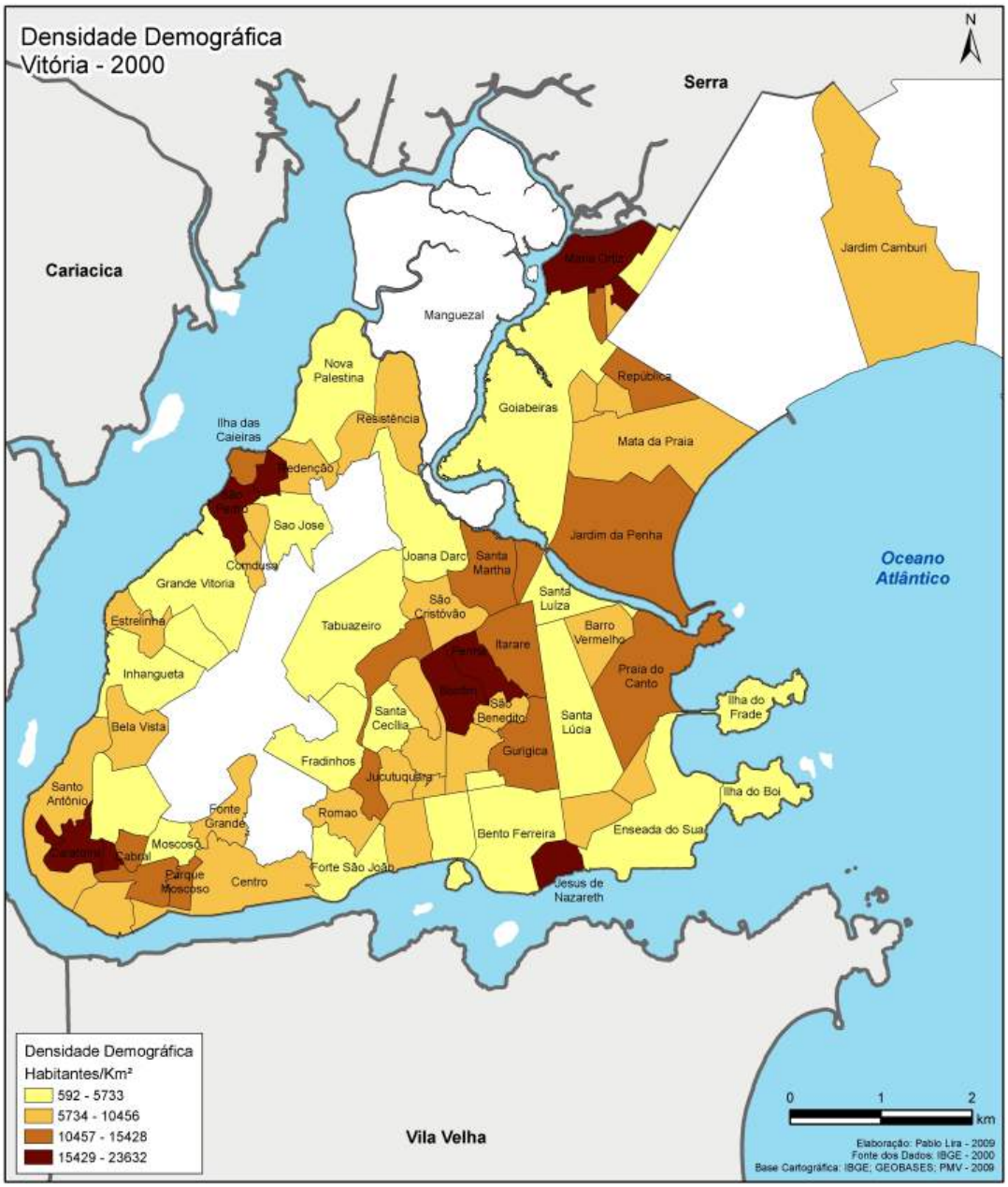

FIGURA 09 - MAPA: DENSIDADE DEMOGRÁFICA, VITÓRIA - 2000

Na região noroeste da Ilha de Vitória, os bairros São Pedro e Santo André destacaram um conglomerado com densidades compreendidas pela classe de legenda de 15.429 - 23.632 habitantes por quilômetro quadrado.

Na zona sudoeste da cidade, os bairros Caratoíra, Ariovaldo Favalessa e Quadro também formaram um aglomerado com altas densidades demográficas. Nas adjacências desse aglomerado se destacaram os bairros Cabral, Vila Rubim e Parque Moscoso com densidades demográficas variando entre 10.457 a 15.428 hab/km².

Por fim, Maria Ortiz e Solon Borges consolidaram um *cluster* com densidades de 15.429 a 23.632 hab/km² nos limites do norte do município.

Pesquisadores como Zanotelli *et al.* (2007*a*) ressaltam a correlação existente, *em nível municipal*, entre altas densidades demográficas e o registro de crimes, sobretudo, contra a pessoa e contra o patrimônio. Este último tipo de delito também é tratado no citado estudo como crime *pelo* patrimônio, uma vez que os roubos e furtos são cometidos almejando-se a posse dos bem. Através de tal interpretação, Zanotelli *et al.* (2007*a*) contribuem com uma perspectiva diferenciada da conotação jurídica que é atribuída pelo Código Penal e bancos de dados criminais à caracterização dos crimes referentes aos patrimônios[30].

Partindo de uma análise cartográfica sistematizada na escala dos municípios do Espírito Santo, os referidos autores identificaram uma associação positiva entre as densidades demográficas e a distribuição espacial da criminalidade violenta. Em outras palavras, as violências relacionadas aos crimes contra a pessoa e patrimônio apresentaram tendência de prevalecer nos municípios que possuíam maior densidade demográfica, principalmente, nos municípios que compõem a aglomeração da Grande Vitória, dentre eles a capital capixaba. Zanotelli *et al.* (2007*a*) destacaram que esta correlação em nível municipal torna-se genérica e suscita um maior detalhamento.

Tal correlação pode ser analisada de forma mais detalhada por meio das informações trazidas pelo mapa da figura 09, que retrata a densidade demográfica

[30] Para um eventual detalhamento sobre este debate ver Zanotelli *et al*. (*2007a*; *2007b*).

dos *bairros* do município de Vitória. Para verificar se a observação destacada por Zanotelli *et al.* (2007*a*) também é valida para o estudo da dinâmica criminal dos bairros de Vitória, os mapas de concentração dos Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES e Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVPAT são introduzidos pelas figuras 10 e 11 no próximo subitem. Cabe ressaltar que estes dois mapas serão reportados sistematicamente ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

4.2.4.2- Distribuição espacial dos CVPES e CVPAT

O primeiro mapa (figura 10) registrou três manchas quentes (*hot spots*), cores avermelhadas, com altas concentrações de CVPES e quatro *clusters* com concentrações intermediárias, cores amareladas. Essas cinco áreas críticas congregaram aproximadamente 54% dos 1.561 Crimes Violentos contra a Pessoa registrados em Vitória no ano de 2008.

A primeira *hot spot* foi formada pelos bairros Santo André, Ilha das Caieiras, Redenção, São José, Santos Reis, São Pedro, Nova Palestina e Resistência. É importante ressaltar que estes dois últimos bairros apresentaram uma *hot spot* de Crimes Violentos contra a Pessoa um pouco distanciada da mancha quente principal, cuja centralidade ficou caracterizada pelo bairro Santo André (menos de 1km em linha reta entre os centros dessas duas *hot spots*). Os conglomerados de Santo André e de Resistência, ambos com raio de influência de 500m, são aqui considerados como um grande *cluster* devido, sobretudo, à formatação espacial das *hot spots* dos CVPES. Além de estarem relativamente próximas, essas concentrações também são interligadas por manchas de concentração média-alta. Dessa maneira, o conglomerado Santo André-Resistência congregou cerca de 15% dos 1.561 CVPES registrados em 2008 no município de Vitória.

Na porção central da Ilha de Vitória, identificou-se a segunda *hot spot* que apresentou uma alta concentração de Crimes Violentos contra a Pessoa. Juntos, os bairros Penha, Itararé, Santa Martha, Bonfim, São Benedito e São Cristóvão concentraram, em um raio de influência de 900m, aproximadamente 14% dos 1.561 CVPES registrados. Caso fosse considerado o nível de concentração média (cor

amarela), o referido conglomerado se estenderia à leste, abrangendo parte do bairro Maruípe, à sudoeste, alcançando os bairros Romão e Forte São João, e ao sul, englobando Gurigica e Jesus de Nazareth. Mesmo apresentando uma concentração média, este último bairro concentrou cerca de 2% dos CVPES de Vitória em 2008.

Outra *hot spot* com alta concentração de CVPES foi constatada na zona sudoeste da Ilha de Vitória, abrangendo os bairros Vila Rubim, Ilha do Príncipe, Santo Antônio, Ariovaldo Favalessa, Caratoíra, Quadro, Cabral e Parque Moscoso. Esta mancha quente apresentou um raio de influência de aproximadamente 800m e congregou cerca de 12% dos 1.561 Crimes Violentos contra a Pessoa.

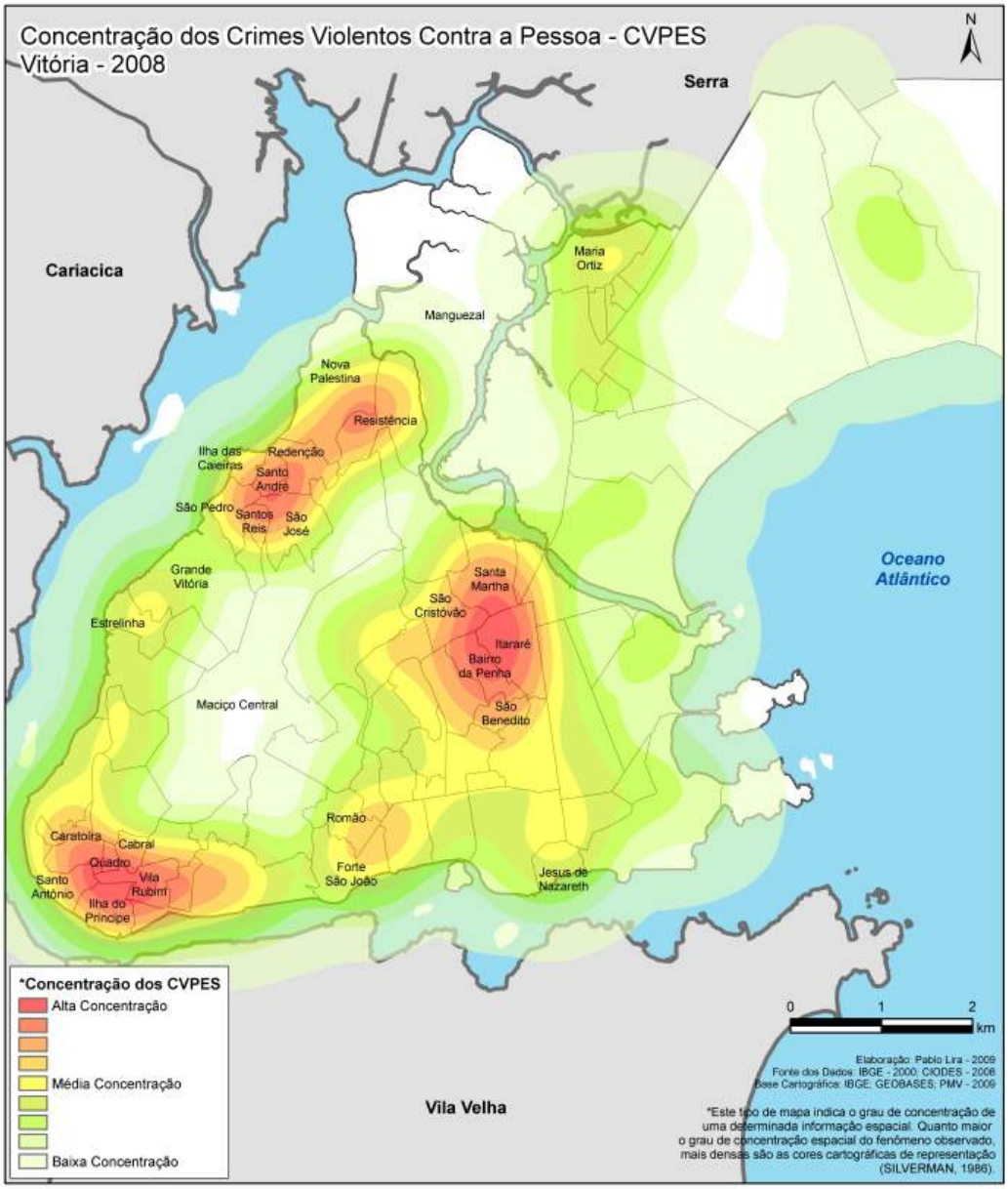

FIGURA 10 - MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CVPES, VITÓRIA - 2008

Ainda no em torno do Centro, um *cluster* intermediário, cores alaranjadas e amareladas, formou-se a partir dos bairros Romão, Forte São João e Ilha de Santa Maria. O referido *cluster* registrou um raio de influência de 350m e concentrou cerca de 5% dos CVPES.

No limite oeste da Ilha de Vitória, os bairros Estrelinha e Grande Vitória formaram um conglomerado de concentrações médias (raio de 250m), cor amarela, que congregou 3% dos CVPES.

Na porção continental do município de Vitória, outro *cluster* intermediário foi formado dentro dos limites do bairro Maria Ortiz (raio de 100m). O referido conglomerado espacial concentrou 3% do total de CVPES registrados.

O mapa de concentração de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVPAT (figura 11) apresentou uma dinâmica espacial diferenciada do mapa de CVPES (figura 10). No mapa dos CVPAT foram constatados três *hot spots* com alto grau de concentração de crimes e dois conglomerados que registraram níveis intermediários de concentração. Essas cinco zonas da cidade congregaram cerca de 65% dos 4.065 Crimes Violentos contra o Patrimônio registrados em Vitória no ano de 2008.

O primeiro *cluster* que destacou níveis de alta concentração de CVPAT abrange os bairros Parque Moscoso, Centro e Vila Rubim. Com um raio de influencia de 900m, este conglomerado concentrou cerca de 18% dos Crimes Violentos contra o Patrimônio.

Na porção leste do município foi identificado um grande *cluster* com níveis de concentração de CVPAT variando entre médio e alto. O bairro Praia do Canto se consolidou como a centralidade do referido conglomerado, onde foi registrado o grau mais elevado de concentração de CVPAT (raio de influência de 500m), cor alaranjada. Ao considerar os níveis intermediários de concentração de Crimes Violentos contra o Patrimônio, cor amarelada, identifica-se que a abrangência do *cluster* da Praia do Canto se estende até os bairros Santa Lúcia, Barro Vermelho, Santa Helena, Praia do Suá, Enseada do Suá e Bento Ferreira, congregando aproximadamente 22% dos CVPAT em um raio de influência de 1km.

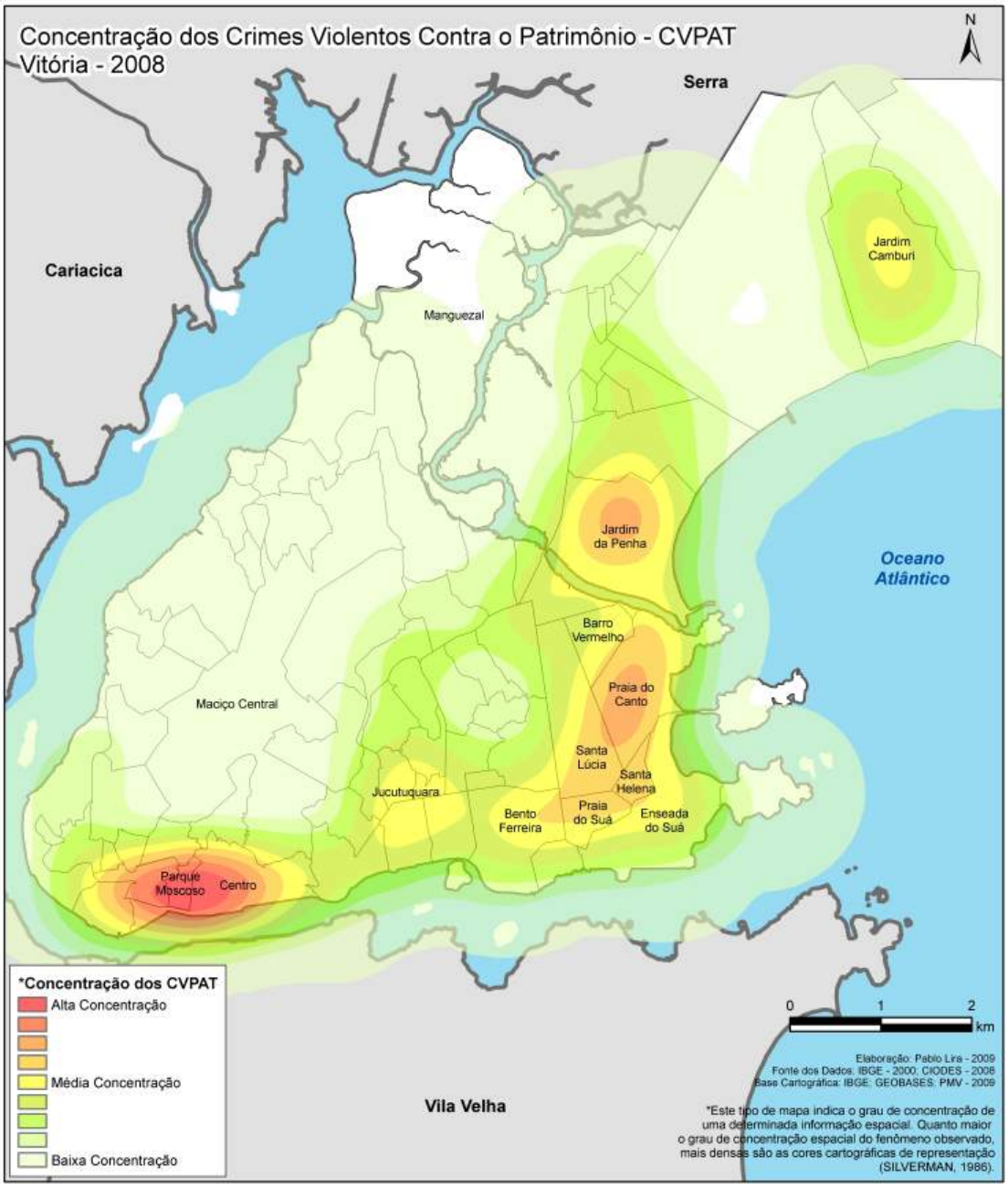

FIGURA 11 - MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CVPAT, VITÓRIA - 2008

Um pouco mais ao norte, já na porção continental de Vitória, constatou-se a *hot spot* do bairro Jardim da Penha, que apresentou um grau de concentração dos CVPAT bem semelhante ao registrado no *cluster* da Praia do Canto. É importante notar que entre Jardim da Penha e Praia do Canto existe o canal da passagem que exerce influência de barreira natural. Contudo possíveis influências das dinâmicas criminais, referentes aos crimes contra o patrimônio, do primeiro bairro sobre o segundo e vice-versa não podem ser totalmente descartadas, uma vez que a conectividade dessas *hot spots* é garantida pelas pontes da Passagem, Ayrton Senna e de Camburi (ver

figura 07, p. 64). De todo modo, devido à presença de dois núcleos bem definidos com altas concentrações (cor laranja) de CVPAT nos bairros Jardim da Penha e Praia do Canto, optou-se por contabilizar dois *clusters* ao invés de somente um. Com um raio de influência de 500m, a *hot spot* de Jardim da Penha congregou cerca de 12% dos Crimes Violentos contra o Patrimônio.

No extremo norte do município de Vitória, o bairro Jardim Camburi registrou um conglomerado de médias concentrações de CVPAT, cor amarela. O referido *cluster* apresentou um raio de influência de 350m e concentrou aproximadamente 9% dos CVPAT registrados na capital capixaba em 2008.

O bairro Jucutuquara apresentou um grau de concentração semelhante ao constatado em Jardim Camburi. Com um raio de 400m o *cluster* de Jucutuquara também se estendeu aos bairros Ilha de Santa Maria, Ilha de Monte Belo e Nazareth. O mesmo concentrou cerca de 4% dos Crimes Violentos contra o Patrimônio.

A análise cartográfica conjugada do mapa de densidade demográfica (figura 09) e dos mapas de concentração dos CVPES (figura 10) e dos CVPAT (figura 11) possibilita a sustentação do apontamento realizado por Zanotelli *et al.* (2007*a*). Todavia, a análise em escala de detalhe, *bairros* de Vitória, permite a identificação de dinâmicas espaciais que escapam do estudo em escala *municipal*. Os dois primeiros mapas revelam que a variável densidade demográfica associou-se positivamente com a concentração dos Crimes Violentos contra a Pessoa. De maneira geral, constata-se que bairros, como São Pedro, Santo André, Caratoíra, Quadro, Penha e Bonfim, que registraram altas densidades demográficas, também apresentaram altas concentrações de CVPES. Isso pode ser ratificado pela leitura concomitante dos mapas das figuras 09 e 10. A referida leitura cartográfica permite identificar, complementarmente, que bairros como Maria Ortiz e Jesus de Nazareth, que computaram elevadas densidades demográficas, apresentaram médias concentrações de CVPES.

Quando são comparados os mapas de densidade demográfica (figura 09) e concentração de Crimes Violentos contra o Patrimônio (figura 11), percebe-se a prevalência de uma correlação negativa, ou seja, os bairros que apresentaram altas

densidades demográficas registraram baixas concentrações de CVPAT. Nesse sentido, a correlação positiva identificada em nível municipal entre a densidade demográfica e CVPAT, não procedeu na escala de detalhe dos bairros de Vitória. Na verdade, o que transparece na leitura cartográfica conjugada dos mapas das figuras 09 e 11 é justamente a não correspondência das áreas em que prevaleceram altas densidades demográficas e dos bairros ou conglomerados que apresentaram altos níveis de concentração de CVPAT.

A correlação espacial evidenciada pelos bairros que apresentaram níveis elevados de povoamento e os Crimes Violentos contra a Pessoa muito concentrados não permite estabelecer o nexo causal entre as variáveis observadas. As altas densidades demográficas, por si só, não explicam a distribuição espacial dos CVPES, muito menos a distribuição geográfica dos CVPAT (uma vez constatada a não existência de correlação positiva).

Por mais tentadora que seja a possibilidade de associar a incidência de CVPES às altas densidades dos bairros, essa relação merece ser estudada a fundo, por meio da exploração de outras variáveis, e mais problematizada. Não é porque uma região da cidade apresenta alta densidade demográfica, que ela necessariamente registrará alta concentração de CVPES. Acredita-se que existam outros fatores estruturais que também exerçam influência, caracterizando essa associação como uma correlação multifatorial.

Dessa forma, nas próximas páginas outras variáveis serão analisadas a fim de identificar possíveis fatores estruturais que podem ter influenciado a distribuição espacial da criminalidade violenta na área de estudo.

4.2.4.3- Distribuição da população segundo o gênero

O gênero da população se caracterizou como outra variável demográfica que mostrou correlação espacial positiva com a distribuição dos CVPES. Por meio do mapa da figura 12 percebeu-se uma correspondência das maiores porcentagens da população masculina nos bairros que registraram elevadas concentrações dos Crimes Violentos contra a Pessoa (figura 10). A referida correspondência é

identificada, principalmente, em bairros como Santo André, São Pedro, Redenção, Nova Palestina, Resistência, Bonfim, Itararé, São Benedito, Gurigica e Jesus de Nazareth, onde foram registrados as maiores porcentagens de homens (47,9% a 54,3%) em relação ao quantitativo das pessoas residentes.

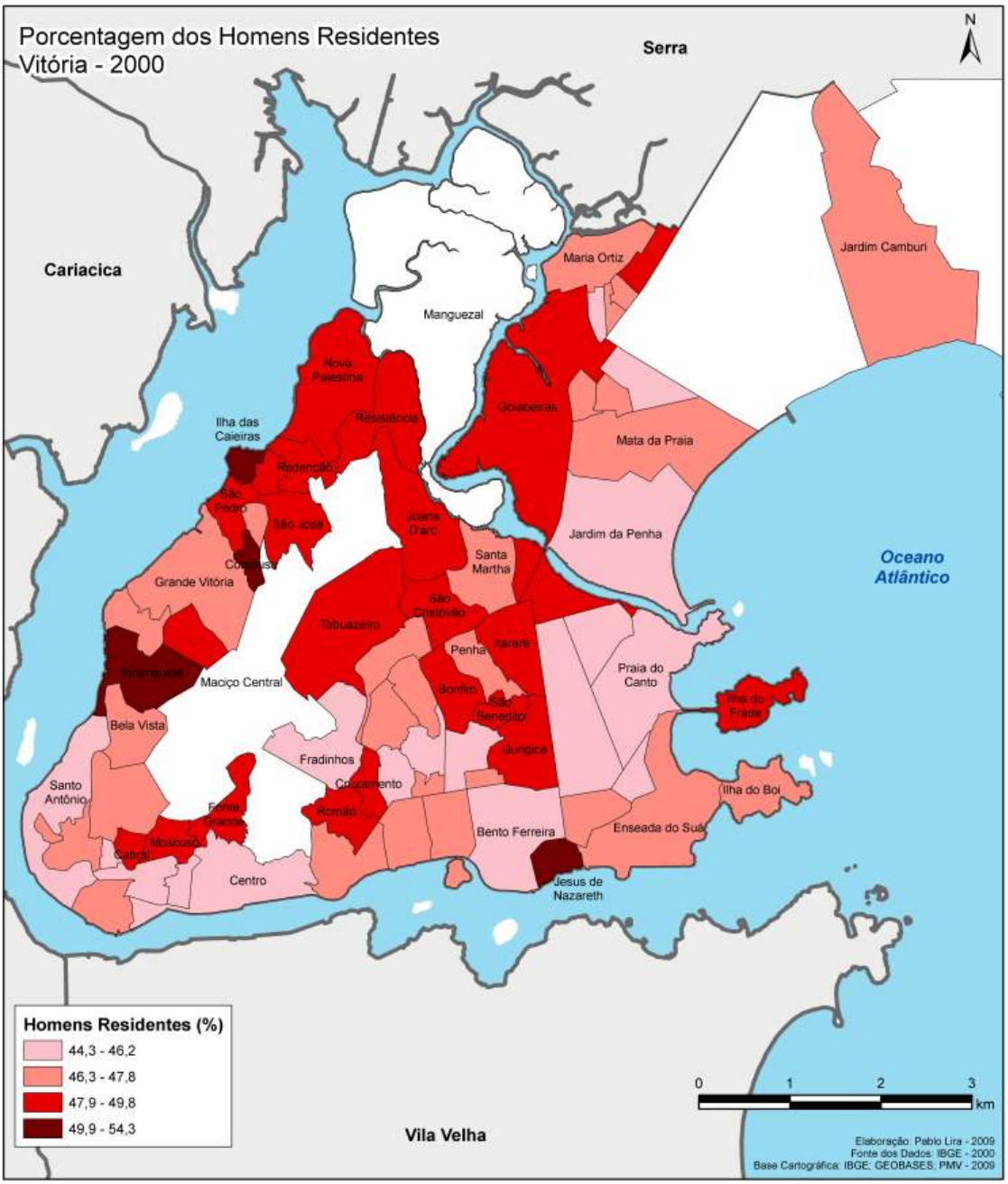

FIGURA 12 - MAPA: PORCENTAGEM DOS HOMENS RESIDENTES, VITÓRIA - 2000

Analisando o caso específico do bairro Jesus de Nazareth no mapa da figura 12, observa-se que o mesmo apresentou uma *predominância* do percentual de homens residentes (classe de legenda de 49,9% a 54,3%) sobre o número de mulheres

residentes. A mesma situação foi observada para os bairros Comdusa, Inhanguetá e Ilha das Caieiras. Contudo, a correspondência espacial entre o *predomínio* da população masculina e as áreas que evidenciaram concentrações altas e médias de CVPES (figura 10), somente foi verificada para este último bairro e Jesus de Nazareth.

4.2.4.3- Distribuição da população segundo as faixas etárias

A correlação espacial entre as variáveis porcentagem dos homens residentes e concentração de Crimes Violentos contra a Pessoa já foi identificada em outros estudos. Pesquisadores como Waiselfisz (2004), Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), Raizer *et al.* (2004), Zanotelli *et al.* (2007*b*), dentre outros, indicam que, em grandes cidades onde são enfrentados sérios problemas referentes à violência, as principais vítimas e perpetradores dos crimes violentos contra a pessoa, sobretudo, os letais, são os jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 24 anos, afrodescendentes e moradores de bairros com insuficiência infra-estrutural. Em geral, estes estão associados ao mundo do tráfico e são assassinados por armas de fogo.

Com base nisso, buscou-se comprovar se a referida tendência torna-se aplicável na escala dos bairros da capital capixaba por meio da confecção de mapas que levaram em conta as variáveis referentes às faixas etárias da população, infra-estruturas urbanas e outras variáveis criminais, como o tráfico de drogas ilícitas e os crimes de armas e munições.

Nesta parte do estudo será analisada a distribuição populacional segundo a predominância das faixas etárias por bairro. Ainda neste capítulo serão analisadas as variáveis referentes às infra-estruturas urbanas e aos outros tipos de crimes. É importante salientar que não foram encontradas nas fontes de dados do IBGE (padrão Statcart) e da Prefeitura Municipal de Vitória informações sobre a distribuição espacial das pessoas residentes por bairro de acordo com a raça ou cor da cútis. Dessa forma, esta análise específica tornou-se impossibilitada de ser implementada.

A pirâmide etária de Vitória de 2000 (figura 13) evidenciou que as pessoas residentes que integravam as faixas etárias de 15 - 24 anos predominavam no município de Vitória como um todo. Os adolescentes e jovens destacados na referida pirâmide etária, sobretudo, os com idades variando entre 10 e 24 anos (faixas hachuradas) passaram quase toda primeira década do século XXI garantindo expressividade à faixa etária de risco referente aos crimes contra a pessoa, especificada pelos pesquisadores supramencionados.

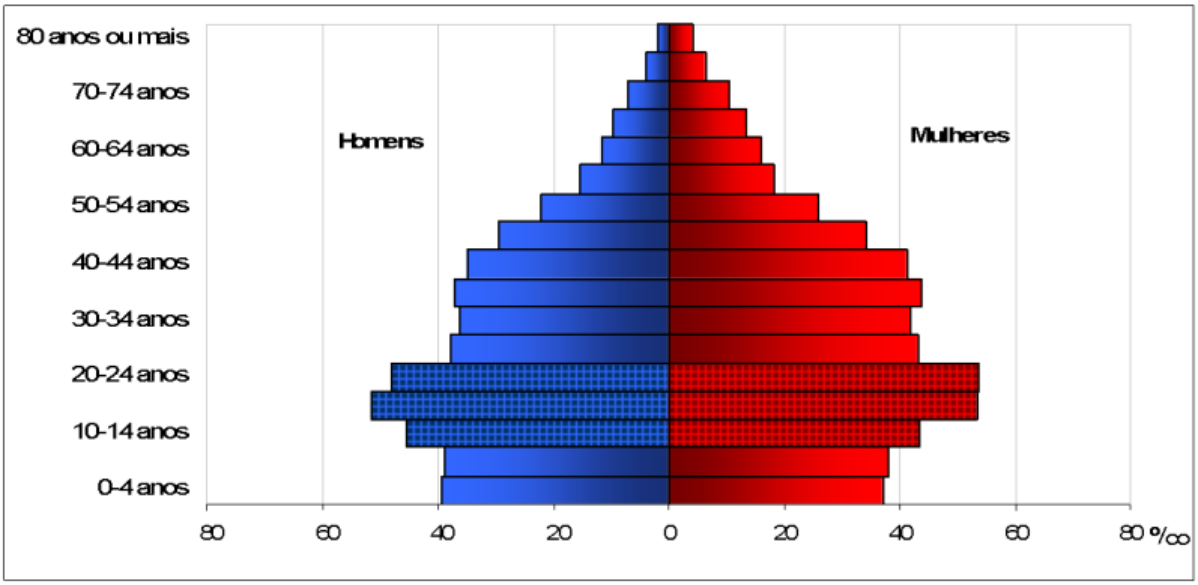

FIGURA 13 - PIRÂMIDE ETÁRIA, VITÓRIA - ES 2000
Fonte: IBGE (1980); Org.: Pablo Lira (2009)

A composição dos quatro mapas da figura 14 traz a distribuição espacial, por bairro, da população segundo as faixas etárias. Como se percebe, a porção noroeste da Ilha de Vitória (extensão territorial dos bairros Resistência à Bela Vista) apresentou uma predominância da população situada na faixa etária de 0 a 14 anos (classe de legenda cartográfica: 27,6% - 38,4%). O percentual de crianças e adolescentes também prevaleceu no conglomerado formado pelos bairros Penha, Bonfim, São Benedito e Gurigica na região central da Ilha.

Outros dois *clusters* de bairros com predominância de pessoas residentes na faixa etária de 0 a 14 anos foram identificados. O primeiro formado pelos bairros Romão, Forte São João e Cruzamento e o segundo constituído pelos bairros Moscoso e Fonte Grande.

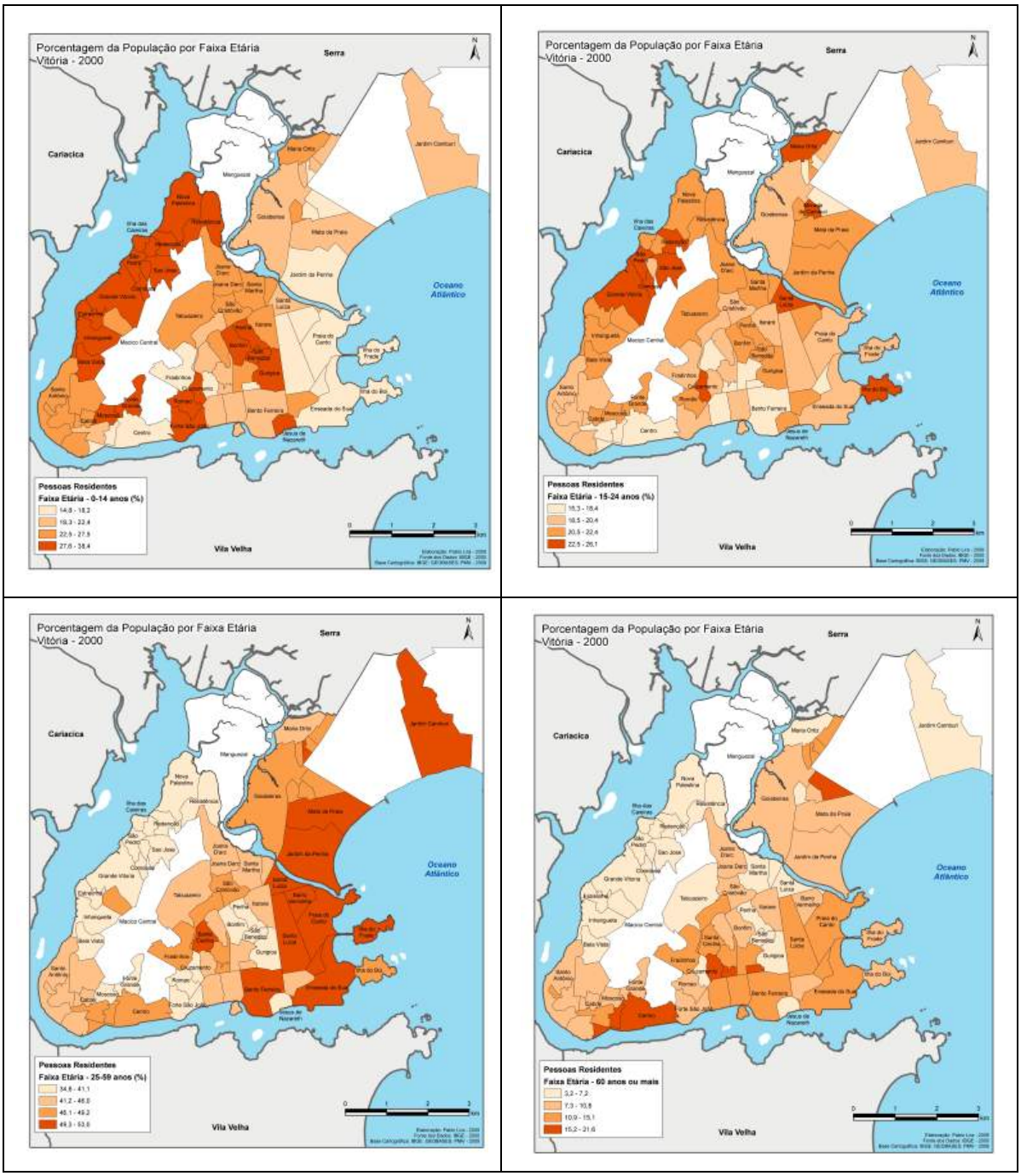

FIGURA 14 - MAPAS: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS, VITÓRIA - 2000

Considerando que os dados do IBGE, fonte de informação dos mapas da figura 14, reportam-se ao ano 2000, é importante notar que boa parte da população de crianças e adolescentes envelheceu alcançando em anos mais recentes (primeira década do século XXI) a faixa etária de 15 - 24 anos, ou seja, justamente a faixa etária de risco referente aos crimes contra a pessoa, principalmente, os homicídios. Essa lógica de envelhecimento também se aplica as outras faixas etárias.

Em 2000, a população com idades variando entre 15 - 24 anos mostrou-se potencialmente concentrada (classe de legenda: 22,5% - 26,1%) nos bairros Redenção, São José, São Pedro, Comdusa e Grande Vitória, todos situados na porção noroeste da Ilha de Vitória. A população jovem também apresentou-se prevalente em Maria Ortiz, Morada de Camburi, Cruzamento e Ilha do Boi.

Em 2008, parte desse contingente de jovens, principalmente, os indivíduos que em 2000 possuíam idade superior a 16 anos, prosperou à próxima faixa etária. À medida que os jovens iam envelhecendo, os indivíduos compreendidos pela faixa etária de 0 - 14 anos, especialmente, as pessoas com idade superior a 7 anos, assumiam seus lugares na faixa etária de 15 - 24 anos.

Dessa forma, a população de risco referente aos crimes contra a pessoa, destacada pelos estudiosos retro-citados, mostrou-se potencialmente concentrada na porção noroeste da Ilha de Vitória (Resistência, Nova Palestina, Redenção, Ilha das Caieiras, Santo André, São Pedro, Santos Reis, São José, Comdusa, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Bela Vista), na região central (Penha, Bonfim, São Benedito e Gurigica), no em torno do bairro Centro (Moscoso e Fonte Grande) e nos bairros Romão, Cruzamento e Jesus de Nazareth. Essas regiões também apresentaram em comum altos níveis de concentração de CVPES (ver figura 10, p. 71).

Tomando por base os dois primeiros mapas da figura 14 identificou-se que esses bairros congregavam cerca de 27,6% a 38,4% dos indivíduos com idades entre 0 - 14 anos e aproximadamente de 20,5% a 22,4% das pessoas da faixa etária de 15 - 24 anos. Os referidos bairros se caracterizaram como espaços de população infantil e jovem.

Redenção, São Pedro, São José, Comdusa e Grande Vitória, todos situados na zona noroeste de Vitória, foram os bairros que se excetuaram da observação do parágrafo anterior. Os mesmos registraram, concomitantemente, as maiores concentrações (classe de legenda cartográfica com cores mais escuras) de crianças e adolescentes (faixa de 0 - 14 anos: 27,6% a 38,4% das pessoas residentes) e de jovens (faixa de 15 - 24 anos: 22,5% a 26,1%).

Maria Ortiz foi outro bairro que se diferenciou um pouco da tendência de concentração da população infantil e jovem. Situado na porção norte do município de Vitória, este bairro apresentou de 22,5% a 27,5% de sua população situada na faixa de 0 - 14 anos e 22,5% a 26,1% dos indivíduos com idades variando entre 15 - 24 anos.

Com o intuito de complementar a análise da figura 14, percebe-se por intermédio do mapa da distribuição espacial da população de 25 - 59 anos que os bairros Segurança do Lar, Jardim Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha, Santa Luíza, Barro Vermelho, Ilha do Frade, Praia do Canto, Enseada do Suá, Santa Lúcia, Santa Helena, Bento Ferreira e Santa Cecília apresentaram um predomínio de 49,3% a 53,0% de pessoas adultas. Excetuando Segurança do Lar e Santa Cecília, os demais bairros que registraram o referido predomínio situam-se na porção litorânea do município de Vitória. Jardim Camburi, Jardim da Penha e Mata da Praia somente não formaram um conglomerado com alto percentual de adultos (classe de legenda: 49,3% - 53,0%) devido à existência do território do Aeroporto Eurico Salles, que separa este primeiro bairro dos demais na parcela continental de Vitória. Na porção insular, Santa Luíza, Barro Vermelho, Ilha do Frade, Praia do Canto, Enseada do Suá, Santa Helena e Bento Ferreira compõem um grande *cluster* com preponderância de pessoas com idade de 25 a 59 anos.

Por fim, no mapa da distribuição populacional dos idosos constata-se a prevalência (classe de legenda: 15,2% - 21,6%) das pessoas com 60 anos ou mais nos bairros Centro, Parque Moscoso, Jucutuquara, Nazareth, Horto e República.

4.2.5- Estrutura educacional

4.2.5.1- Taxa de Analfabetismo

As características educacionais das pessoas residentes poderiam ser estudadas como integrantes à estrutura demográfica. Entretanto, tendo em vista a importância do fator educação sobre o fenômeno violência, esta pesquisa promove a análise da estrutura educacional em particular neste subitem. Sendo assim, informações espacializadas sobre a porcentagem de analfabetismo e o nível de instrução da

população foram correlacionadas com a distribuição dos equipamentos e serviços de educação.

A cartografia produzida sobre as características educacionais da população tiveram como base as informações do Censo - 2000 do IBGE. Como especificado na metodologia deste trabalho, o IBGE (padrão Statcart) organiza as informações censitárias em 4 macro-indicadores: *pessoas*, *domicílios*, *instrução* e *responsáveis*. As características educacionais estão presentes nessas duas últimas categorias. Os dados sobre o sistema educacional foram coletados no banco georreferenciado da Prefeitura Municipal de Vitória. Este traz informações referentes às escolas públicas situadas na capital capixaba, divididas em instituições de ensino fundamental, fundamental/médio e médio.

O mapa de analfabetismo (figura 15) revelou quatro agrupamentos espaciais de bairros com percentuais acima de 8,8% de pessoas residentes não alfabetizadas, ou seja, quatro áreas com as piores taxas de analfabetismo da capital capixaba (legenda cartográfica com as cores vermelho e vinho)[31]. O primeiro *cluster* situou-se na porção noroeste da Ilha de Vitória, estendendo-se por Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, São Pedro, Ilha das Caieiras, São José, Santos Reis, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Bela Vista. O segundo conglomerado foi formado por São Benedito, Gurigica, Penha, Bonfim e Santos Dumont. Os bairros Forte São João, Romão e Cruzamento consolidaram um agrupamento espacial com taxas de analfabetismo variando entre 8,8% e 13,5% do total das pessoas residentes. O último *cluster* foi formado pelos bairros Cabral, Moscoso e Fonte Grande no em torno do Centro de Vitória.

Andorinhas, Caratoíra, Ilha do Príncipe e Jesus de Nazareth também registraram elevados percentuais de pessoas residentes não alfabetizadas, contudo estes não formaram conglomerados com bairros adjacentes.

O comportamento espacial evidenciado pelo referido mapa apresenta correspondência com o mapa de concentração dos Crimes Violentos Contra a Pessoa - CVPES (figura 10, p. 71). As regiões da cidade que registraram altas

[31] De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada em 2007 pelo IBGE, a taxa de analfabetismo brasileira gira em torno de 10%.

concentrações de CVPES, também apresentaram, via de regra, as maiores porcentagens de pessoas residentes não alfabetizadas. Tal constatação fica melhor corroborada pela leitura conjugada dos mapas das figura 10 e 15.

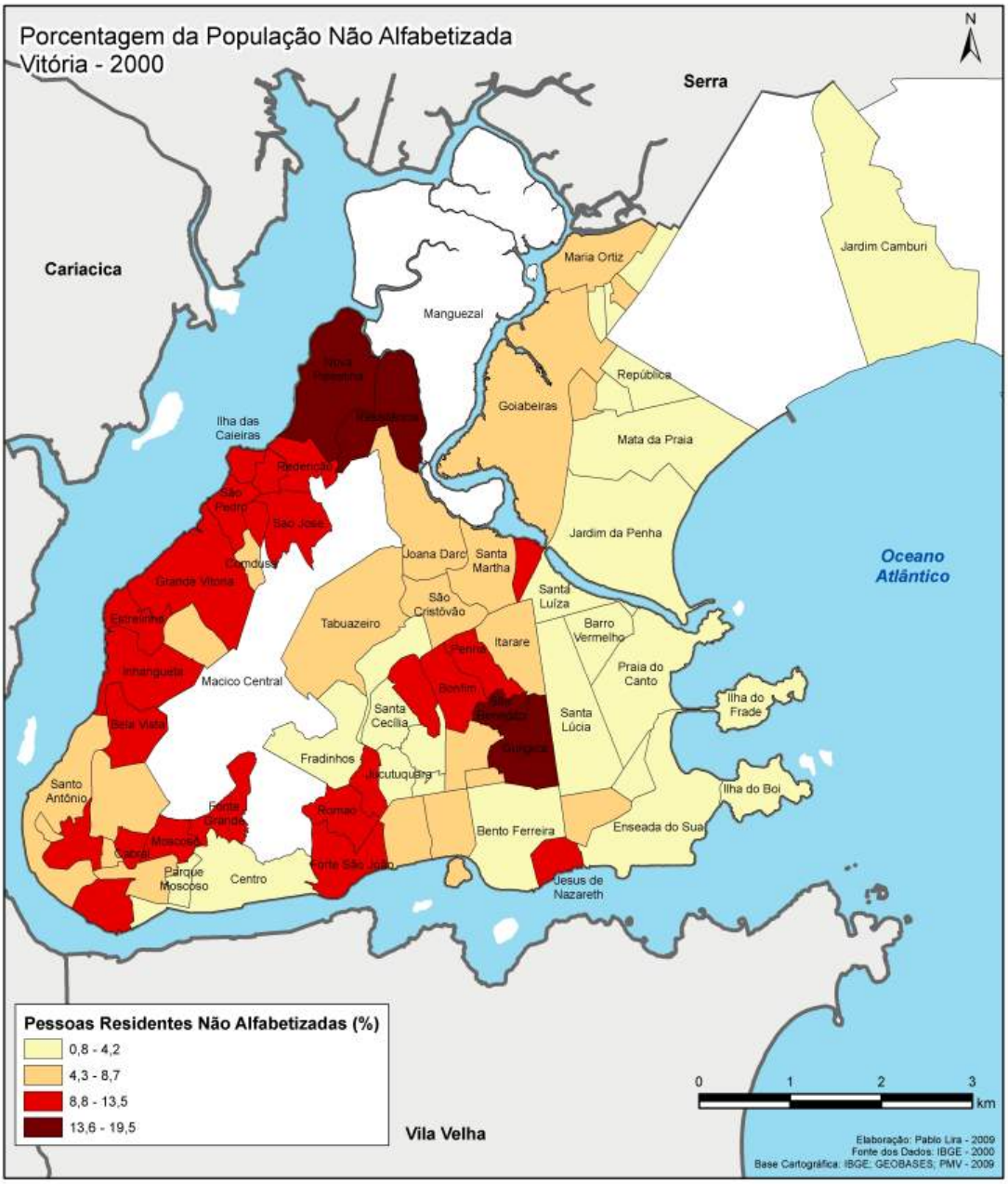

FIGURA 15 - MAPA: TAXA DE ANALFABETISMO, VITÓRIA - 2000

4.2.5.2- Nível de Instrução

O mapa da figura 16 possibilita identificar as características dos responsáveis pelos domicílios segundo os níveis de instrução. De acordo com ele, os bairros

Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, São Pedro, Ilha das Caieiras, São José, Santos Reis, Grande Vitória, Comdusa, Estrelinha, Inhanguetá, Bela Vista, Penha, Bonfim, Gurigica, Cabral, Fonte Grande, Ilha do Príncipe e Jesus de Nazareth evidenciaram uma prevalência de 61,2% a 74,3% dos responsáveis pelos domicílios com o ensino fundamental ou antigos primário e ginásio como curso mais elevado que freqüentou. É importante notar que os chefes dos domicílios que apresentaram o ensino fundamental como curso mais elevado frequentado, não necessariamente concluíram o referido nível de instrução.

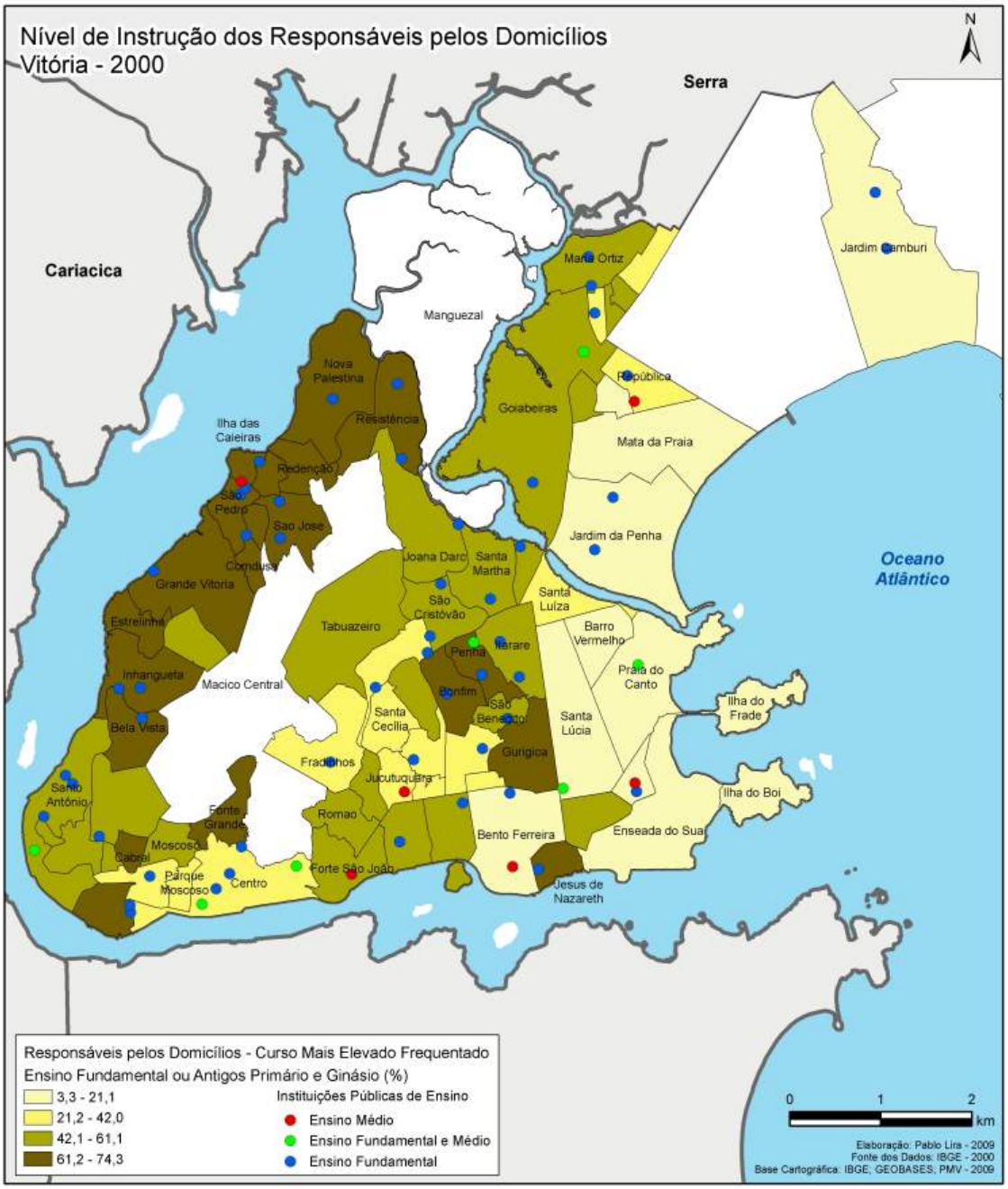

FIGURA 16 - MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL, VITÓRIA - 2000

O padrão de distribuição espacial do mapa dos chefes de domicílio que estudaram no ensino fundamental (curso mais elevado frenquentado) também guarda certa semelhança com a concentração dos CVPES (figura 10, p. 71). Novamente, são identificadas correlações geográficas nos *clusters* da porção noroeste da Ilha de Vitória, em alguns bairros circundjacentes ao Centro, no conglomerado formado por Penha, Bonfim, Gurigica e São Benedito e, de forma isolada, no bairro Jesus de Nazareth.

Diferente do mapa da taxa de analfabetismo (figura 15), São Benedito não se situou na última classe de legenda no mapa da figura 16. Todavia o mesmo ficou caracterizado pela segunda maior classe de legenda, ou seja, congregou de 42,1% a 61,1% dos responsáveis que cursaram o ensino fundamental, o que indica a predominância desse nível de instrução.

Outros bairros também se situaram nesta classe de legenda, a saber, Joana D'arc, Tabuazeiro, São Cristóvão, Santa Martha, Itararé e Andorinhas, formando um aglomerado na porção norte insular de Vitória, Cruzamento, Romão, Forte São João, Ilha de Santa Maria e Ilha de Monte Belo, consolidando um *cluster* no sul de Vitória, Santo Antônio, Ariovaldo Favalessa, Santa Tereza, Quadro e Moscoso, compondo um conglomerado na porção sudoeste da cidade, e Maria Ortiz, Goiabeiras, Boa Vista, Segurança do Lar e Solon Borges, integrando uma concentração com prevalência de 42,1% a 61,1% dos chefes de domicílios que cursaram o ensino fundamental na parte continental do município.

O mapa da figura 16 traz outra informação de fundamental importância para compreender a lógica de distribuição espacial da criminalidade violenta no município de Vitória. Tal informação diz respeito à disponibilidade de equipamentos e ao oferecimento de serviços de *educação pública*. Os pontos em cor azul, verde e vermelho representam, respectivamente, as escolas de ensino fundamental, fundamental/médio e médio localizadas na capital capixaba. O georreferenciamento dessas escolas permitiu identificar se existe equilíbrio na distribuição dos equipamentos e serviços de educação pública de acordo com os níveis de ensino.

Em escala nacional, o não equilíbrio de tal distribuição já foi apontado por inúmeras pesquisas do campo da educação[32] que evidenciam o problemático *déficit* do ensino médio em relação ao ensino fundamental. O referido *déficit* compromete substancialmente o sistema educacional brasileiro.

Na história recente da educação pública brasileira, o número de matrículas do atual ensino fundamental, normalmente, prevaleceu sobre os demais níveis educacionais, principalmente, os subsequentes. Até certo ponto, isso é até compreensivo, tendo em vista que o número de anos de estudo do ensino fundamental (oito séries) é maior em relação ao número de anos do ensino médio (três anos). Além disso, deve-se considerar que apenas uma parcela dos alunos do ensino fundamental (concluintes da oitava série[33]) avança para o primeiro ano do ensino médio. Todavia, especialistas do campo da educação (GOULART; SAMPAIO; NESPOLI, 2009) apontam que uma melhor equivalência entre o percentual de matrículas do ensino fundamental e médio poderia ser estabelecida no Brasil, o que garantiria maiores possibilidades de progresso dos alunos nos estudos posteriores e diminuiria as chances de evasão escolar.

Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada no *site* do IBGE (www.ibge.gov.br), o percentual de estudantes brasileiros de 7 a 14 anos (idades médias consideradas adequadas pelo Ministério da Educação - MEC para freqüentar o ensino fundamental) que estavam matriculados no ensino fundamental, no ano de 2003, era de 93,8%. Ao passo que apenas 43,1% dos estudantes brasileiros de 15 a 17 anos (idades médias consideradas adequadas pelo MEC para freqüentar o ensino médio) estavam matriculados no ensino médio, em 2003.

De acordo com Goulart, Sampaio e Nespoli (2009), esta discrepância no percentual de matrículas nas escolas se deve, em grande parte, às políticas governamentais de universalização do ensino fundamental público adotadas nas últimas décadas. Universalização esta que pressupõe, além do acesso, a permanência, a progressão

---

[32] Ver exemplo dessas pesquisas nas próximas linhas.

[33] A Lei Federal Nº 11.274/06 ampliou o Ensino Fundamental para nove séries. Com a referida lei, a pré-escola, antiga integrante da Educação Infantil, foi absorvida pelo Ensino Fundamental, integrando a primeira série de um novo ciclo de nove anos. Em consequência disso, a antiga primeira série passa a ser segunda, a antiga segunda série passa a ser terceira e assim sucessivamente até os alunos ingressarem na oitava série, batizada agora de nona série. As escolas que ainda não se adaptaram ao novo sistema terão até 2010 para se remodelarem.

e a conclusão na idade adequada dos níveis de ensino. A universalização do ensino reforça o caráter obrigatório do Estado de promover a educação de qualidade.

Apesar da universalização do ensino fundamental não está completa no Brasil, principalmente analisando os aspectos qualitativos, tais políticas favoreceram a melhor posição deste ensino em relação ao ensino médio[34].

Quando o sistema educacional público de Vitória é enfocado, através do mapa da figura 16, o déficit do ensino médio em relação ao ensino fundamental torna-se percebido pela distribuição espacial das instituições públicas de ensino. Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória, existem 52 escolas de ensino fundamental, 7 escolas que integram os ensinos fundamental e médio e 6 escolas de ensino médio. Todas as instituições de ensino fundamental são administradas pelo governo municipal, com exceção de 4 instituições, escolas Dom Pedro II (Santa Helena), Hildebrando Lucas (Maruípe), Maria Ericina Santos (Santa Clara) e Dom João Batista (Centro), que são gerenciadas pelo governo estadual. Governo este que também administra todas as escolas de ensino fundamental/médio e médio, excetuando as escolas de nível médio Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - CEFETES (Jucutuquara) e Centro de Educação e Tecnologia - SENAI (Bento Ferreira), cuja administração é de responsabilidade do governo federal.

Essa divisão das responsabilidades sobre o *ensino básico*[35] público entre os entes federativos, sobretudo, estado e município é balizada pelos princípios constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de nº 9.394/96.

As bases legais para a estruturação da educação estão previstas no artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Lei de Diretrizes e Bases consolida e amplia o dever do poder público em relação à educação básica. Em seu artigo 22, a LDB

[34] Em agosto de 2009, o projeto de Lei Nº 7.409/06, que determina a universalização do ensino médio púbico e gratuito, foi encaminhado para a sanção presidencial.

[35] De acordo com a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, o ensino básico é compreendido por três etapas: educação infantil, educação fundamental e ensino médio. Nesta pesquisa estamos enfocando esses dois últimos níveis.

estabelece que a “educação básica deve assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

Não são precisos muitos cálculos para comprovar a existência do déficit do ensino médio em número de escolas e, consequentemente, oferta de vagas, em relação ao ensino fundamental. No sistema educacional da capital capixaba, que é tomado como modelo por vários municípios do Espírito Santo, as escolas de ensino médio correspondem à apenas 11% do total de escolas de ensino fundamental.

Tal déficit torna-se mais expressivo em regiões que congregaram a maior parcela de responsáveis pelos domicílios que cursaram o ensino fundamental. Na porção noroeste da Ilha de Vitória, onde constatou-se a predominância de chefes de domicílio que estudaram no ensino fundamental (curso mais elevado freqüentado), identificou-se a presença de 11 escolas de ensino fundamental e apenas 1 de ensino médio. No em torno do c*luster* formado por Penha, Bonfim, São Benedito e Gurigica, que também concentraram as maiores porcentagens de responsáveis pelos domicílios que cursaram o ensino fundamental, foram contabilizadas 10 escolas de ensino fundamental e 2 de ensino fundamental/médio.

Outras regiões da cidade também registraram o referido déficit. A porção sudoeste da capital capixaba, que foi compreendida pelos bairros Vila Rubim, Ilha do Príncipe, Moscoso, Cabral, Quadro, Caratoíra, Ariovaldo Favalessa, Santa Tereza e Santo Antônio, apresentou 7 escolas de ensino fundamental e somente 1 de ensino fundamental/médio.

Talvez, o fato dos responsáveis pelos domicílios dessas áreas possuírem, predominantemente, o ensino fundamental como o curso mais elevado frequentado pode ser explicado em partes pelo déficit do número de escolas de ensino médio ressaltado pelo mapa da figura 16.

No mapa da figura 17 a maioria dessas regiões apresentou as menores porcentagens (classes de legenda cartográfica: 0 - 15,6% e 15,7% - 25,0%) de responsáveis pelos domicílios que cursaram o ensino médio. Isso é constatado principalmente na porção noroeste da Ilha de Vitória e no conglomerado dos bairros

Penha, Bonfim, São Benedito e Gurigica, que computaram os maiores percentuais no mapa dos chefes dos domicílios que cursaram o ensino fundamental e neste último mapa situaram-se nas classes com percentuais mais baixos.

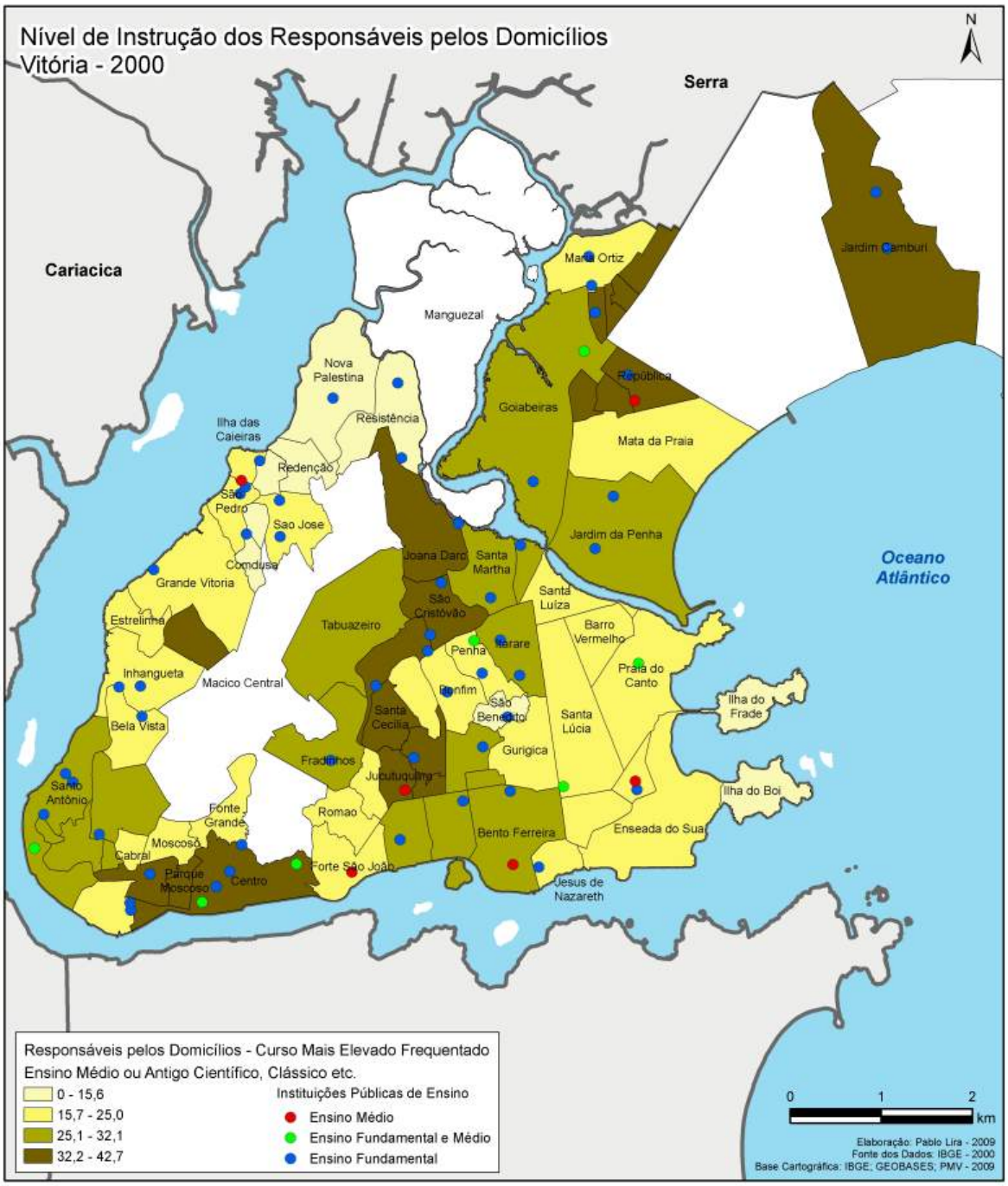

FIGURA 17 - MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO MÉDIO, VITÓRIA - 2000

Em contrapartida, os bairros Vila Rubim, Parque Moscoso e Centro; Joana D'arc, São Cristóvão, Maruípe, Santa Cecília, Lourdes, Nazareth e Jucutuquara; Boa Vista, Morada de Camburi e República; e Jabour, Solon Borges, Segurança do Lar e

Antônio Honório formaram *clusters* com altos percentuais de responsáveis dos domicílios que cursaram o ensino médio, classe de legenda: 32,2% a 42,7%. Além desses, Jardim Camburi e Universitário apresentaram prevalência de chefes de domicílios que possuem o ensino médio como curso mais elevado frequentado.

A maioria desses bairros está situada em áreas onde há uma melhor equivalência entre o número de escolas de ensinos fundamental e médio. O bairro Centro, por exemplo, possui em seus limites 3 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio (figura 17).

A predominância de chefes dos domicílios que cursaram o ensino médio em bairros como Jardim Camburi, que possui 2 escolas públicas de ensino fundamental, pode ser compreendida pela expressiva concentração de escolas particulares naquela localidade. Isso pode ser comprovado pelo mapa da distribuição espacial das escolas particulares (figura 18). O referido mapa evidenciou a presença de 6 escolas particulares de ensino fundamental, 10 escolas particulares de ensino fundamental/médio e 1 escola particular de ensino médio.

A respeito da distribuição geral do número de escolas de acordo com o nível de instrução, o mapa da figura 18 representou a organização do sistema de *educação particular* do município de Vitória, onde existem 41 escolas de ensino fundamental, 109 de ensino fundamental/médio e 10 de ensino médio.

Ao comparar os dois sistemas de educação da capital capixaba constatou-se que o número de escolas públicas de ensino fundamental são superiores em relação às escolas particulares de mesmo nível de ensino, diferença de 11 escolas. Porém, o número de escolas particulares que integram os ensinos fundamental e médio é expressivamente maior do que o número de estabelecimentos públicos de ensino fundamental/médio, 102 escolas a mais. Da mesma forma, o número de estabelecimentos particulares de ensino médio, 10 escolas, é superior ao número de escolas públicas de ensino médio, 6 unidades.

Insta frisar que estamos aqui trabalhando com um enfoque quantitativo neste breve comparativo entre a educação pública e privada do município de Vitória. Um devido aprofundamento na análise, em termos qualitativos, provavelmente reafirmaria a

melhor posição do sistema de ensino privado em relação ao público. Isso pode ser percebido previamente através do balanço estatístico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM/2008 (www.mec.gov.br)[36]. Com base nesta fonte de informação, constatou-se que das 1.000 escolas do Brasil com as piores notas do ENEM/2008, 956 escolas pertenciam ao sistema de educação pública, embora 85% dos estudantes de nível médio no país freqüentem instituições públicas.

Enquanto as 65 escolas públicas, dentro de seu número significativamente inferior, mostram-se distribuídas espacialmente em várias regiões da cidade, os 160 estabelecimentos de ensino particular apresentam-se potencialmente concentrados, formando *clusters*, nos bairros Centro e Parque Moscoso; Jucutuquara, Santa Cecília, Lourdes, Nazareth e Maruípe; Bento Ferreira; Praia do Canto, Santa Lúcia, Barro Vermelho e Santa Luíza; Jardim da Penha e Mata da Praia; e, como já destacado, no bairro Jardim Camburi.

O mapa da figura 19 evidenciou justamente estas regiões com os maiores percentuais de chefes de domicílios que possuem o ensino superior como curso mais elevado freqüentado, classes de legenda: 20,8% - 42,0% e 42,1% - 76,4%.

A organização espacial dos estabelecimentos particulares de ensino caracteriza-se como uma provável explicação para a predominância dos responsáveis pelos domicílios que cursaram o ensino superior nas regiões mais privilegiadas da cidade. Como veremos mais adiante, os referidos espaços congregam a população financeiramente mais abastada. População esta que possui recursos para arcar com as despesas do ensino médio particular. Dessa forma, este contingente de pessoas privilegiadas tem acesso a uma educação de melhor qualidade (ver dados do ENEM/2008 retrocitados), o que aumenta significativamente suas chances de ingressar tanto no ensino superior público, quanto no ensino superior privado, bem como de se manter financeiramente neste último. Essa maior acessibilidade ao ensino médio garante uma ampliação das perspectivas de progredir nos estudos posteriores (ensino superior), de conquista de melhores empregos, de ascensão econômica etc..

[36] O ENEM foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação e desde então é utilizado como parâmetro de avaliação da qualidade do Ensino Médio no Brasil.

A melhor condição em relação ao nível de instrução dos bairros destacados é confirmada pelo mapa dos responsáveis pelos domicílios que possuem mestrado ou doutorado como curso mais elevado frequentado (figura 20). As maiores porcentagens de chefes de domicílio com essas características (classes de legenda: 3,3% - 6,2% e 6,3% - 13,9) foram apresentadas pelos bairros Morada de Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Praia do Canto, Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santa Helena, Bento Ferreira e Santa Cecília.

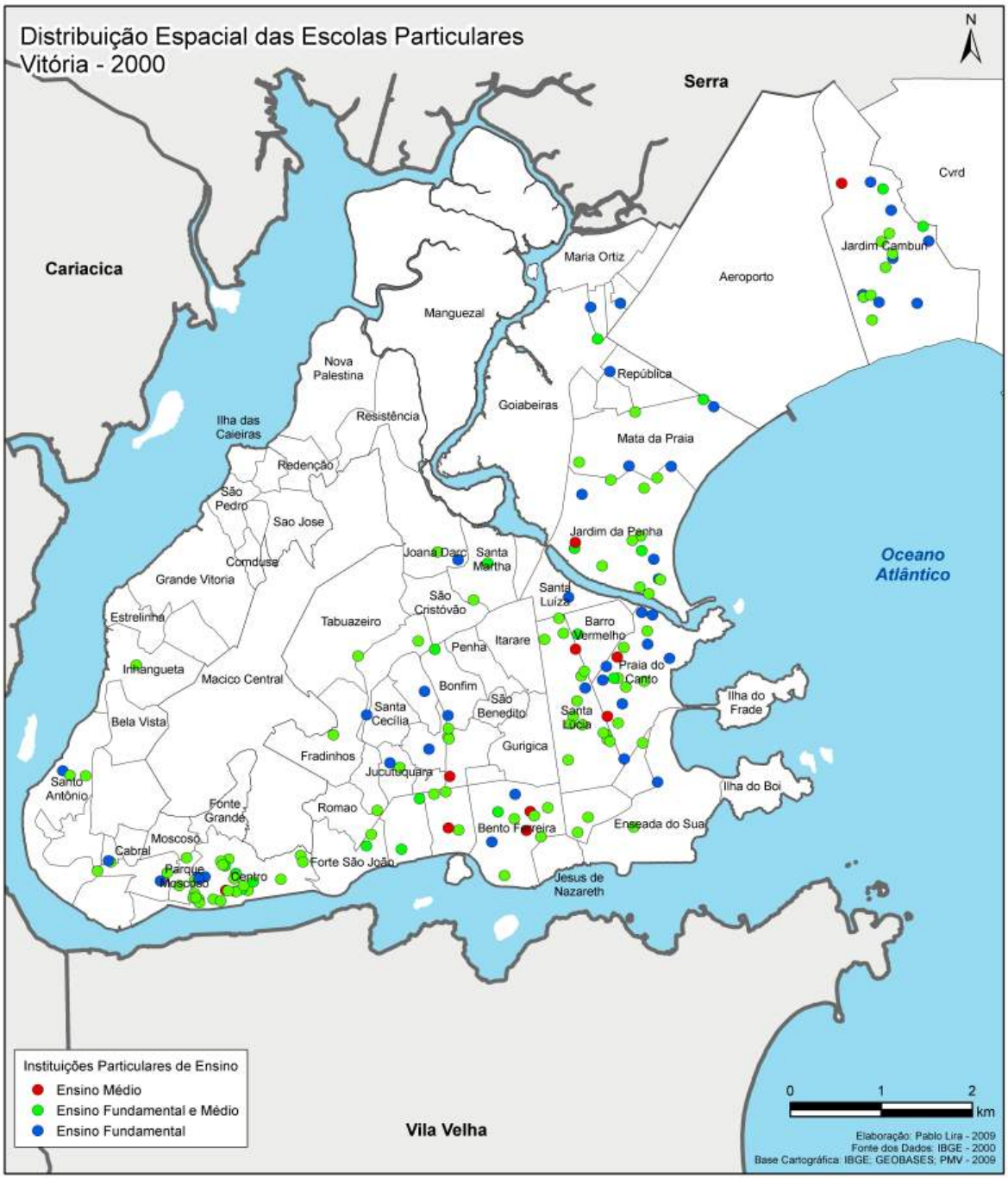

FIGURA 18 - MAPA: SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARTICULAR, VITÓRIA - 2000

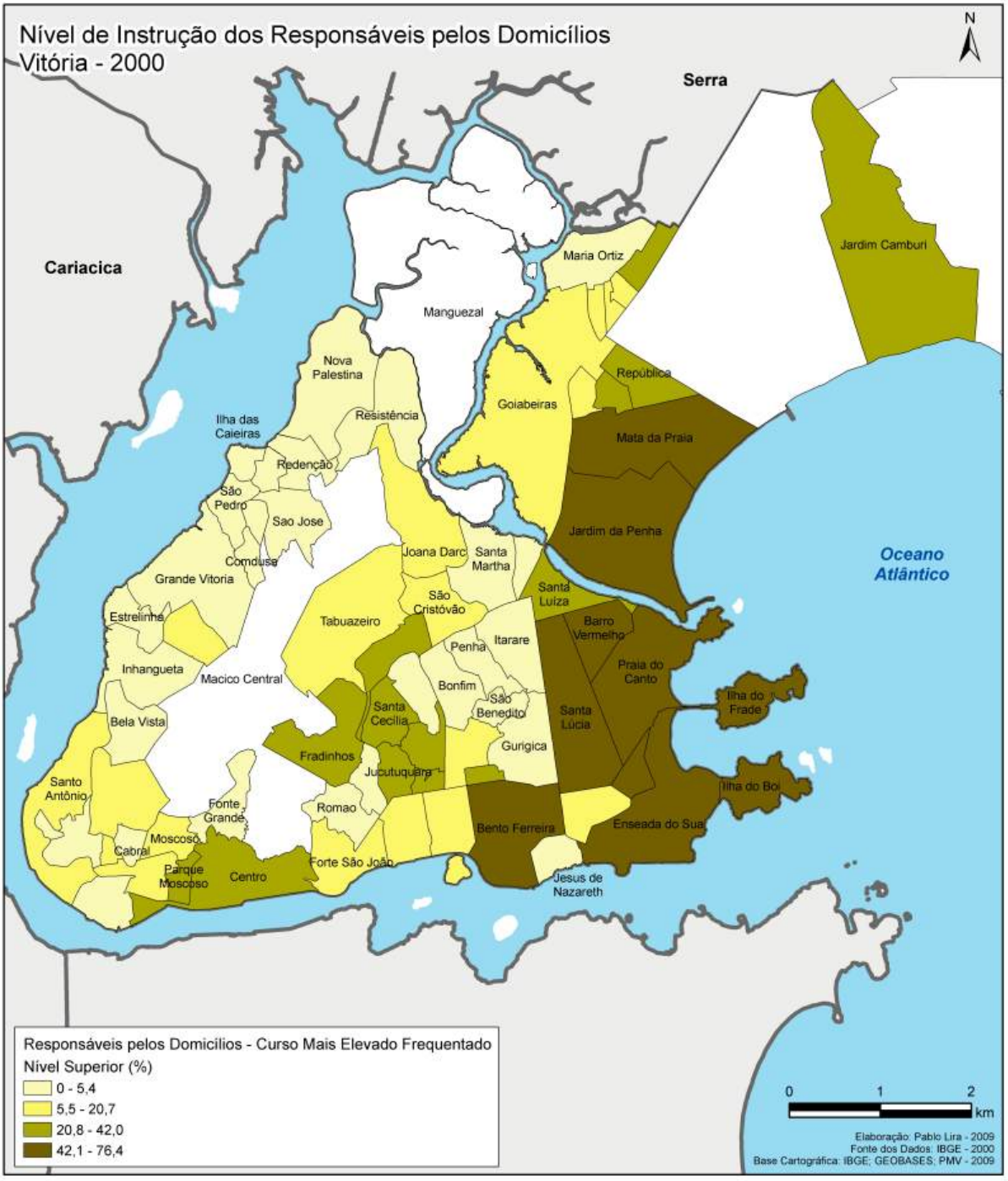

FIGURA 19 - MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - ENSINO SUPERIOR, VITÓRIA - 2000

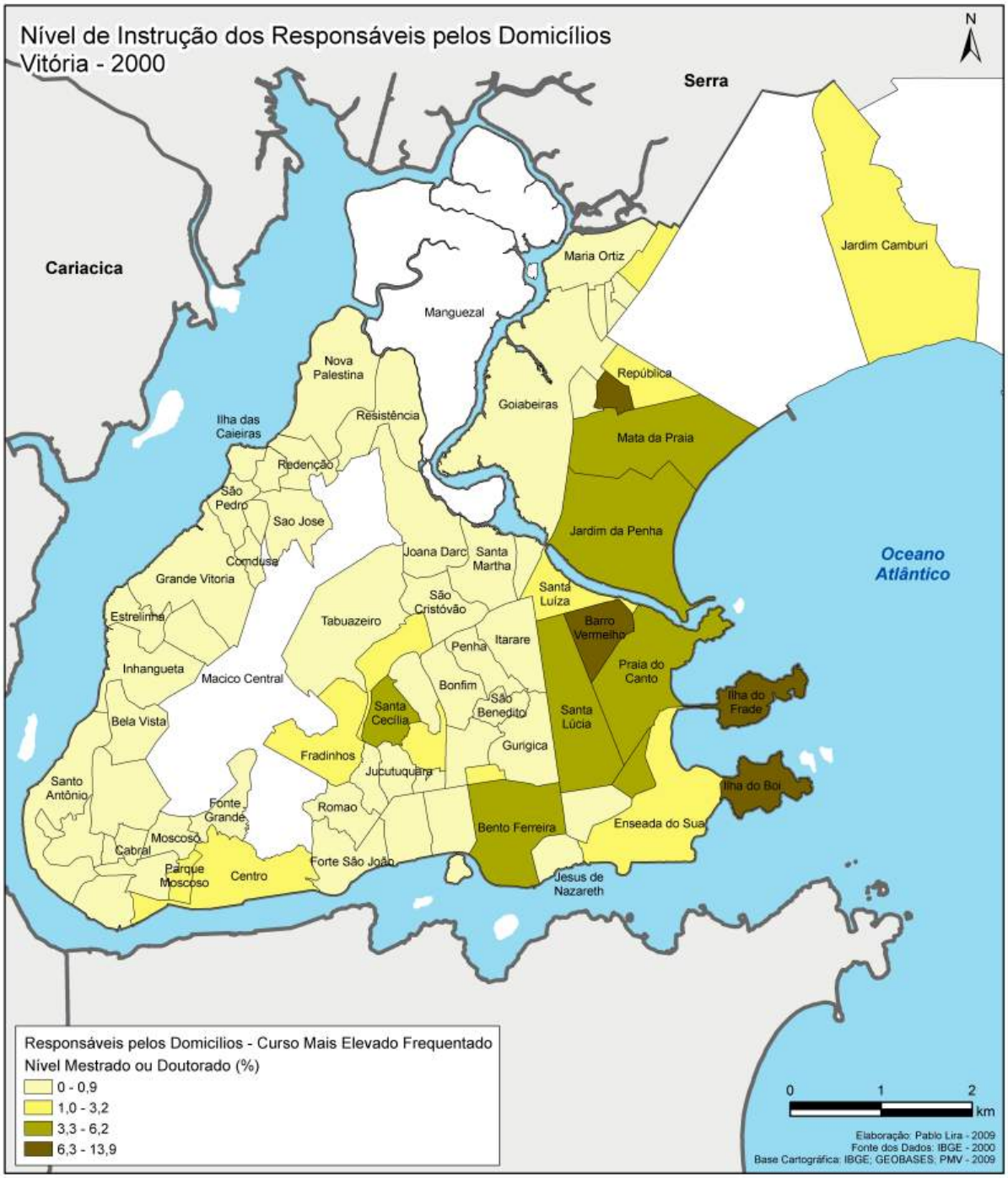

FIGURA 20 - MAPA: NÍVEL DE INSTRUÇÃO - MESTRADO OU DOUTORADO, VITÓRIA - 2000

A maioria das regiões que registrou déficits no número de escolas públicas de ensino médio, também, evidenciou os menores percentuais dos chefes de domicílios que cursaram o ensino superior (figura 19) e pós-graduação (figura 20). Além disso, essas regiões apresentaram outras características semelhantes, como por exemplo, as mais elevadas densidades demográficas (figura 09), prevalência de pessoas do sexo masculino (figura 12), predomínio de população infantil e jovem (figura 14), as

maiores taxas de analfabetismo (figura 15) e, como já ressaltado, prevalência de chefes de domicílios que possuem apenas o ensino fundamental como curso mais elevado frequentado (figura 16).

A linha de análise aqui desenvolvida permite no momento identificar que são justamente nos bairros que apresentam predomínio de pessoas residentes na idade de risco referente aos crimes contra a pessoa (15 a 24 anos), que o sistema de educação pública (ensino médio) é ineficiente. Sem muitos recursos para o ingresso no sistema particular de ensino, com pouco dinheiro para arcar com as despesas do translado para escolas públicas de nível médio de outras regiões e enfrentando uma série de adversidades para se matricularem nesses estabelecimentos, os jovens dessas regiões desprivilegiadas se encontram em um ambiente amplamente desestimulante. Eles são privados de uma gama de oportunidades educacionais, sociais e econômicas em períodos cruciais da formação de um cidadão.

O déficit do ensino médio, nível da educação básica mais ligado à qualificação profissional, das escolas públicas provavelmente é um dos fatores que mais influência a concentração dos CVPES nesses ambientes.

A partir dessa situação não favorável, começamos a entender porque alguns jovens dos bairros desprivilegiados são cooptados pelas quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas. A falta de perspectivas educacionais e profissionais contribui para que esses jovens vislumbrem nas atividades ilegais, como as relacionadas ao tráfico de entorpecentes, chances reais de prosperidade social e financeira. Essa complexa correlação será um pouco mais aprofundada no subitem seguinte.

4.2.5.3- Distribuição espacial dos crimes de drogas ilícitas e armas e munições

Nesta parte da pesquisa torna-se necessário introduzir dois indicadores criminais complementares à análise. Ambos extraídos, em formato espacializado, do banco de dados do Centro Integrado Operacional de Defesa Social - CIODES. O primeiro, Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas - CTDI, foi formado pelo somatório das

seguintes ocorrências policiais registradas: tráfico de maconha, cocaína e outros entorpecentes. Estes delitos se enquadram no artigo 33 da Lei 11.343/06[37]:

> Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

O agente que incorre na prática de tais delitos fica sujeito a pena de 5 a 15 anos de reclusão e pagamento de 500 a 1.500 dias-multa.

O outro indicador aqui introduzido foi intitulado de Crimes de Armas e Munições - CAM. O mesmo é constituído pelas ocorrências de porte ilegal de armas, fabricação ilegal de armas e munições, apreensão de arma de fogo e disparo de arma de fogo. Essas ocorrências e delitos possuem legislação específica regida pela Lei Federal Nº 10.826/03, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), definindo crimes e dando outras providências. A pena desses delitos varia de 2 a 4 anos de reclusão e multa para o crime de posse ilegal de armas e munições e de 2 a 8 anos de reclusão e multa para o crime de comercialização/fabricação ilegal de arma de fogo.

Esse dois indicadores complementares foram representados cartograficamente por mapas de concentração, seguindo a mesma metodologia utilizada e especificada no Capítulo 2 para os mapas de CVPES e CVPAT.

O mapa da figura 21 evidenciou dois *clusters* com elevadas concentrações (nuance de vermelho) de Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas - CTDI registrados em 2008 no município de Vitória. O primeiro consolidou-se a partir dos bairros Penha, Bonfim, São Benedito e Itararé. Caso sejam considerados os graus de concentrações médio-altos (cor laranja), o bairro Santa Martha também pode ser visto como integrante desse *cluster*. O conglomerado dos bairros Penha, Bonfim, São Benedito e Itararé apresentou um raio de influência de 600m e registrou cerca de 26% das 499 ocorrências de tráfico de drogas ilícitas registradas no município de Vitória.

---

[37] Esta lei específica institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, estabelece normas para a repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, define crimes e dá outras providências. Dentre outras características marcantes, esta norma retirou qualquer punição de reclusão ou detenção do usuário, criou a advertência judicial como pena para os consumidores e introduziu novos tipos penais punindo, por exemplo, aquele que financia o tráfico de entorpecentes.

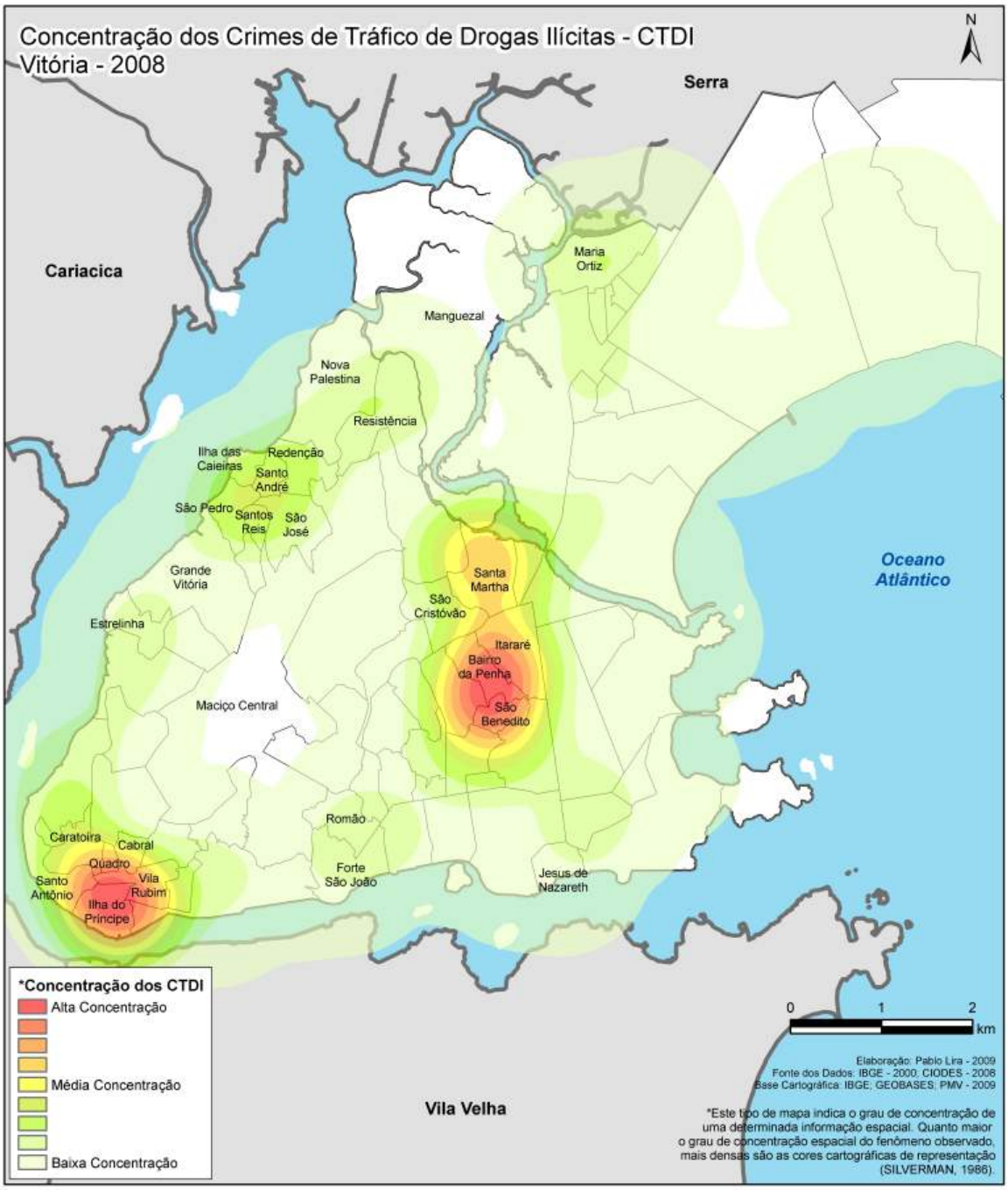

FIGURA 21 - MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CTDI, VITÓRIA - 2008

O outro conglomerado foi formado pelos bairros Ilha do Príncipe, Vila Rubim, Quadro, Cabral, Caratoíra e Santo Antônio com um raio de influência de aproximadamente 500m. O mesmo congregou cerca de 19% dos 499 CTDI da capital capixaba.

Insta salientar que um conglomerado com níveis médio-baixos (cores de tonalidades verdes) ficou evidenciado pelos bairros Ilha das Caieiras, Redenção, Santo André,

São Pedro, Santos Reis e São José. O referido *cluster* apresentou um raio de influência de 400m e concentrou cerca de 6% das 499 ocorrências de tráfico de drogas ilícitas.

Por meio da interpretação cartográfica dos mapas de concentração de Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES (figura 10, p. 71) e de Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas - CTDI (figura 21) constatou-se uma forte correlação espacial, sobretudo, nos conglomerados da Ilha do Príncipe e Penha. Essa correlação, como já ressalvado, de ordem espacial, revela a existência de uma associação positiva entre os CVPES e CTDI nas referidas regiões.

Realizando uma ampliação da análise cartográfica por meio do mapa populacional segundo o gênero das pessoas residentes (figura 12), da composição de mapas da população segundo as faixas etárias (figura 14) e dos mapas que conjugaram informações referentes aos níveis de instrução dos chefes de domicílios e a distribuição espacial das escolas de ensino público (figuras 16 e 17), comprovou-se que os *clusters* da Ilha do Príncipe e Penha além de registraram predominância de pessoas residentes do sexo masculino, prevalência de população infantil, adolescente e jovem, altas taxas de analfabetismo e predomínio de responsáveis pelos domicílios que cursaram apenas o ensino fundamental, também evidenciaram um problemático déficit no número de escolas públicas de ensino médio. Tais características são de fundamental relevância para compreender a correlação entre os CVPES e CTDI nessas regiões.

Várias pesquisas ressaltam a associação dos crimes contra a pessoa, em especial os homicídios, com os crimes de tráfico de drogas ilícitas como o ápice da violência, ou seja, quando este fenômeno social assume suas características mais atemorizantes, bárbaras e cruéis: confrontos armados em espaços públicos entre gangues, chacinas, execuções, eliminação de informantes, punições severas aos devedores e outros tipos de atrocidades.

Os CVPES podem estar associados à problemática das drogas devido à combinação de uma série de fatores. Uma corrente de estudiosos do campo da saúde aponta para a importância dos efeitos das substâncias tóxicas sobre o comportamento das pessoas. Segundo Minayo (1998, p. 36), a combinação drogas

ilegais e violência é um tanto que complexa. O uso dessas substâncias pode implicar mudanças das funções cognitivas, estados emocionais, hormonais e/ou fisiológicas dos usuários. Tais alterações, que variam facultativamente de indivíduo para indivíduo, podem motivar a violência. A autora citada também chama atenção para o problema da abstinência. De acordo com ela, assim como os usuários ativos, as pessoas em abstinência de drogas tornam-se passiveis à cometer transgressões.

Além disso, as influências do meio e as características sócio-culturais individuais e coletivas dos usuários de droga não devem ser descartadas. A respeito disso, Zaluar (2004, p. 29) ressalta que “a motivação para o ato desviante, para se efetivar, sofre os efeitos combinados das novas formas de organização familiar, dos novos padrões de consumo, do novo *ethos* do trabalho, do hedonismo e do sistema escolar”.

Outrossim, a referida autora também indica que o mais consistente e significativo nexo entre crimes contra a pessoa, sobretudo, os letais, e as drogas ilícitas encontra fundamento na atuação das quadrilhas do tráfico. As ações violentas, perpetradas pela delinqüência organizada, são geralmente promovidas em decorrência das disputas de território que se resumem em estratégias de proteção, controle e ampliação do mercado e subordinados.

Segundo Zaluar (2004, p. 13), a associação do uso de drogas e armas de fogo, dinheiro no bolso, conquista de mulheres, do enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo e livre, revela que as práticas do mundo do tráfico se vinculam a um *etos* da virilidade, que por sua vez é centrado na idéia de chefe. Talvez por isso, observa-se a completa perda dos valores da vida nas comunidades assoladas pelo tráfico. Para o tráfico não há distinção de valores, isto é, o usuário que deve R$ 5,00 tem o mesmo tratamento daquele que possui uma dívida de R$ 50,00. Caso o débito não seja zerado, nas duas circunstâncias a vida se torna moeda de troca.

Em meio à desestruturação familiar, descrédito e insegurança social, falta de espaço e escolarização para um trabalho qualificado, ineficiência de serviços e equipamentos coletivos que proporcionem condições básicas de vida, ambiente degradado, apelo midiático ao consumismo exacerbado e a espetacularização da violência (alguns destes aspectos serão melhor explorados nos próximos subitens),

parte dos adolescentes e jovens dos bairros desprivilegiados passam a ver os traficantes, que possuem cargos mais altos (soldados, vapor, fiel, sub-gerente, gerente da boca, gerente geral, dono) como modelos de heróis.

A transformação quase mágica da vida sofrida de seus familiares e as chances de tornar possível o acesso aos bens de consumo da moda (celular, acessórios, roupas e outros produtos ostentados pelas classes privilegiadas) são os ingredientes básicos que levam parte dos jovens das comunidades desprivilegiadas para o mundo do tráfico. Com o recurso da droga, o adolescente expressa toda a fantasia de poder. A “viajem” anula as barreiras e frustrações, fazendo com que ele se sinta visível à sociedade que outrora o deserdou.

As expectativas de participar das investidas de assaltos e roubos, integrar a gangue, sentir-se mais forte diante dos inimigos, portar armas e de ascender na hierarquia da estrutura organizacional da “boca de fumo” nutrem o imaginário desses jovens. Entretanto, eles sabem que o ingresso no mundo do tráfico denota perdas importantes, como a morte prematura.

A partir daí, compreende-se por que tantos jovens matam-se uns aos outros devido a brigas e rivalidades individuais e comerciais, “seguindo o padrão estabelecido pelo crime organizado, que, além de criar as regras terroristas de lealdade e submissão, distribui-lhes fartamente armas de fogo moderníssimas” (ZALUAR, 2004, p. 34).

A respeito das armas de fogo, instrumento utilizado para impor respeito e dominação nos bairros assolados pelo tráfico de drogas ilícitas e disseminar a cultura do medo em toda a cidade, o mapa da figura 22 revela que o registro dos Crimes de Armas e Munições - CAM apresenta-se concentrado justamente nas áreas que evidenciaram altos graus de concentração de Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas - CTDI e/ou Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES. Isso pode ser melhor corroborado pela análise cartográfica conjugada das figuras 10, 21 e 22.

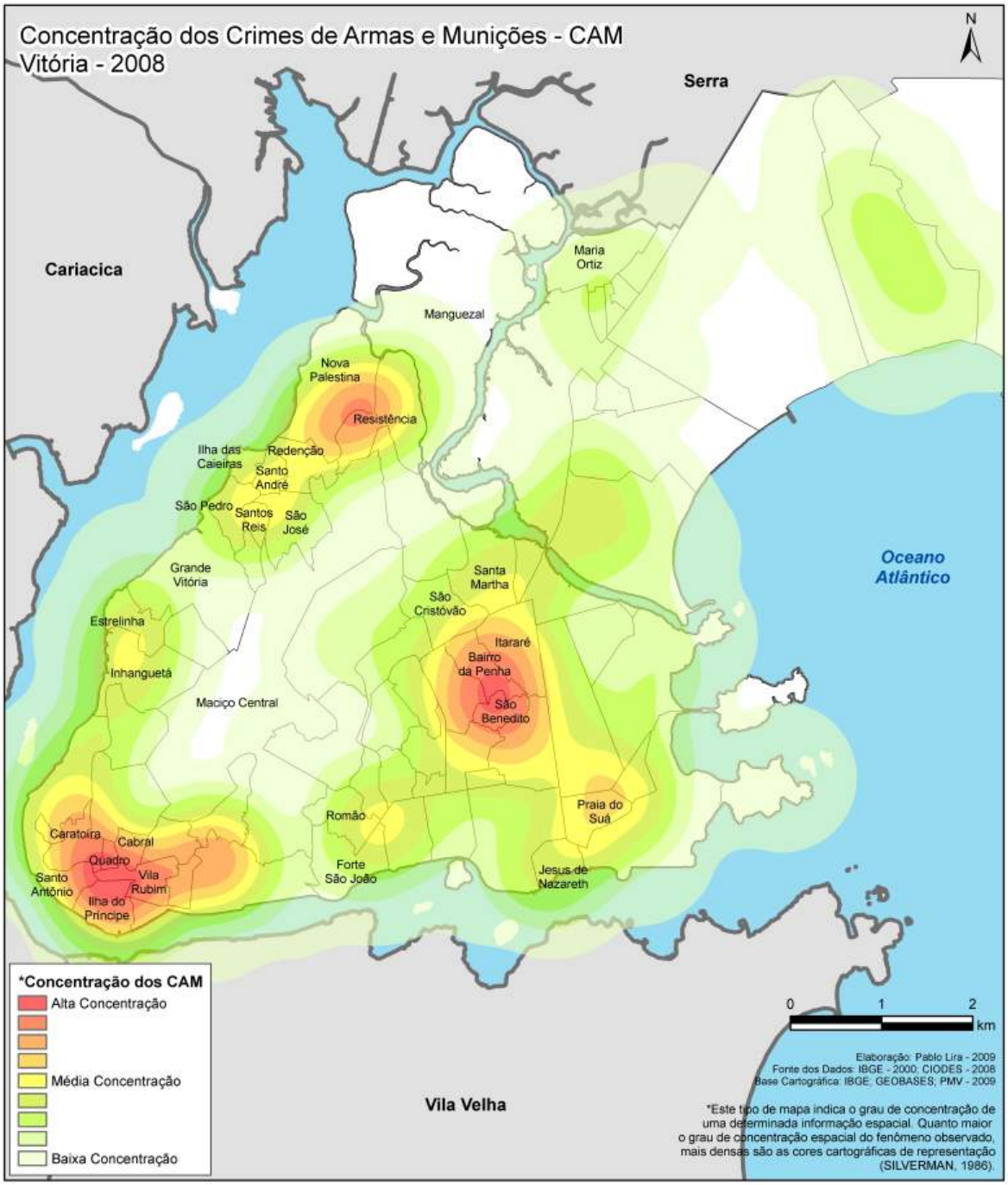

FIGURA 22 - MAPA: CONCENTRAÇÃO DOS CAM, VITÓRIA - 2008

O mapa de CAM evidenciou a formação de uma *hot spot* na porção sudoeste de Vitória (Ilha do Príncipe, Vila Rubim, Quadro, Cabral, Caratoíra e Santo Antônio) que congregou um alto grau de concentração em um raio de influência de 800m. Neste *cluster* foram computados aproximadamente 17% das 257 ocorrências de Crimes de Armas e Munições registradas em Vitória no ano de 2008. Caso sejam considerados os níveis médio-altos de concentração (cor laranja), os bairros Moscoso e Parque Moscoso integrariam o referido conglomerado.

Na porção central da Ilha de Vitória, outro *cluster* com alto grau de concentração de CAM (cor vermelha) foi consolidado, desta vez pelos bairros Penha, Bonfim, São Benedito, Gurigica, Consolação e Itararé. Congregando cerca de 14% dos CAM de Vitória, tal *hot spot* destacou um raio de 600m.

Na porção noroeste da Ilha de Vitória, os bairros Nova Palestina e Resistência apresentaram um *cluster* com altas concentrações de CAM (raio de influência 500m). O referido conglomerado registrou aproximadamente 8% dos 257 Crimes de Armas e Munições computados em Vitória no ano de 2008. Nas proximidades desses bairros, Ilha das Caieiras, Redenção, Santo André, São Pedro, Santos Reis e São José apresentaram médias concentrações (cor amarela) e congregaram cerca de 6% dos CAM.

Por fim, uma parcela do bairro Praia do Suá apresentou concentrações médio-altas (cor laranja) na porção sudeste da capital capixaba. Esta área congregou cerca de 3% dos CAM registrados em Vitória no ano de 2008.

Analisando a estrutura do crime organizado referente ao tráfico de drogas ilícitas que faz uso de armas e munições com expressivo potencial de letalidade para impor suas normas e regras de conduta, geralmente, em comunidades desprivilegiadas, Alba Zaluar constatou que esta atravessa classes sociais, tem organização empresarial e não sobrevive sem a conivência das agências estatais incumbidas de combatê-lo.

> As próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se implicadas com o crime organizado. Sem isso não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares. A corrupção e a política institucional, predominantemente baseada em táticas repressivas da população pobre, adicionam mais efeitos negativos à já atribulada existência dos pobres. A participação de policiais e outros atores políticos na rede do crime organizado é peça fundamental desse quebra-cabeça da explosão da violência (ZALUAR, 2004, p. 31).

Nessa mesma perspectiva, Peralva (2000, p. 91) aponta que “é bem longe das favelas que vivem os que manipulam as marionetes do narcotráfico”. Por trás dos donos e gerentes, que atuam diretamente nas bocas ou que controlam suas atividades de dentro dos presídios por meio do uso indiscriminado de celulares, existem os atacadistas e matutos. Estes são independentes das gangues do tráfico e não têm dificuldades para vender armas, munições e drogas a qualquer quadrilha

ou em qualquer localidade. Atuam ocultamente de maneira descentralizada sob pouca ou nenhuma hierarquia. O mercado atacadista da cocaína, por exemplo, se baseia na importação de países produtores latino-americanos, como Colômbia, Bolívia e Peru.

Dowdney (2002, p. 32, grifo nosso) afirma que

> tanto a imprensa como as polícias brasileiras têm geralmente superestimado a importância dos traficantes no âmbito da favela. Os *donos* com base na favela têm sido mostrados como atores-chave no interior do mercado brasileiro da droga e são caçados pela polícia segundo este critério. A população conhece bem o nome dos *donos* e das comunidades faveladas que eles controlam, mas ignora amplamente o fato de que esses mesmos *donos* não poderiam agir sem os *atacadistas,* que organizam a importação da cocaína, nem sem os *matutos,* que levam a cocaína para o coração das favelas que os *donos* controlam, como é de domínio público. Além de ser incorreto, o foco da mídia sobre os *donos* distrai a atenção do público dos responsáveis pela importação em larga escala da cocaína, forçando a atenção para pessoas da favela como totalmente responsáveis pela violência ligada ao tráfico.

A respeito do mercado de drogas ilícitas, Souza (2000, p. 54) indica que existe o “subsistema importação/exportação atacado” e o “subsistema varejista”. O primeiro seria compreendido pelas atividades dos grandes traficantes que atuam de maneira descentralizada e mantêm contato com os grandes fornecedores de drogas ilícitas, especialmente, aqueles que se localizam nos países produtores latino-americanos. O sucesso do grande traficante depende da contribuição financeira dos *sócios*, do apoio logístico dos *matutos* e da influência dos *facilitadores*. Na visão do autor citado, os facilitadores não estão ligados às esferas de produção ou circulação do mercado de drogas ilícitas, mas sua presença é de fundamental importância para garantir segurança e estabilidade (funcionários de portos e aeroportos até policiais corruptos, trata-se de agentes que fornecem informações preciosas e “fazem vistas grossas”, recebendo como recompensa propinas e subornos).

Assim, os atacadistas são atores urbanos prestigiados, em geral membros da abastada elite brasileira, que mantém contatos internacionais de suma importância nos países produtores, participação em sistemas de fraudes, remessa ilegal de valores monetários para o exterior, lavagem de dinheiro e influência nos mais elevados níveis de poder do Estado, quando não são eles próprios membros de instituições e órgãos públicos (NEPAD; CLAVES, *apud* DOWDNEY, 2002, p. 34).

O “subsistema importação/exportação atacado” teria uma abrangência mais ampla em relação ao “subsistema varejista”. Este último se caracteriza pelas atividades dos donos de bocas, gerentes gerais, gerentes da boca, subgerente, fiel, endolador, vapor, soldado, contenção, falcão, olheiro, fogueteiro, aviãozinho, entre outros agentes definidos pela rígida hierarquia das quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas.

Souza (2000, p. 56) chama atenção para o fato de que, nas grandes cidades brasileiras, o “subsistema varejista” está longe de se restringir aos agentes baseados em favelas e em outros espaços residenciais pobres. Usuários-revendedores e traficantes atuando na distribuição a varejo operam a partir dos mais diferentes pontos da cidade, como restaurantes, boates, instituições de ensino, apartamentos de classe média etc.. O que garante destaque às quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas que se situam nos bairros desprivilegiados é o caráter excessivo da violência, que é empregada como principal instrumento de punição em um severo código de condutas.

A correlação espacial entre os principais indicadores criminais e as características econômicas dos bairros de nossa área de estudo serão detalhadas no próximo subitem dando continuidade à análise das estruturas aqui caracterizadas. Até o momento, detalhamos as estruturas demográfica e educacional e suas correlações positivas e negativas com os CVPES e CVPAT. Neste último subitem introduzimos os indicadores CTDI e CAM a fim de complementar o estudo.

4.2.6- Estrutura econômica

O mapa da figura 23 destacou a distribuição espacial da renda média dos responsáveis pelos domicílios no município de Vitória no ano 2000. A leitura cartográfica permite inferir que os bairros Jardim Camburi, Morada de Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha, Barro Vermelho, Santa Lúcia, Praia do Canto, Ilha do Frade, Ilha do Boi, Enseada do Suá, Santa Helena e Bento Ferreira apresentaram um predomínio de chefes de domicílios com renda média superior a 10 salários mínimos. Estas são áreas que congregam as principais atividades comerciais e de

prestação de serviços da cidade. Além disso, as residências das classes privilegiadas também estão concentradas nesses bairros.

Todos estes estão situados na porção litorânea leste da capital capixaba e formam conglomerados ocupados pela população economicamente e socialmente privilegiada, haja vista, a cartografia apresentada e analisada no subitem 4.2.5, que ressaltou as melhores condições dos responsáveis pelos domicílios dessas regiões em relação aos níveis de instrução. Na verdade, a comparação entre os mapas de renda média (figura 23) e do nível de instrução - ensino superior (figura 19) evidenciam uma clara correlação espacial, ao passo que a maioria dos bairros com predomínio dos salários mais elevados também registraram a prevalência dos responsáveis pelos domicílios que possuem o ensino superior como curso mais elevado frequentado.

Os bairros Centro, Parque Moscoso e Vila Rubim; Maruípe, Santa Cecília, Jucutuquara, Fradinhos, Nazareth, Lourdes, Consolação e Horto; e Goiabeiras, Jabour, Sólon Borges, Segurança do Lar, Antônio Honório e República formaram três conglomerados com prevalência de chefes de domicílios com renda média de 5 a 10 salários mínimos.

Duas aglomerações de bairros com renda média dos chefes de domicílio abaixo de 5 salários mínimos foram identificadas no em torno de São Pedro e nas adjacências de São Benedito. Importa salientar que este último bairro, juntamente com Resistência, Nova Palestina, Santos Reis e Romão, registrou a menor renda média do município de Vitória, situando-se abaixo de 2 salários mínimos, o que totalizava menos de R$ 300,00 mensais em 2000 e totalizava menos de R$ 830,00 por mês em 2008.

A maioria dos bairros com predomínio dos salários mais baixos apresentou, concomitantemente, os menores percentuais de chefes de domicílios que cursaram o ensino superior e os maiores percentuais dos responsáveis pelos domicílios que cursaram apenas o ensino fundamental. Além disso, essas regiões evidenciaram as maiores taxas de analfabetismo, conforme pode ser constatado no mapa da figura 23.

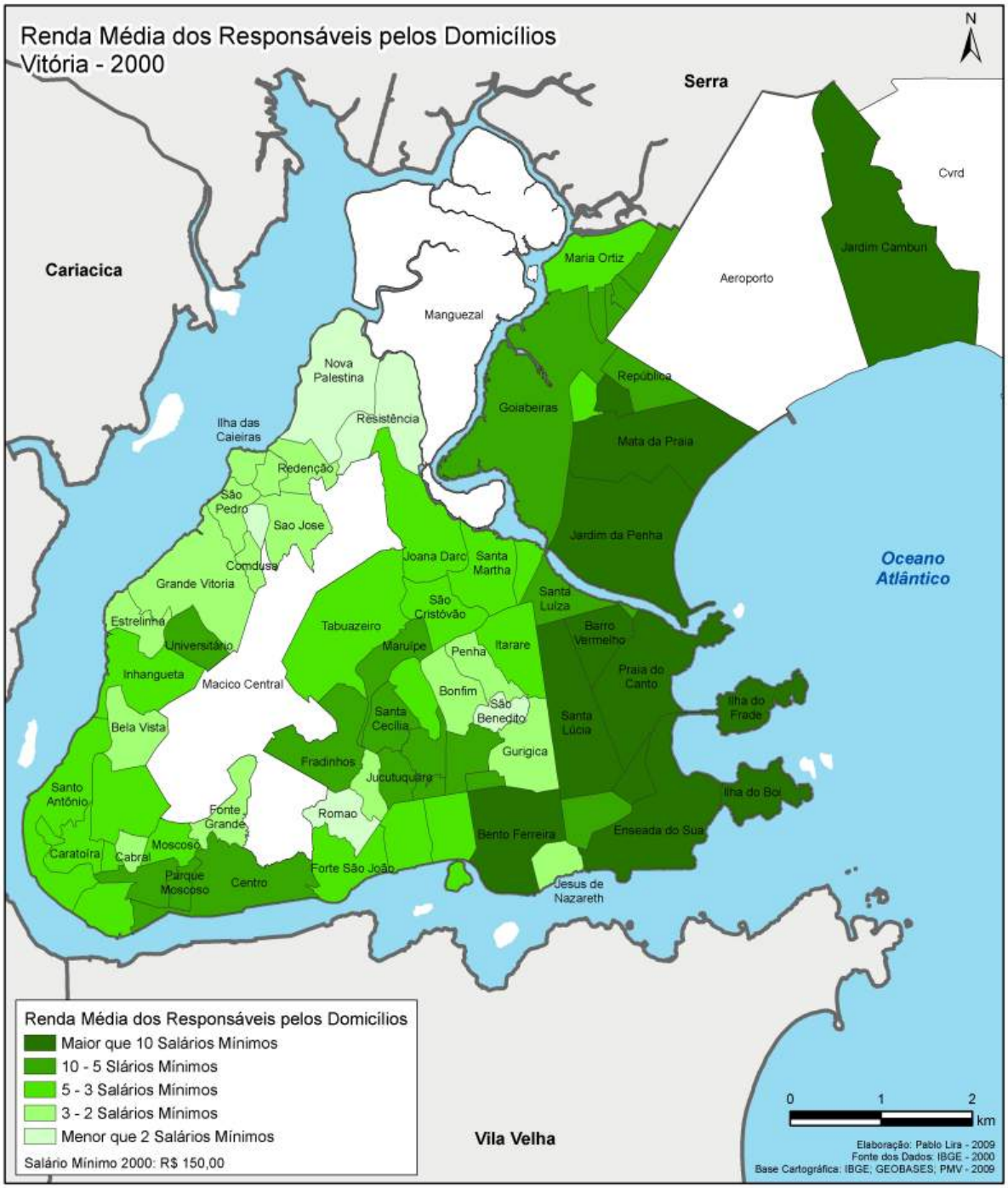

FIGURA 23 - MAPA: RENDA MÉDIA DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS, VITÓRIA - 2000

A leitura cartográfica concomitante do mapa da renda média dos chefes de domicílios (figura 23) e dos mapas dos Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES (figura 10, p. 71) e Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVPAT (figura 11, p. 73) torna explícita a correlação espacial entre as características econômicas e a distribuição da criminalidade violenta nos bairros de Vitória.

Isso pode parecer óbvio, mas a análise cartográfica aqui estabelecida vai além da constatação geral, permitindo a identificação dos bairros que apresentam altas concentrações dos CVPES e CVPAT e evidenciando como a concentração de renda e as desigualdades podem influenciar a distribuição espacial da criminalidade violenta. Nesse sentido, compartilhamos do mesmo posicionamento de Peralva (2000, p. 81). A relação direta de causa e efeito entre pobreza e violência negligencia e obscurece a desigualdade sócio-econômica, que engendra a pobreza e apresenta correlação com a distribuição espacial criminalidade violenta.

Vitória é um dos municípios capixabas que apresentam os maiores níveis de desigualdade econômica, índice de Gini[38] 2000: 0,61 (ONU/PNUD, 2005, *on-line*). Os contrastes da distribuição de renda, expressos pelo mapa das classes salariais, confirmam a forma pela qual a sociedade se organiza no espaço segregado e como isso pode influir na incidência dos crimes.

O comportamento diferencial da violência é apenas mais uma evidência das desigualdades sócio-econômicas cristalizadas na cidade de Vitória. No mapa de concentração dos Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES (figura 10), observa-se a relevância dos conglomerados de São Pedro, Ilha do Príncipe e Penha. Além apresentar uma situação econômica desfavorecida (figura 23), estas áreas possuem em comum fortes traços e características da “desfiliação social”. São nessas regiões que se exprimem com maior freqüência os homicídios, tentativas de homicídios, lesões corporais, entre outros.

É importante ressaltar que o termo desfiliação está aqui sendo empregado no sentido atribuído por Castel (1998, pp. 22-50). Segundo ele, a noção deste termo remete a idéia de dissociação, desqualificação ou invalidação social. Os lugares intitulados “excluídos”, na realidade, compõem o conjunto de elementos de uma determinada área geográfica, logo não são espaços de uma outra localidade ou espaços de fora. Na verdade, as pessoas e os espaços “excluídos” são compreendidos pela lógica de produção urbana, contudo não se encontram filiados de maneira completa e suficiente à distribuição dos serviços e equipamentos

[38] De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005, *on-line*), este índice mede o grau de concentração de renda. Seu valor varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior o nível de concentração de riqueza entre as populações favorecidas.

coletivos. O caráter social da interpretação de Robert Castel destaca que estar desfiliado é não estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade. “Estão lá como inúteis, no sentido de que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São pessoas, poder-se-ia dizer, que foram inválidas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos” (CASTEL, 2004, p. 255).

Em contrapartida, os bairros detentores da melhor qualidade infra-estrutural urbana[39] (Praia do Canto, Enseada do Suá, Jardim da Penha, Santa Lúcia etc.), utilizados e ocupados pelas classes privilegiadas, seja pelo nível de renda, seja pelo grau de escolaridade, se tornam o principal alvo das práticas delituosas que envolvem os CVPAT (figura 11).

Em suma, a análise cartográfica conjugada aqui estabelecida nos permite constatar que, em geral, as regiões desprivilegiadas possuem uma maior concentração de CVPES, enquanto as áreas privilegiadas, potencialmente, congregam as incidências dos CVPAT.

4.2.7- Serviços, equipamentos e infra-estruturas urbanas

A distribuição espacial das infra-estruturas urbanas do município de Vitória segue um padrão de concentração bem próximo do especificado pelo mapa da renda média dos chefes de domicílios. As áreas privilegiadas da cidade, onde há um predomínio da ocupação das classes abastadas, são munidas dos melhores serviços e equipamentos coletivos urbanos, enquanto as regiões menos favorecidas sofrem com problemas relacionados à insuficiência ou mesmo ausência de infra-estrutura urbana. Essa constatação pode ser corroborada pela análise da figura 16 que explicitou no subitem 4.2.5 a distribuição espacial dos equipamentos e serviços do sistema educacional público do município de Vitória.

A segregação espacial observada no município de Vitória está dialeticamente vinculada a desfiliação infra-estrutural. Assim, os bairros filiados, geralmente, são

[39] Esse aspecto será melhor aprofundado no próximo subitem.

munidos da melhor distribuição dos itinerários dos ônibus, do maior número de pontos luminosos por rua, do melhor planejamento de coleta de lixo, do maior número de ruas asfaltadas e da maior porcentagem de domicílios com rede de saneamento básico. Em contrapartida, equipamentos e serviços coletivos precários e deficientes são direcionados aos bairros desfiliados.

Da mesma maneira feita nos subitens anteriores, cabe salientar que a organização espacial seletiva dos serviços, equipamentos e infra-estruturas observada hodiernamente no município de Vitória é, em grande parte, produto dos processos históricos desencadeados a partir da décadade70, quando o crescimento econômico capixaba não foi conciliado com o desenvolvimento social.

Ao desenvolver uma sistemática pesquisa qualitativa realizando entrevistas nos bairros desprivilegiados dos municípios da aglomeração da Grande Vitória, Zanotelli *et al.* (2005) percebeu uma certa inquietude por parte dos moradores em relação ao serviço de entrega de correspondências. De acordo com o relato de vários entrevistados, na maioria dos bairros desprivilegiados as correspondências pessoais são depositadas em caixas comunitárias, o que facilita extravios e compromete o sigilo da comunicação escrita dos moradores. Ainda com base nos moradores, foi constatado que os funcionários dos Correios não são designados a distribuir as correspondências em boa parte dos bairros pesquisados devido à insegurança, em relação à violência, típica dessas localidades. Com razão, os moradores questionavam, quando da realização da referida pesquisa, o porquê dos Correios não distribuírem as correspondências nas residências, uma vez que as contas de luz, água, telefone, entre outras, encontravam destino certo nos domicílios?

O tratamento diferenciado prestado pelos Correios é um exemplo de como as áreas desprivilegiadas da cidade não estão totalmente filiadas aos serviços coletivos urbanos. A leitura do mapa da figura 24 permite identificar como as agências dos Correios, estabelecimentos que gerenciam parte da difusão das correspondências e prestam atendimento postal, tendem a se localizar em bairros privilegiados como Centro, Enseada do Suá, Praia do Canto, Jardim da Penha, Jardim Camburi e Goiabeiras.

Essa mesma lógica de distribuição espacial é identificada no mapa de localização das agências bancárias. Com base no mapa da figura 25 constatou-se que os bancos da capital capixaba estão potencialmente concentrados nos bairros privilegiados da cidade. Por meio da análise conjugada deste mapa e do mapa da renda média dos responsáveis (figura 23) percebeu-se uma correlação espacial bem definida, onde os bairros que apresentaram as maiores rendas médias também congregaram o maior número de agências bancárias em seus limites territoriais. Os bairros Centro, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Santa Lúcia, Praia do Canto, Goiabeiras, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi são exemplos disso.

FIGURA 24 - MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS, VITÓRIA - 2008

Em contrapartida, bairros como São Benedito, Penha, Bonfim, Consolação, Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, São Pedro, Ilha do Príncipe e Vila Rubim não contam com nenhuma agência bancária em seus limites e em alguns casos a agência bancária mais próxima situa-se a quilômetros de distância, como constatado em Resistência. Mesmo com um poder aquisitivo restrito em relação às classes mais abastadas, a população dos bairros economicamente desprivilegiados necessita diretamente dos serviços prestados pelos bancos para realizar movimentações financeiras (receber salário, efetivar depósitos e pagamentos, poupar dinheiro etc.).

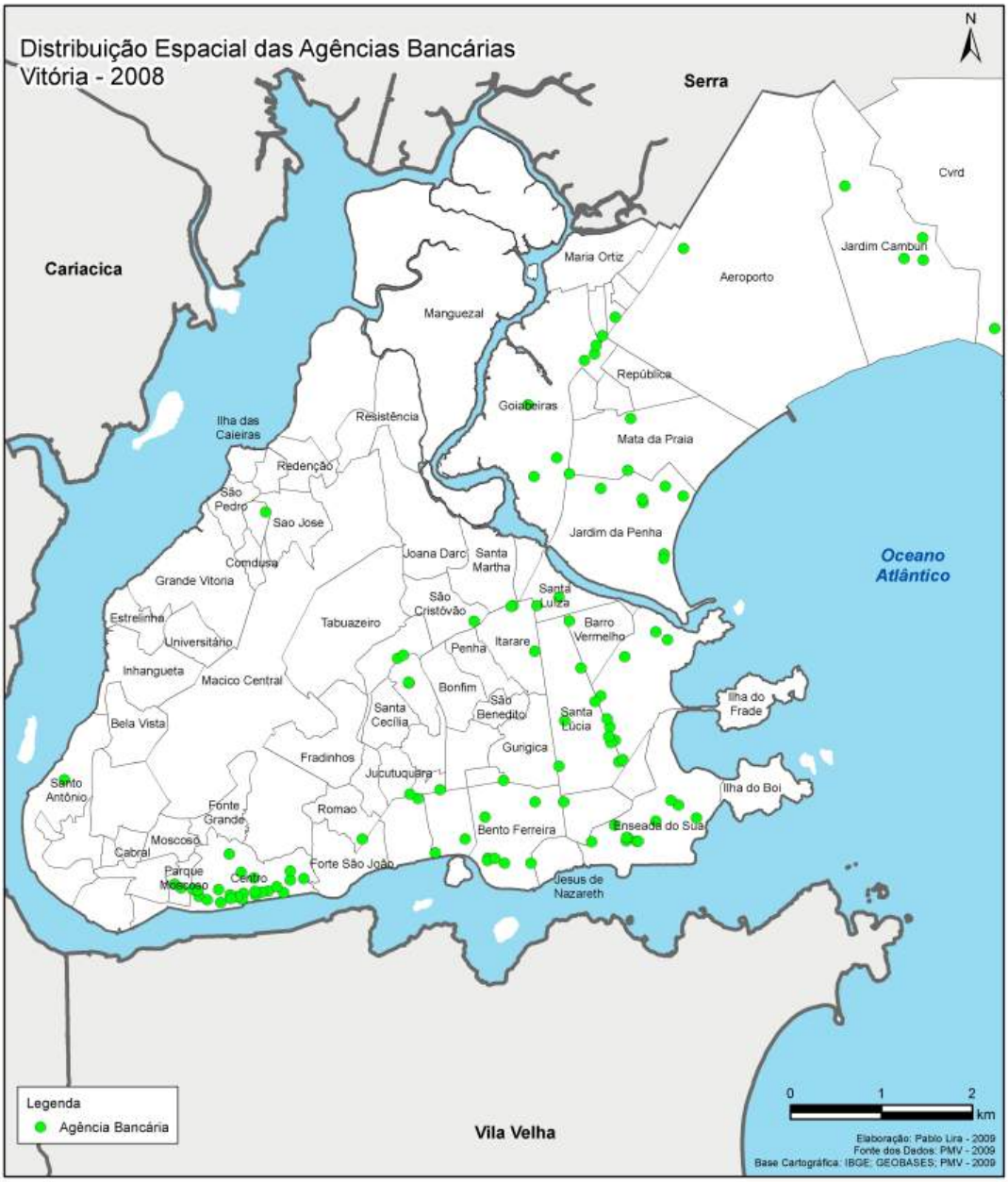

FIGURA 25 - MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, VITÓRIA - 2008

O padrão de distribuição espacial desigual evidenciado pelos mapas de serviços e equipamentos coletivos (escolas, correios, bancos etc.), também é observado quando são analisadas as infra-estruturas urbanas. O abastecimento de água por domicílio particular permanente foi a variável escolhida para analisar a distribuição das infra-estruturas ligadas ao saneamento básico da cidade de Vitória.

O mapa da figura 26 demonstra, com base nos dados censitários de 2000, que a capital capixaba é relativamente bem servida pela rede geral de abastecimento de água. Contudo, os conglomerados que registraram os menores percentuais de domicílios com abastecimento de água disponibilizado via rede geral e canalizado em pelo menos um cômodo foram formados justamente por bairros desprivilegiados. Penha, Bonfim e Gurigica, na porção central da Ilha de Vitória, Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, Ilha das Caieiras, São José e Santos Reis, na porção noroeste, e Cruzamento, Romão e Forte São João, no extremo sul de Vitória, apresentaram de 82,8% a 93% dos domicílios sem água canalizada via rede geral de abastecimento. Os bairros Jesus de Nazareth, Fonte Grande e Bela Vista também encontravam-se nessa mesma situação.

Por outro lado, a maioria dos bairros privilegiados da cidade apresentaram o predomínio dos maiores percentuais de domicílios com abastecimento de água via rede geral de distribuição. Bairros como Bento Ferreira, Santa Lúcia, Santa Helena, Praia do Canto, Barro Vermelho, Jardim da Penha e Mata da Praia registraram de 99,3% a 100% dos domicílios munidos pela rede geral de abastecimento de água canalizada.

Entendendo, com base em Lefebvre (1969), que o “direito à cidade” se manifesta como uma forma superior de direitos: direitos à liberdade, à individualização, à socialização, ao *habitat* e ao habitar, o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação ou moradia (bem distinto do direito à propriedade), constata-se que as áreas desfiliadas de Vitória se caracterizaram como espaços degradados e segregados devido, sobretudo, à falta de atuação dos poderes públicos, que concebiam, no período das transformações estruturais capixabas (ver subitem 4.2.2), e ainda hoje concebem, mesmo com os avanços alcançados pelo Direito Urbanístico, o direito a cidade como um simples direito de visita e retorno à cidade ou mesmo como um direito seletivo e não universal.

De acordo com Fernandes (2008, p. 60), mais do que nunca, o Direito Urbanístico brasileiro tem, atualmente, seu conjunto de leis próprias e específicas, incluindo, além das disposições do capitulo constitucional sobre política urbana e do Estatuto da Cidade (lei Nº 10.257/01), a importante lei federal de parcelamento do solo e diversas outras leis federais ambientais e sobre o patrimônio histórico-cultural, centenas de leis estaduais e milhares de leis municipais.

Mesmo com o arcabouço normativo vigente, ainda é comum identificarmos práticas do direito urbanístico seletivo em cidades como Vitória, que alimentam o desequilíbrio das estruturas urbanas e aprofundam as desigualdades sócio-econômicas.

Na concepção lefebvreriana, o direito à cidade aponta para a garantia universal de acesso e da fruição democrática das condições básicas de sobrevivência e dos serviços e equipamentos coletivos urbanos (moradia, trabalho, saúde, educação, segurança, transporte, lazer, entre outros). A não manutenção desse direito favoreceu a segregação espacial em Vitória. Os contrastes sociais emergiram na paisagem, distinguido os bairros privilegiados e as zonas desfavorecidas.

Em Vitória, seguindo a tendência da maioria das cidades brasileiras, a população abastada tendeu a se localizar em bairros supridos de infra-estrutura urbana, ou seja, onde o “preço da terra impediu o acesso a qualquer um” (CARLOS, 2003, p. 78). Enquanto as classes menos favorecidas ocuparam as áreas com insuficiência ou mesmo ausência de infra-estrutura, em suma áreas periféricas. O ambiente urbano segregado é fruto dessa distinção no uso e ocupação da terra.

Dessa forma, entendemos que o comportamento diferencial da violência, evidenciado pelos mapas de CVPES e CVPAT (figuras 10 e 11), é em larga escala influenciado pelas desigualdades sociais, econômicas e infra-estruturais, que são destacadas pela coletânea de mapas aqui apresentada. Tais desigualdades evidenciam, em termo de processos, a segregação urbana.

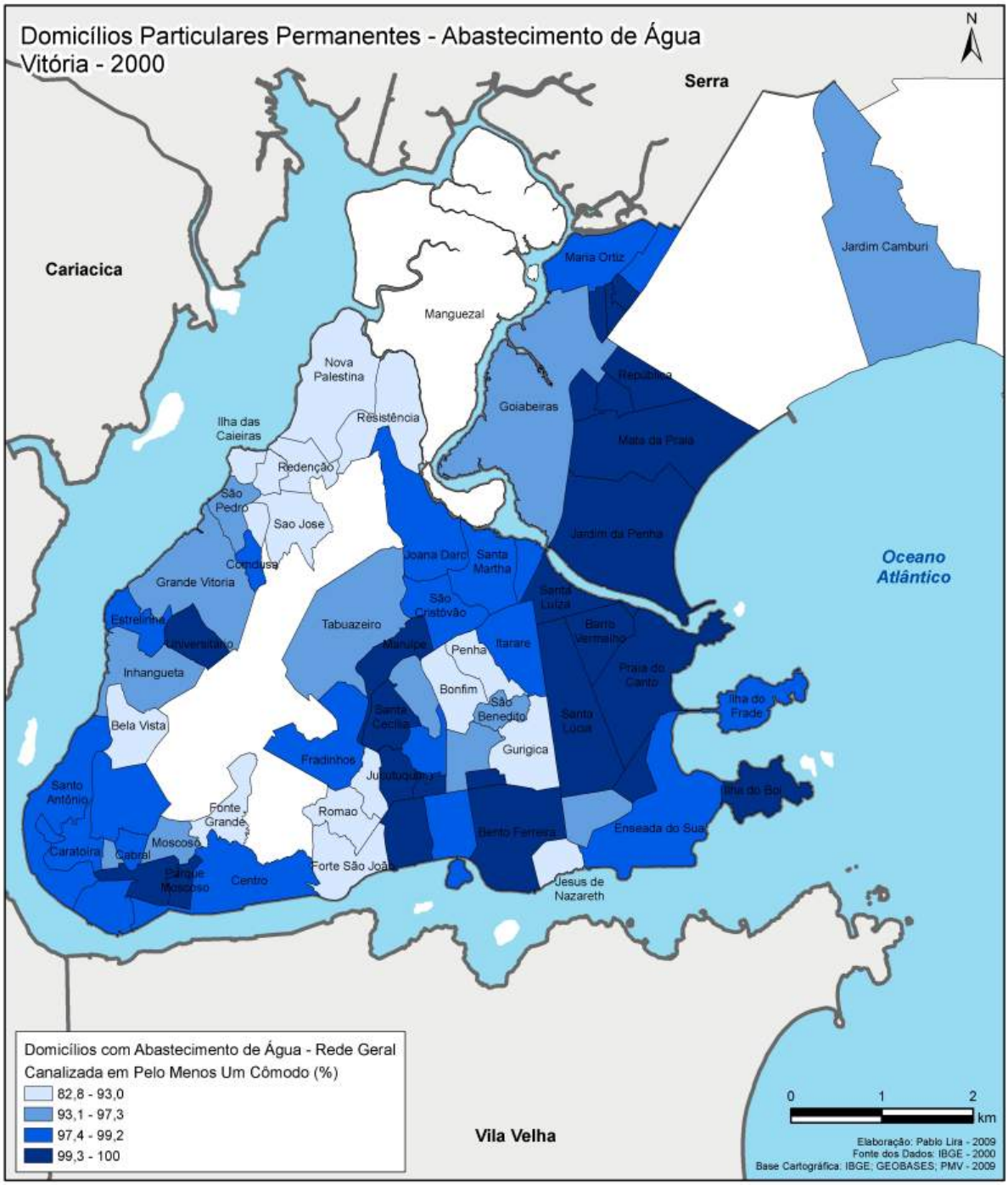

FIGURA 26 - MAPA: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOMICÍLIOS - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, VITÓRIA - 2008

4.2.8- Processos segregatórios

Como visto na introdução deste capítulo, processo é aqui entendido como uma estrutura em movimento de transformação, ou seja, uma ação que se realiza continuamente. O estudo da organização espacial das estruturas demográfica e econômica e da distribuição geográfica dos serviços, equipamentos e infra-estruturas urbanas, realizado por meio da coletânea de mapas apresentada e a análise cartográfica desenvolvida, evidenciou a existência, bem definida, de duas Vitórias, a primeira formada pelos bairros privilegiados sócio-economicamente e a outra constituída pelos bairros desprivilegiados, que congregam predominantemente a população com os mais baixos níveis de instrução e menor poder aquisitivo e que não estão integrados de maneira suficiente aos serviços, equipamentos e infra-estruturas coletivas.

A relação dessas duas realidades não se resume a um dualismo. Elas não traduzem por completo a problemática urbana e não são completamente isoladas. Considerando que o processo de reprodução espacial urbana envolve uma sociedade hierarquizada e dividida em classes, observa-se que o uso e ocupação das diferentes áreas da cidade de Vitória são influenciados pela lógica econômica vigente.

Para Milton Santos (2004), os circuitos econômicos urbanos explicariam em parte a tendência à organização do espaço em áreas segregadas. De acordo com ele,

> a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 2004, p. 37).

Na visão do referido autor, tais diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da formação e manutenção dos dois circuitos econômicos urbanos.

O *circuito superior*, composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, estabelecimentos e serviços modernos, atacadistas e transportadores em larga escala, representa o campo econômico de atuação direta das classes abastadas. As classes que compõem o circuito superior exercem forte influência sobre o poder

político e decisões públicas da cidade. São essas classes que o direito urbanístico seletivo normalmente favorece.

O *circuito inferior*, constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio tradicional de pequena dimensão, congrega as atividades econômicas das classes média, popular e pobre. Esta última busca a subsistência através dos subempregos e possui representabilidade quase nula frente às questões e discussões públicas.

De acordo com Santos (2004, p. 51), a existência das classes média e popular afasta a idéia de ruptura ou de espaços econômicos impermeáveis. Além de apresentar certa dependência em relação ao circuito superior, algumas atividades desempenhadas por essas classes, comércio, transportes, prestação de serviços domésticos etc., servem como “correia de transmissão”, evidenciando a integração entre os circuitos econômicos urbanos.

Este foi um dos motivos que conduziram Santos (2004, p. 56) a recusar a idéia da relação dualista entre os espaços urbanos segregados, em favor da adoção do conceito de bipolarização dos circuitos econômicos. Os circuitos superior e inferior remontam o funcionamento e as práticas de uma só sociedade, da qual os pólos são parte integrante. Esses dois pólos tem sua origem no curso de um mesmo processo histórico. Não existe dualismo. Os dois circuitos têm a mesma matriz de formação, o mesmo conjunto de causas e são interconectados. Destarte, insta frisar que, apesar da aparente condição de interdependência, o circuito inferior apresenta dependência em relação ao circuito superior, haja vista a posição sócio-econômica privilegiada dos componentes (grupos sociais, empresas, mercados etc.) deste último.

A noção de acesso de maneira permanente, por parte das classes privilegiadas, e acesso insuficiente, por parte das classes desprivilegiadas, à distribuição de renda e aos bens particulares, que é trabalhada por Santos (2004) em uma concepção bipolar, remete à idéia de desfiliação social trabalhada por Castel (1998). Como já salientado nesta pesquisa, este último autor considera que o referido termo traduz as situações de dissociação, desqualificação ou invalidação social, nas quais as pessoas e espaços desprivilegiados não se encontram filiados de maneira completa e suficiente à distribuição dos benefícios estruturais e infra-estruturais urbanos.

A respeito da divisão da sociedade em classes, Santos (2004, p. 49) ressalta que a distinção da população urbana em classes sociais proporciona uma série de dificuldades[40], uma vez que vários aspectos (sociais, econômicos, culturais etc.) devem ser considerados. Além disso, cada cidade representa um caso particular, ao qual as classificações da sociologia geral não podem ser aplicadas sem nuances, tanto mais que elas correspondem usualmente a definições elaboradas com base nas realidades do mundo ocidental e de certa forma adequadas segundo a abordagem dos pesquisadores.

Milton Santos parte de um recorte econômico para definir as classes que compõem o circuito inferior como aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados o mínimo indispensável numa certa sociedade. Acrescenta-se aqui, com base em Castel (1998), que os referidos grupos de pessoas, também, não se encontram filiados de forma suficiente aos serviços e equipamentos coletivos oferecidos na cidade. Em geral, trata-se dos não-empregados e dos sub-empregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco.

Na esteira da perspectiva econômica, Santos (2004, p. 50) aponta que as classes superiores são caracterizadas pela reduzida elite que possui efetivo controle sobre a economia urbana e ampla influência sobre o poder político e as decisões estratégicas que interferem na organização espacial da cidade. Indivíduos que compõem as altas cúpulas dos governos, proprietários e gestores de grandes indústrias e empresas comerciais, burocratas da administração pública, entre outras pessoas político-economicamente influentes, são os principais representantes do circuito superior.

Santos (2004) define as classes intermediárias por eliminação. Elas são formadas pelas classes médias, funcionários públicos, intelectuais, jornalistas e outros profissionais amplamente ligados ao setor capitalista, mas cujos ganhos são insuficientes para ascenderem na estrutura econômica, e pelas classes populares, empregados assalariados e/ou autônomos de todo tipo que se situam acima do nível de subsistência. Ainda que as classes intermediárias sejam beneficiárias com

[40] Sobre um possível aprofundamento no debate sobre classes sociais ver, dentre outros, Marshall (1967, pp. 57-114).

freqüência, da distribuição dos serviços e equipamentos coletivos urbanos e apresentem situação favorável, quando comparadas às classes pobres, em relação à distribuição de renda e ao acesso aos bens de consumo da contemporaneidade; elas não dispõem do mesmo controle e poder decisório exercido pelas classes abastadas.

O modelo tripartite de organização e composição do espaço apresentado por Santos (2004), em sua análise econômica dos circuitos superior e inferior, revela ao mesmo tempo o poder político e o *status* social como fatores que distinguem as classes abastadas, intermediárias e pobres.

Influenciado por esta interpretação, este estudo se faz valer em vários momentos dos conceitos de espaços privilegiados (bairros de uso e ocupação predominante das classes abastadas e médias) e desprivilegiados (bairros de uso e ocupação predominante das classes populares e pobres) para se referenciar às diferentes regiões da cidade de Vitória que apresentam variações nas estruturas demográfica, econômica e social, bem como na distribuição espacial dos serviços, equipamentos e infra-estruturas urbanas. Nos subitens anteriores, cujos quais destacaram a coletânea de mapas, constatou-se como a criminalidade violenta, traduzida pelos CVPES e CVPAT, apresentou uma significativa correlação espacial com as estruturas sócio-econômicas da cidade de Vitória. Os indícios evidenciados pela análise cartográfica permitiram identificar os padrões de distribuição espacial da violência e como estes mostram-se influenciados pelo processo de segregação.

Ao efetuar uma análise espacial da teoria da dialética dos circuitos econômicos, percebe-se em Vitória um processo de segregação que apresenta fragmentos múltiplos e justapostos, ou seja, as áreas diferenciadas de forte homogeneidade social estão em intercâmbio permanente. No nosso entendimento, em um nível abstrato de compreensão, a organização espacial da capital capixaba se assemelha a um mosaico, onde a realidade segregada dos fragmentos múltiplos é costurada por fios que representam as relações sócio-econômicas, formando um conjunto, uma rede de interações que recobrem a trama urbana.

Apresentando uma desigual acessibilidade à terra, concentração da riqueza produzida na mãos de poucos e um elevado nível de insegurança proporcionado

pelo sistema da violência, cidades como Vitória se caracterizam como espaços segregados. A respeito disso, Lefebvre (1999), em sua análise dialética da cidade, apresenta e utiliza o termo *cidade estilhaçada* para designar a referida segregação sócio-espacial. De acordo com ele, a realidade urbana estilhaçada nada mais é que a projeção de fragmentos múltiplos: periferias, subúrbios, becos, centros, jardins, boulevards, segurança e insegurança etc..

A maneira diferencial e hierárquica de ocupação do sítio urbano da capital capixaba contribuiu para o processo de segregação, que se fez perceber em dois sentidos.

A maioria dos bairros, com insuficiência infra-estrutural, são habitados pela população desprivilegiada. Carlos (2003, p. 31) aponta que a sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente. Nessa lógica, pode-se considerar que as regiões ocupadas por tais pessoas geralmente se caracterizam como espaços segregados, onde a “desfiliação” e os problemas urbanos tomam contornos mais nítidos e expressões mais vigorosas.

Em contrapartida, os bairros, supridos de infra-estrutura, localizados na região leste da Ilha de Vitória (Praia do Canto, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Enseada do Suá, Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia, Bento Ferreira etc.) e continental litorânea da capital capixaba (Mata da Praia, Jardim da Penha, Jardim Camburi, Bairro República etc.) são ocupados por pessoas privilegiadas seja pelo nível de renda, seja pelo *status* profissional. Hodiernamente, alguns desses lugares apresentam áreas altamente seletivas e segregadas, isto é, auto-segregadas, uma vez que se trata de uma tentativa coletiva de isolamento (SOGAME, 2001, p. 101).

A violência emana dessas contradições e hierarquizações sócio-espaciais geradas pela lógica do desenvolvimento do capital, atingindo todos os estratos da sociedade. Como visto, sua distribuição não ocorre de maneira homogênea pela trama urbana. Ela desdobra-se a partir de nuanças ligadas à especificidade geográfica das diferentes zonas da cidade.

Como salientado no Capítulo anterior, em tempos recentes, quando a criminalidade violenta passa a incomodar até mesmo as classes mais privilegiadas, o auto-enclausuramento torna-se um estilo de vida nas grandes cidades. Parte da

população abastada se auto-confina nos condomínios residenciais excessivamente vigiados e protegidos, descritos por Caldeira (2000, p. 258) como “enclaves fortificados”. A referida autora utiliza este termo para designar os exageros das estratégias de auto-proteção dos centros comerciais, conjuntos empresariais e, principalmente, dos condomínios residenciais.

Souza (2008, p. 72) utiliza a expressão “condomínios exclusivos” para distinguir os espaços residenciais constituídos nos moldes *edge city*[41] ou, na realidade das cidades brasileiras, nos moldes Alphaville[42] (SOUZA, 2000, p. 199). Tais espaços, geralmente, são consolidados na franja periurbana e se caracterizam como ambientes extremamente auto-segregados. Para o citado autor, em seus movimentos escapistas, as elites buscam solucionar problemas de segurança, deixando intactos os vários fatores estruturais que nutrem a violência.

Apesar de identificarmos, recentemente, a implementação de alguns “condomínios exclusivos” no em torno da cidade de Vitória[43], as representações da arquitetura do medo dos “enclaves fortificados” residenciais, situados na mancha urbana da capital capixaba, serão analisadas nas próximas páginas, devido, sobretudo, a sua predominância no espaço pesquisado.

4.3- FORMAS E FUNÇÕES

Como ressalvado, esta pesquisa considera a forma como o aspecto visível do urbano, bem como sua organização espacial, e a função como uma atividade ou papel desempenhado, em outras palavras, uso especial para que algo é concebido. Considerando a proximidade existente entre essas instâncias, a análise que aqui se insere será desenvolvida a partir da conjugação das formas e funções da arquitetura do medo, referente à criminalidade violenta. Proximidade esta destacada por Santos (1992, p. 51) na seguinte citação: “função está diretamente relacionada com a forma, portanto a função é a atividade elementar que a forma se reveste. Esta última pode

[41] Com base Souza (2008, p.72), a expressão *edge city* foi disseminada, principalmente, na realidade urbana estadunidense para designar o tipo de assentamento promovido pelas elites nos arrabaldes de uma grande cidade.
[42] Modelo de empreendimento imobiliário difundido, a partir da década de 70, em várias regiões brasileiras. Para um maior detalhamento ver Souza (2000, p. 199).
[43] Destaque para os empreendimentos imobiliários Alphaville e congêneres em vias de finalização no município de Serra.

ou não abranger mais de uma função”. Nesse sentido, acreditamos que as formas e funções da arquitetura do medo são reciprocamente influenciadas pelos temores relativos à violência contemporânea.

Cabe reforçar que a “função” aqui tratada está atrelada às formas da arquitetura do medo, que será detalhada no próximo subitem, se diferenciando do conceito de “função da cidade”. Geógrafos, urbanistas e outros especialistas, usualmente, recorrem à este conceito para classificar uma cidade de acordo com suas atividades principais (política-administrativa, industrial, comercial, financeira, turística etc.). Este conceito também pode ser utilizado em níveis de escala mais detalhados, destacando, por exemplo, um bairro segundo suas atividades funcionais. Se levarmos em conta a questão da escala, poderíamos apontar que a “função” analisada por esta pesquisa é desempenhada em um nível ainda maior de detalhe, associando-se às formas arquiteturais. Em sua definição das “categorias do método geográfico” Santos (1992) contempla tanto o que chamamos aqui de “função da cidade”, quanto a “função” relativa às formas da arquitetura do medo. Na verdade, ambos conceitos se referem à mesma categoria geográfica, porém em escalas espaciais diferenciadas.

Outra observação importante diz respeito à relação dialética da função com as outras instâncias. Muitas vezes esta se relaciona implicitamente com as estruturas e processos urbanos. Contudo, é justamente com a forma que a função está intrinsecamente correlacionada.

A forma urbana é composta pelos elementos resultantes dos desenhos arquitetônicos e urbanísticos. Os primeiros são definidos pela morfometria das casas, prédios, estabelecimentos comerciais etc.. Elementos como ruas, calçadas, quadras, praças e parques, apesar de guardarem dimensões arquitetônicas, influem diretamente na configuração do desenho urbanístico. Os arranjos urbanísticos são desenvolvidos a partir da articulação de todos esses elementos com seus usos, o que constitui a morfologia urbana. A análise das formas e funções da arquitetura do medo que pretendemos desenvolver neste momento é apenas uma parte da referida morfologia.

Não temos a intenção de construir qualquer modo de categorização ou tipificação arquitetural, apenas pretendemos evidenciar como as formas e funções arquiteturais são influenciadas pelo medo referente à criminalidade violenta. A referida análise foi desenvolvida com base nos estudos de Caldeira (2000) e Ferraz (2009). Além disso, o estudo conjugado das instâncias urbanas e da criminalidade violenta é complementado. Acreditamos que as *formas* e *funções* da arquitetura do medo dos espaços residenciais da cidade de Vitória resultam da interação das desigualdades *estruturais* e dos *processos* segregatórios, que foram abordados nos subitens anteriores.

4.3.1- Paisagem e arquitetura do medo

As paisagens das cidades são formadas pela conjugação dos desenhos naturais, arquitetônicos e urbanísticos. O aumento gradativo da criminalidade violenta, constatado nas últimas três décadas, nas principais cidades brasileiras, tem influenciado um rearranjo na morfologia urbana. “Paisagens do medo” veem sendo configuradas e novos padrões de sociabilidades desenvolvidos. Tuan (2005, p. 12) salienta que as *paisagens do medo* são estabelecidas pelos níveis psicológicos e pelas percepções do ambiente real. Segundo ele o medo é um sentimento complexo.

Outro pensador que reflete sobre a temática do medo, Zygmunt Bauman, indica que esse sentimento acompanha o desenvolvimento da humanidade, adquirindo representações diferentes no tempo e espaço. Bauman (2008, p. 08) demonstra que o medo é um sentimento comum a todos os seres, sejam eles racionais ou irracionais. Um dos medos comuns a essas criaturas seria o medo da morte (medo original), cujo qual pode provocar reações variadas. Em consonância, Yi-Fu-Tuan sustenta que não são apenas os homens que sentem medo, “todos os animais superiores conhecem-no como uma emoção que indica perigo e é necessária para a sobrevivência” (TUAN, 2005, p. 08). Todavia, somente os seres humanos têm consciência de que a morte é uma das certezas que seguem à espreita da vida.

Para Bauman (2008, p. 08), diferente dos outros animais, os seres humanos conhecem o medo secundário, produto de experiências historicizadas. Este tipo de medo é uma estrutura mental, um mecanismo cognitivo de defesa, que proporciona sensação de segurança ou insegurança dependendo da situação vivenciada. Para o citado autor, o medo secundário ou derivado pode ser alimentado por três tipos de natureza de ameaças: perigos à integridade corporal e à propriedade, ameaça à ordem social e perigos ao lugar do indivíduo na sociedade (*status* social e econômico).

Sobretudo, é esse primeiro tipo de ameaça que contribui para a formação das paisagens do medo nas grandes cidades brasileiras. O “medo social” (BAIERL, 2004, p. 26), referente ao fenômeno violência, caracteriza-se como um sentimento coletivo. Apesar do medo ser construído de maneira singular pelos indivíduos, o sentimento generalizado de impotência da sociedade frente ao aumento da criminalidade violenta favoreceu a ampliação de um dos principais medos urbanos, medo de ser vítima de algum tipo de violência.

Com a constante sensação de insegurança e ampliação do referido medo, os habitantes das grandes cidades encontram-se em uma incessante corrida pela segurança, alterando suas práticas sociais e proporcionando a configuração de paisagens e espaços hostis.

Nesse sentido, constata-se que, nas últimas décadas, o *medo social* vem influenciando a consolidação de um novo padrão de desenho arquitetônico da cidade. Espaços privados incorporam uma série de elementos em suas formas, a saber, muros altos, grades, guaritas, cercas elétricas, torres, alarmes, circuito de vídeo-monitoramento, entre outros. Isso torna-se explicitamente perceptível em bairros ocupados por camadas sociais mais privilegiadas e, principalmente, em *espaços residenciais*. Não que outros espaços, como ambientes comerciais, estejam isentos das representações da *arquitetura do medo*, mas são as casas e condomínios que adotam com vigor os elementos da arquitetura do medo.

Os espaços residenciais são um dos ambientes que mais preocupam os cidadãos, por representarem o lugar sacramentado pela família, das relações de afeto, da intimidade e de proteção dos bens de valor sentimental e financeiro. O medo do

crime nesses ambientes impulsiona os proprietários a adotarem uma série de medidas funcionais de auto-proteção para prevenir danos a sua integridade e de sua família e danos ao seu patrimônio. Dessa maneira, a análise que aqui é desenvolvida busca enfocar os aspectos da arquitetura do medo de espaços residenciais de nossa área de estudo, a cidade de Vitória.

4.3.2- Cultura do medo: análise da abordagem midiática

Para Baierl (2004), o medo social referente à violência é agravado, dentre outras variáveis, por três fatores: os elevados índices de criminalidade, ineficiência dos órgãos de segurança e justiça e pela exacerbada cobertura que a mídia dá para atos delituosos.

De acordo com a referida autora, o medo pode se manifestar de duas formas básicas: *medo real*, que corresponde à sensação de insegurança que os indivíduos sentem em situações concretas, quando a probabilidade de vitimização é muito alta, e *medo potencial*, que diz respeito à sensação de insegurança distorcida, geralmente deflagrada a partir de especulações e interpretações equivocadas de dados estatísticos. Um exemplo deste último tipo de medo pode ser caracterizado pela seguinte ocasião: um indivíduo assiste em uma reportagem que a taxa de homicídios de Vitória possui a mesma magnitude da taxa de assassinatos do Iraque, país que enfrenta sérios problemas relacionados à guerra. Diante dessa notícia apocalíptica, que contém sérios equívocos metodológicos[44], a pessoa torna-se refém do pânico estabelecido pelo noticiário ao ponto de temer sair na rua onde reside, embora ali não haja registros de ocorrências criminais.

É justamente do medo potencial da violência que a mídia, usualmente, se faz valer, por meio da espetacularização, freqüência e repetição, para difundir e potencializar a *cultura do medo*. Glassner (2003) identifica os veículos de comunicação, sejam jornais escritos, telejornais, programas televisivos ou serviços de *marketing*, como

[44] Em setembro de 2008, os principais veículos de comunicação do Brasil publicaram a esdrúxula comparação das taxas de homicídio de Vitória e do Iraque. A literatura especializada (ASSUNÇÃO *et al*, 1998) indica que as taxas brutas servem para comparar áreas com diferentes magnitudes populacionais, contudo uma certa semelhança entre as unidades geográficas comparadas deve ser mantida. Este padrão de semelhança não foi considerado na comparação, publicada pela mídia em setembro de 2008, entre as taxas de homicídios da *cidade* Vitória e do *país* Iraque.

meios que potencializam o medo nas cidades, engendrando uma conjuntura de pânico generalizado, o que acaba legitimando práticas sociais individualistas, intolerantes e segregatórias. Em hipótese alguma espera-se com isso negar a importância do crescimento da criminalidade nas cidades brasileiras, contudo a exacerbação do medo difuso por parte dos discurso jornalísticos, que propagam notícias alarmantes diariamente, muitas vezes distorcidas, possui sua parcela de contribuição no ciclo de alimentação da violência.

Cotidianamente, a mídia se lança na corrida pela confecção de manchetes alarmantes que pouco favorecem o debate coerente acerca de possíveis soluções para o problema em questão, mas nutrem substancialmente o processo de espetacularização da violência e os temores dos cidadãos em habitar as “fobópoles” brasileiras.

De acordo com Souza (2008, p. 09), *fobópole* é o resultado da combinação das palavras gregas *phóbos*, que significa “medo”, e *pólis*, que significa “cidade”, representando assim as cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da Segurança Pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas populares, nas relações sociais, nos meios de comunicação em massa, entre outros. A “cidade do medo” nada mais é do que uma urbe dominada pelo medo da criminalidade violenta, que na contemporaneidade vem assumindo notável magnitude e adquirindo maior intensidade (ver subitem 3.1).

Não se pode negar o importante papel exercido pelos meios de comunicação na formação das sociedades contemporâneas. Com base em Cruz Neto e Moreira *apud* Ristum e Bastos (2003, p. 02), os meios de comunicação assumem no Brasil o papel de “formadores de consciência”, uma vez considerada a qualidade e *déficit* do ensino público e até mesmo privado (métodos educacionais que privilegiam a montagem em série de vestibulandos enciclopedistas, em prejuízo à formação cidadã). As crianças e adolescentes passam grande parte de seu tempo à frente da televisão. “Os programas e os noticiários da TV fazem apologia do dinheiro e da violência, elevam criminosos à categoria de heróis e apresentam modelos de violência, especialmente em filmes e novelas” (RISTUM; BASTOS, 2003, p. 01).

As mídias são ferramentas poderosas e influentes. Todavia, as formas com que a imprensa brasileira vem transformando dados e informações referentes à Segurança Pública em notícias revelam que, via de regra, a abordagem midiática privilegia o sensacionalismo em detrimento da elaboração de materiais mais apurados que enfoquem os motivos estruturais da criminalidade violenta e se comprometam com a proposição de eventuais soluções da problemática em questão.

Ao contrário disso, os meios de comunicação em massa, através de doses diárias de sensacionalismo, contribuem para a retroalimentação do sistema da violência por meio dos seguintes processos legitimados e operacionalizados na maioria das notícias e reportagens publicadas:

• *Disseminação da cultura do medo*: de acordo com Souza (2008) a mídia, comumente, se encarrega de amplificar o medo relativo à violência urbana. “O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência (SOUZA, 2008, p. 30)”.

• *Culpabilização de determinados grupos sociais*: em sua abordagem imediatista a imprensa nacional, usualmente, elege através de um discurso reducionista os culpados da violência, negando toda complexidade que envolve o fenômeno violência. Esse posicionamento permite com que famosos jargões (“os pobres são violentos”, “os imigrantes é que trazem a violência para a cidade”, “a violência é um problema de polícia” etc.) permaneçam vivos no imaginário da opinião pública. Isso representa um imenso retrocesso nos debates e discussões que abordam a temática da Segurança Pública no Brasil, que vem sendo ampliada pela academia, a saber, pesquisas desenvolvidas por sociólogos, assistentes sociais, geógrafos, urbanistas, historiadores, advogados, dentre outros, pela sociedade organizada e pelo próprio Estado nos últimos anos.

• *Estigmatização sócio-espacial*: o discurso reducionista da mídia busca inventar o *locus* da violência. Na esteira disso, correlações infundadas de causa e conseqüência, como a associação pobreza e violência, tornam-se verdades inquestionáveis nos debates do senso comum. Na maioria das vezes, tal abordagem superficial e imediatista acaba condenando estratos da sociedade a viverem acuados em seus enclaves e sofrerem discriminação de ordem sócio-espacial. É

nesse sentido que as generalizações midiáticas fortalecem o processo de estigmatização de comunidades inteiras. Quantas vezes os jornais destacam em suas manchetes que o bairro X é o mais violento da cidade? Notícias desse gênero são difundidas cotidianamente pelos meios de comunicação sem o menor controle e cuidado. Assim, boa parte das pessoas que residem nessas comunidades, tornam-se marcadas pela imagem negativa dessas áreas, a ponto de encontrarem dificuldade quando vão procurar emprego em outras localidades da cidade. Realizando a análise do discurso de jornais capixabas, Medina e Zanotelli (2007, p. 22) corroboram tal afirmativa ao apontarem que as publicações de notícias sobre homicídio recebem tratamento diferenciado segundo as classes sociais envolvidas. De acordo com eles, “o tratamento reservado aos habitantes dos bairros populares envolvidos em crimes e delitos é diferente, omitem-se seus nomes, tratando-os por apelidos” e apresentam-se indiscriminadamente fotografias dos mesmos em situações deploráveis. Em contrapartida, “quando o crime envolve pessoas com um poder aquisitivo um pouco relevante, os jornais têm uma preocupação de informar o fato com informações mais apuradas” de maneira mais respeitosa e/ou submissa.

• *Banalização da violência*: a programação e os noticiários veiculados pela mídia, devido aos seus conteúdos apelativos, favorecem substancialmente o processo de banalização da violência. Servida em doses midiáticas diárias, como salientado anteriormente, as cenas e imagens de violência já não mais causam impacto sobre a sociedade, sobretudo, quando elas envolvem pessoas oriundas de classes desprivilegiadas. O consumo trivial dessas cenas e imagens torna-se amplamente disseminado de forma efêmera na “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997, pp. 105-106) que busca abstinentemente mercadorias sensacionalistas acessíveis a um *click* no *mouse*, toque no controle remoto ou alguns centavos nas bancas de jornais.

A legitimação e operacionalização desses processos por parte da mídia colocam em evidência a importância de sua postura na veiculação da violência. Mesmo com vários representantes dos meios de comunicação anunciando a neutralidade e imparcialidade político-ideológica como elementos imprescindíveis à uma imprensa ética, na maioria das vezes a parcialidade se faz primar via a disseminação da cultura do medo, culpabilização dos pobres, imigrantes, policiais etc., estigmatização sócio-espacial e banalização da violência.

Além disso, ao invés de favorecer uma efetiva redução dos índices de criminalidade violenta, a mídia, coincidentemente ou não, privilegia um segmento econômico extremamente lucrativo dirigido pelos mercados imobiliários e das indústrias de materiais/equipamentos e de serviços de segurança privada.

4.3.3- Mercados imobiliários e de segurança privada

Os mercados imobiliários e de segurança privada dependem diretamente do aumento e manutenção do pânico relacionado à violência urbana para alcançar rendimentos lucrativos. Além da contribuição midiática, estes segmentos possuem mecanismos próprios de disseminação da cultura do medo. Através da apropriação enunciativa dos principais meios de comunicação, a publicidade imobiliária capitaliza o pânico há décadas.

Isso pode ser corroborado através da análise das propagandas de empreendimentos imobiliários residenciais implementados em cidades como Vitória. Pesquisando o processo de verticalização da Praia do Canto, um dos bairros nobres da capital capixaba, Gomes (2006) constatou que a segurança foi um dos atributos mais explorados pelos promotores imobiliários que visavam a maximização dos lucros, através do *marketing* imobiliário, mesmo em períodos que os índices de criminalidade eram baixos não somente nesta região, mas no município como um todo. Quanto a isso, cabe ressalvar que Vitória - ES registrava uma taxa de 9 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 (19 mortes computadas em uma população de 211.700 pessoas), enquanto São Paulo - SP e Rio de Janeiro - RJ registravam taxas respectivas de 17 e 31 assassinatos por 100.000 habitantes (SIM/DATASUS, 2009).

Já na década 1970, o *marketing* imobiliário anunciava na Praia do Canto empreendimentos residenciais com “portaria externa com interfone para sua segurança” (anúncio de lançamento do edifício residencial São Clemente). Anos depois, na década de 80, equipamentos mais sofisticados, como “sistema de segurança com guarita e interfone” (propaganda imobiliária do edifício Mariarchangela), passaram a ser incorporados como estratégias de maximização

dos lucros. Analisando esses anúncios, Gomes (2006, p. 117) destaca que os equipamentos de segurança começaram a ser instalados não devido à violência, mas sim a um maior conforto para os condomínios. Os grupos das classes privilegiadas deixavam, e até hoje deixam, manipular-se pelo discurso da segurança, com o desejo de se separar e distinguir dos demais grupos sociais (RAMIRES *apud* GOMES, 2006, p. 113).

A respeito disso, Caldeira (2000, p. 247) aponta que além da arquitetura monumental e dos nomes vagamente aristocráticos dos edifícios, os moradores abastados das grandes cidades brasileiras não hesitam em mostrar intolerância em relação a pessoas de diferentes grupos sociais, muito menos mostram interesse em encontrar soluções comuns para os problemas urbanos.

Além das premissas de conforto e auto-segregação, acredita-se que a incorporação da parafernália da segurança nos empreendimentos imobiliários residenciais das décadas de 70 e 80 em Vitória se deu pela forte influência dos mercados imobiliários paulistano e carioca, o que favoreceu a importação “cega” de padrões arquitetônicos que não coincidiam necessariamente com a realidade urbana capixaba, pelo menos em termos de segurança. Nessa medida, da mesma forma que os nomes dos edifícios reportavam, na maioria das vezes, a glamorosas toponímias européias, seus elementos e equipamentos estavam associados aos ambientes das duas principais cidades brasileiras, que naquela época já enfrentavam sérios problemas referentes à criminalidade, diferentemente da realidade vivenciada na capital capixaba.

São justamente em décadas mais recentes, quando os índices de criminalidade violenta de Vitória ganham destaque em nível nacional, que os equipamentos de segurança são definitivamente incorporados pelas casas e edifícios, dando contorno à arquitetura do medo. Com base em Gomes (2006, p. 119) abaixo foram listados trechos de propagandas imobiliárias de edifícios residenciais lançados entre 1990 e 2000 na Praia do Canto, bairro da capital capixaba, que apresentavam quesitos ligados à segurança:

- Edifício Le Château de Lyon: sofisticado sistema eletrônico de segurança;
- Maison Lafite: guarita de segurança com interfones e circuito interno de TV;

- Saint Paul: central de comunicação interna. Guarita e portões automatizados;
- Montreux: central de segurança e portão eletrônico;
- Port Marseille: portões eletrônicos e sistema eletrônico de comunicação interna;
- Colúmbia: guarita de segurança e porteiro eletrônico;
- Montemagno: portão eletrônico e guarita de segurança; e
- Garden Condomínio Praia do Canto: segurança 24 horas. Monitoramento por circuito interno de TV.

Hodiernamente, quando o pânico social, referente à violência urbana, está instaurado e disseminado, a arquitetura do medo influencia os traços das paisagens tanto nas áreas nobres, quanto nos bairros desprivilegiados de Vitória. É bem verdade que nessas primeiras regiões os desenhos arquitetônicos adquirem formas mais sofisticadas e hostis. Contudo, a cultura do medo potencializa tanto o pânico relativo à criminalidade violenta que até mesmo as residências de áreas desprivilegiadas buscam incorporar, na medida do possível, o padrão de segurança dos bairros nobres. As figuras 27, 28, 29 e 30 destacam algumas formas arquiteturais, predomínio de grades nas residências, dos bairros São Pedro, São Benedito, Itararé e Jesus de Nazareth.

FIGURA 27 - SOBRADO COM VARANDA GRADEADA NO BAIRRO SÃO PEDRO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 28 - RESIDÊNCIA COM JANELA E ENTRADA GRADEADA NO BAIRRO SÃO BENEDITO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

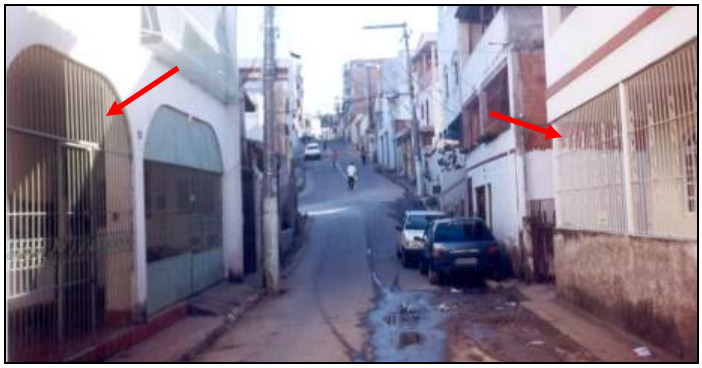

FIGURA 29 - RESIDÊNCIAS COM ENTRADAS GRADEADAS NO BAIRRO ITARARÉ
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 30 - VÁRIAS RESIDÊNCIAS COM JANELAS GRADEADAS NO BAIRRO JESUS DE NAZARETH
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Tal incorporação varia dependendo do grau de temor e do poder aquisitivo do público interessado. De acordo com Santos e Guimarães (2009, p. 20), os custos

para a instalação dos equipamentos de auto-proteção residencial podem superar os gastos relativos à própria edificação. Isso evidencia que a ostentação de grades, muros, cercas elétricas, câmeras, dentre outros elementos podem proporcionar certo *status* de distinção sócio-econômica aos moradores. Caldeira (2000, p. 294) reforça que esses equipamentos estão presentes hoje nas cidades não somente por razões de segurança e segregação, mas também por razões estéticas e de *status*. Ela aponta que os mesmos compõem a "estética da segurança", cuja qual atribui expressão de distinção e afirmação da posição social aos espaços residenciais.

Essa característica é bem perceptível nos bairros privilegiados de Vitória, onde a maioria das residências reforça suas portas e janelas com a instalação de grades, mesmo se tratando de apartamentos localizados em andares elevados. Quando são analisados casas e apartamentos situados em andares mais baixos, térreo, primeiro ou até mesmo segundo piso, a utilização das grades nas janelas parece ser um requisito essencial. Isso pôde ser comprovado pela nossa incursão em campo. A figura 31 apresenta como exemplo um condomínio do bairro Jardim Camburi, onde todas as janelas do primeiro andar possuem grades. Além das grades, a referida figura evidencia outros elementos da arquitetura do medo ligados à "estética da segurança" que serão enfocados mais adiante por esta pesquisa.

FIGURA 31 - JANELAS COM GRADES EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Em conjunto com as grades, investimentos na implantação de muros altos também parece ser uma característica comum de boa parte dos espaços residenciais, sobretudo das casas e apartamentos das classes mais abastadas da capital capixaba. São nesses espaços que os adventos da tecnologia e modernização se fazem prevalecer. Nessa lógica, cercas elétricas, sensores, sistemas de alarmes e guaritas de vigilância tornam-se ícones emblemáticos da arquitetura do medo.

Os porteiros e vigilantes são atores chaves no gerenciamento dos supracitados elementos de auto-proteção. A incorporação de portarias, torres, *double safe* e circuitos de vídeo-monitoramento ressalta a intrínseca necessidade de contratação de profissionais especializados em operacionalizar os equipamentos de segurança.

Existem algumas diferenças nas atribuições desses personagens que merecem menção. Para exercer a atividade de porteiro o indivíduo não necessariamente precisa passar por um treinamento. Contudo, existem escolas de segurança privada que oferecem cursos para esses profissionais se especializarem no quesito segurança. São cursos de curta duração que ensinam noções básicas de como operar todo o maquinário tecnológico ressaltado anteriormente e, também, procedimentos de segurança preventiva.

Em contra partida, para exercer a atividade de vigilante, de forma regular, a pessoa obrigatoriamente passa por um curso de formação. De acordo com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo - SINDESP, o referido curso tem duração mínima de 160 horas, quando são ensinadas táticas de vigilância, técnicas de rondas, métodos de tiros, noções de defesa pessoal e Direito Penal, entre outros requisitos determinados pela Lei Federal 7.102/83. Esta norma uniformiza em todo o território nacional a atividade de segurança privada, com currículo de formação único, controle e registro nacional das empresas e dos profissionais (atribuição do Departamento de Polícia Federal), registro profissional do vigilante no Ministério do Trabalho, além de fixar limites e algumas responsabilidades.

Os vigilantes estão distribuídos nas cidades exercendo suas atividades em casas, condomínios, grandes comércios e indústrias, estabelecimentos religiosos, educacionais e financeiros, bem como no setor público (por exemplo, segurança de prédios públicos). A vigilância armada é uma das atribuições desses profissionais. O

artigo 22 da Lei 7.102/83 concede permissão ao vigilante, quando em serviço, de portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassete de madeira ou de borracha. A propriedade e responsabilidade sobre essas armas ficam a cargo das empresas de segurança privada que gerenciam os serviços prestados pelos vigilantes.

Originada no fim da década de 60, em pleno período ditatorial[45], a segurança privada vem acompanhando o aumento da criminalidade violenta no país, convertendo-se num mercado em constante expansão. Com base na Associação Brasileira dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes - ABCFAV (2007), os condomínios residenciais têm sido alvo constante de ações criminosas, sobretudo, o que diz respeito aos roubos, devido à carência de sistematização das medidas de segurança. É importante ressalvar, que além do crescimento da criminalidade em si, a "cultura do medo" contribui significativamente para o aquecimento deste segmento.

Uma pesquisa da ONU, tomada como referência no texto base da Iª Conferência Nacional de Segurança Pública, indica que, entre 1985 e 1995, o número de profissionais incorporados à atividade de vigilância cresceu 112% no Brasil. Dados de 2006 revelam que o mercado da segurança privada, como um todo (equipamentos e serviços de segurança patrimonial, pessoal, de escolta e de transporte de valores), movimentou a cifra de *49 bilhões de dólares*, o que significa *10% do Produto Interno Bruto brasileiro* (*UN-Habitat - United Nations Human Security Settlements Programme*, 2007). Segundo a Coordenação de Controle da Segurança Privada da Polícia Federal, existem no país cerca de 430 mil vigilantes, ou seja, 4,5% a mais do que os 411 mil policiais militares estimados pelo Ministério da Justiça no último levantamento realizado em 2008 (fonte: Agência Brasil, 2008). No Espírito Santo, com base nos dados da SINDESP, este coeficiente gira em torno de 60%: cerca de 11 mil vigilantes e 7 mil policiais militares. A maioria desses vigilantes são funcionários de empresas de segurança privada. No território capixaba, 24 grandes firmas, associadas ao SINDESP, coordenam os trabalhos dos vigilantes que atuam de forma regular.

---

[45] Em 1968, no período da ditadura militar, organizaram-se e foram institucionalizadas as guardas armadas de instituições financeiras, como resposta aos assaltos a bancos praticados por grupos políticos de esquerda para financiar as suas ações (fonte: Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço - CNTVPS, 2009). Para um maior detalhamento da história da segurança privada no Brasil ver Caldeira (2000, pp. 195-204)

Ainda de acordo com o SINDESP, estima-se que existam cerca de 30 mil pessoas exercendo a profissão de vigilante de forma irregular e muitos desses são policias militares, que aproveitam o tempo livre de folga para fazerem os chamados “bicos”. Essa conduta sustenta uma vasta discussão de *background* ético-jurídico, por ir de encontro à legislação específica vigente e ao Estatuto da Polícia Militar do Espírito Santo. O aprofundamento deste debate não é o objetivo desta pesquisa. De todo modo, o que se faz mister considerar por meio da análise esboçada nas últimas linhas é que os vigilantes que atuam regularizados nos espaços residenciais de Vitória compõem uma parcela dos 11 mil profissionais registrados pelo SINDESP. Além disso, uma porção ainda maior dos vigilantes que atuam na segurança patrimonial de condomínios opera de forma irregular sem atender os requisitos previstos pela lei específica.

Diante de sua presença cada vez mais preponderante, o papel da segurança privada, sobretudo, nos ambientes urbanos remete ao fato de que a capacidade de fiscalização do Estado não acompanhou o crescimento desse mercado. Isso pode dar margem à prática de atividades ilícitas que, ao contrário do que se espera, podem comprometer a proteção de casas, condomínios e outros espaços. Além disso, tais atividades, quando irregulares, podem contribuir para minar as políticas de segurança pública e enfraquecer a dimensão pública dos problemas relacionados à violência e à criminalidade.

4.3.4- Espaços residenciais e o resgate de elementos arquiteturais medievais e/ou prisionais

Incorporando os elementos da arquitetura do medo como estratégias de auto-proteção, os espaços residenciais das grandes cidades brasileiras expressam combinações e apropriações que reproduzem formas medievais e/ou prisionais.

4.3.4.1- Incorporações de elementos medievais

O referido caráter medieval é revelado pelo resgate de alegorias feudais que se justificam pela cultura do medo da violência instaurada nas principais cidades

brasileiras. Nesse sentido, casas e condomínios se caracterizam como verdadeiros feudos urbanos.

Como visto na discussão sobre a historicidade da violência (subitem 3.1), na Idade Média a fortificação dos feudos tornou-se necessária para inibir possíveis invasões de bárbaros. Atualmente, as classes mais abastadas buscam defender suas residências devido à cultura do medo engendrada pelos meios de comunicação e pelos níveis de insegurança. A figura do bárbaro ainda atemoriza os grupos sociais mais favorecidos, contudo com outras alegorias.

Na história antiga, bárbaro, em grego, apresentava inicialmente o sentido de “gago” ou “balbuciante”. Era um termo utilizado em referência pejorativa aos não-gregos, que não falavam a língua helênica. Na esteira do desenvolvimento das civilizações, os romanos herdaram dos gregos essa visão egocêntrica. Bárbaros eram aqueles povos que não compartilhavam da cultura greco-romana, não falavam latim e desconheciam os deuses protetores do Império. Eram os “outros”, os diferentes. Foram justamente as incursões dos povos bárbaros nos territórios dos Impérios do Oriente e do Ocidente que justificaram o processo de feudalização (ver subitem sobre historicidade). O pânico da violência perpetrada pelos bárbaros favoreceu significativas mudanças no cotidiano da sociedade daquela época, culminando na construção de feudos fortificados.

Os “feudos urbanos contemporâneos” também se justificam pelo medo da violência, todavia o “bárbaro” de hoje generalizou-se, ganhando sentido mais amplo. Além da distinção sócio-cultural, o “bárbaro” se difere, sobretudo, pelas condições econômicas. Em pleno capitalismo, quando ocorre a prevalência do materialismo, consumismo e individualismo como modos de vida, o “eu” sobrepunha o “nós” em vários momentos do cotidiano, incrementando não somente o desinteresse, mas também a repulsa pelos “outros”. As configurações dos desenhos arquitetônicos são reflexos da rejeição dessa alteridade. Sendo assim, os desenhos arquitetônicos em áreas privilegiadas de cidades como Vitória incorporam elementos de fortificação não somente para inibir ações criminosas, mas também para repulsar o que é indesejável e diferente, ou seja, “o outro”. Na visão de Zanotelli *et al.* (2006, p. 39), sob o agravamento dos processos de segregação e auto-segregação, o discurso dominante da elite brasileira, amplamente difundido pela mídia, busca inventar o

locus da violência. “De um lado estariam os grupos portadores de violência, e de outro lado, os grupos impotentes para combatê-la. Assim, se distingue o *eles* e o *nós*, os *civilizados* e os *bárbaros*”.

É nessa lógica que, frequentemente, casas e condomínios ostentam muros altos que muito se assemelham com as muralhas medievais. Além da função de delimitar o território a ser protegido, esses elementos também incorporam artefatos que contribuem para a segurança. Um exemplo moderno e emblemático disso são as cercas elétricas que complementam a função de proteção dos muros.

Por meio da pesquisa de campo desenvolvida por este estudo, identificou-se a disseminação dos muros feudais em vários bairros pesquisados. A figura 32 traz o exemplo de um muro de proporções incompatíveis com as residências de seu em torno. A referida muralha pertence a uma casa de luxo situada no bairro Ilha do Boi. Através da figura 33 constata-se um condomínio residencial do bairro Jardim da Penha que além de possuir muros altos, também combina o uso de cercas elétricas.

FIGURA 32 - MURO FEUDAL DE UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO ILHA DO BOI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 33 - MURO ALTO COMBINADO COM CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DO BAIRRO JARDIM DA PENHA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Dependendo do padrão da "estética da segurança" o reforço dos muros pode assumir formas menos sofisticadas, principalmente, em regiões da cidade onde as classes abastadas não predominam. Dessa forma, a função das cercas elétricas pode ser substituída pela incorporação de arames farpados, pregos ou cacos de vidro nos topos dos muros.

As figuras 34 e 35 apresentam exemplos de casas de Jardim Camburi e Enseada do Suá que combinam muros altos e cacos de vidro. A figura 35 destaca uma combinação de cacos de vidro e arame farpado no topo do muro de uma residência antiga do bairro Enseada do Suá. Nesta figura podemos constatar um falso aviso sobre a eletrificação do arame farpado. Caso a suposta eletrificação existisse, a placa amarela de "perigo cerca elétrica" estaria fechando curto-circuito com as duas linhas de arame farpado que a fixam.

FIGURA 34 - MURO COM CACOS DE VIDRO EM UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO JARDIM CAMBURI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 35 - MURO COM CACOS DE VIDRO EM UMA RESIDÊNCIA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

As paliçadas, proteção física formada pela justaposição de estacas ou lanças fincadas uma ao lado da outra na posição vertical ou inclinadas para o lado externo da construção, são outros elementos que guardam efeito de fortificação medieval e são resgatadas pela arquitetura do medo. Talvez pelo comprometimento estético,

esses elementos são majoritariamente instalados em espaços residenciais cercados e delimitados pelo sistema de grades. Lanças afiadas acompanham a morfometria das grades erguendo-se e avançando para fora do espaço protegido, inibindo eventuais investidas de invasores.

As figuras 36 e 37 trazem exemplos de condomínios residenciais que incorporam as paliçadas como elemento de auto-proteção. A primeira fotografia apresenta um condomínio do bairro Praia do Canto. As lanças alinhadas encontram-se combinadas com um sistema de grade que se sobrepõem ao muro de altura bem considerável. Além desses elementos, podemos perceber a presença de cacos de vidro e câmeras de vídeo-monitoramento instaladas no próprio muro. A segunda fotografia traz o exemplo de um condomínio do bairro Jardim Camburi. As estacas encontram-se fincadas uma ao lado da outra e inclinadas para o lado externo do condomínio. Neste caso elas foram instaladas acompanhando a morfometria das grades que delimitam todo o condomínio.

FIGURA 36 - LANÇAS COMBINADAS COM GRADE E MURO EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 37 - LANÇAS EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

As seteiras, aberturas estreitas nas muralhas que possibilitavam a identificação de potenciais invasores sem um contato aproximado dos guardas e vigias, também são elementos característicos dos feudos fortificados que se fazem presentes nas grandes cidades. Hoje em dia pontos de vigilância e portarias têm comunicação com o exterior somente através de frestas ou pequenas janelas, por onde o porteiro ou vigilante reforça sua segurança, evitando assim o contato pessoal com desconhecidos.

A figura 38 apresenta o ponto de vigilância de um condomínio residencial da Praia do Canto. Além de possuir vidros com película de *insulfilm* instalada, o que favorece a vigilância oculta, o referido ponto possui estreitas aberturas que favorecem apenas a visualização de dentro para fora. A comunicação por interfones e rádios inibe ao máximo o contato pessoal dos vigilantes com desconhecidos. Um exemplo semelhante a este pode ser observado na figura 39. Esta figura apresenta a configuração da portaria de outro condomínio do bairro Praia do Canto que também se faz valer de frestas e aberturas estreitas para manter o mínimo de contato com as pessoas.

FIGURA 38 - PONTO DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 39 - PORTARIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

4.3.4.2- Incorporações de elementos prisionais

Muitas vezes, os padrões de fortificação se misturam com arquétipos prisionais. Segundo Foucault (1987), a prisão surge na mesma conjuntura em que grandes "reformadores", a saber, Beccaria, Servan, Dupaty, Lacretelle, Duport, Pastoret, Target e Bergasse, se opõem à crueldade dos suplícios e castigos rigorosos que vigoravam no mundo ocidental até o início do século XVIII. Pensadores como Cesare Beccaria, principal representante da Escola Clássica da Criminologia, reivindicaram com êxito uma maior humanização das penas. "O século XVIII propôs a lei fundamental de que o castigo deve ter a 'humanidade' como 'medida' [...]. Glorificam-se os 'reformadores' [...] por terem imposto essa suavidade ao aparato

judiciário" (FOUCAULT, 1987, p. 64). Aparato este que se vingava dos infratores, tamanha era a perversidade dos castigos, ao invés de puni-los.

Mesmo com a referida proximidade com o movimento dos "reformadores", a forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais, constituindo-se fora do aparelho judiciário. Ela estaria associada a uma aparelhagem mais ampla - mecanismos disciplinares - para tornar os indivíduos mais dóceis[46] e úteis. A instituição prisão foi criada antes mesmo que a lei a definisse como a pena por excelência. Isso pode ser comprovado nas palavras de Foucault (1987, p. 195),

> no fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. Mas era na verdade abertura da penalidade a mecanismos de coerção já elaborados em outros lugares. Os 'modelos' de detenção penal - Gand, Gloucester, Walnut Street - marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição, mais que inovações ou pontos de partida. A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à "humanidade". Mas também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária.

O citado autor mostra que nesse período, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade. Função esta que é exercida com preceitos de igualdade sobre todos, "uma justiça que se diz *igual*, um aparelho judiciário que se pretende *autônomo*, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, *pena das sociedades civilizadas*" (FOUCAULT, 1987, p. 195).

Nessa lógica, o conceito de prisão aqui tratado se fundamenta na "privação de liberdade". Liberdade que é entendida por Foucault (1987) como um bem que pertence a todos. Sua restrição tem, portanto, o mesmo preço para todos, melhor que a multa, ela é o castigo "igualitário". A prisão também permite quantificar a pena segundo a variável tempo, contabilizando as sanções em dias, meses e/ou anos e estabelecendo equivalências quantitativas delitos-duração.

Essa racionalidade prisional, o que Foucault (1987) chama de "obviedade", contribuiu para que a prisão se consolidasse como uma forma "civilizada de sanção".

---

[46] Sobre "corpos dóceis" ver Foucault (1987, pp. 117-142).

O próprio Foucault (1987, p. 196) reconhece que mesmo com todos os inconvenientes da prisão, não se sabe o que pôr em seu lugar. A prisão é a detestável “solução”, cuja qual não se pode abrir mão.

O desenho arquitetônico desses ambientes possui a função básica de coibir a fuga dos apenados, garantindo a prevenção da criminalidade através da “privação de liberdade”.

A arquitetura residencial das grandes cidades brasileiras apresenta a auto-proteção como uma das principais funcionalidades. Cada vez mais, os espaços residenciais incorporam elementos característicos da arquitetura de presídios para inibir possíveis invasões de criminosos, garantindo uma maior sensação de segurança aos moradores. Nessa condição, estes encontram-se em uma parcial privação de liberdade, pois adotam o auto-enclausuramento e/ou autoconfinamento como estilos de vida, ambos fundamentados tanto pelo inegável crescimento da criminalidade violenta, quanto pelo pânico potencializado pelo fortalecimento da “cultura do medo”.

Assim como ocorre a incorporação das muralhas fortificadas por parte dos feudos, os muros altos também são elementos presentes na arquitetura dos presídios. Todavia cabe aqui reforçar a funcionalidade deste elemento nos três momentos históricos tratados, a fim de evitar confusões. Como visto, no início da Idade Média as muralhas feudais executavam por excelência a atividade de delimitar o território e protegê-lo de possíveis ameaças, sobretudo, invasões dos povos bárbaros. Desde o final do século XVIII e início do século XIX, a instituição prisional utiliza os muros altos com o propósito de delimitação territorial e para inibir eventuais fugas dos reclusos, bem como a comunicação dos mesmos com a sociedade livre. Em tempos recentes, a arquitetura residencial, em cidades como Vitória, adota as muralhas urbanas com o intuito de delimitar o território e protegê-lo de investidas de criminosos.

Como se percebe, os muros apresentam como função primordial a delimitação territorial. Nos espaços residenciais, eles diferenciam de forma clara o domínio privado do público. Seja comparando os muros urbanos elevados com as muralhas feudais, seja estabelecendo uma analogia entre os mesmos com os muros altos das prisões, uma constatação comum a que se chega é que nos espaços residenciais

das grandes cidades brasileiras a necessidade de reforçar a segurança dos muros com outros elementos de proteção parece ser primordial. Na esteira disso, ocorre uma sobreposição de equipamentos medievais e prisionais por meio da combinação de paliçadas, cercas elétricas, cacos de vidro, pregos e arames farpados (ver algumas figuras anteriores).

A figura 40 apresenta a impactante combinação no uso de cerca elétrica com rolos de arames farpados em um condomínio do bairro Jardim da Penha. A referida combinação, que se mostra presente na maioria dos bairros privilegiados de Vitória, reforça não somente a semelhança da arquitetura residencial contemporânea com os presídios, mas também com os campos de concentração nazistas da Segunda Grande Guerra Mundial. Além de provocar um aspecto extremamente hostil, tais elementos representam perigo iminente aos pedestres e até mesmos aos próprios moradores do referido condomínio, principalmente, às crianças. Para não adiantar conclusões, essa discussão será retomada no próximo subitem.

FIGURA 40 - COMBINAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA E ROLOS DE ARAME FARPADO EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM DA PENHA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Algumas dessas combinações de artefatos de fortificação e reforço também se fazem presentes em um elemento delimitador de território típico dos ambientes

internos das prisões (janelas e portas das celas), a grade. Ao contrário dos muros, as grades, utilizadas na configuração da arquitetura residencial, favorecem uma maior visibilidade e ventilação a unidade residencial. Alguns adeptos da *Arquitetura Contra o Crime* ou da *Prevenção do Crime Através da Arquitetura Ambiental* (ver subitem 1.3.2) consideram as grades como elementos que fornecem maior segurança aos espaços residenciais em relação aos muros, principalmente, por possibilitarem a vigilância natural de fora para dentro e vice-versa da residência. Todavia, da mesma maneira que as grades possibilitam a vigilância natural, elas também podem permitir um estudo minucioso, por parte de potenciais infratores, da rotina dos moradores e dos bens presentes nos quintais e garagens das casas ou condomínios. Por isso, torna-se importante frisar que tanto os muros, quanto as grades podem apresentar vantagens ou desvantagens para a auto-proteção dos espaços residenciais.

Geralmente nos acabamentos superiores das grades são instaladas paliçadas/lanças e/ou cercas elétricas. As figuras 41, 42 e 43 trazem exemplos de uma casa do bairro Enseada do Suá e condomínios dos bairros Jardim da Penha e Jardim Camburi que combinam lanças e cercas elétricas nos acabamentos superiores das grades.

FIGURA 41 - COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UMA CASA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 42 - COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM DA PENHA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 43 - COMBINAÇÃO DE LANÇAS E CERCA ELÉTRICA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Outro elemento que permite a associação do desenho arquitetônico dos espaços residenciais com a arquitetura das prisões é a torre de vigilância. Este é um exemplo de forma construída que permeia historicamente tanto os feudos fortificados, quanto as prisões. Contudo, são nestes últimos espaços que as torres ganham maior identidade. Nos presídios, elas têm a função básica de monitorar os presos. Quando presentes nos espaços residenciais têm a função de vigilância contra possíveis invasores e controle das atividades praticadas no interior dos condomínios. Em Vitória, a manutenção de torres de vigilância é predominante em condomínios residenciais situados em bairros privilegiados. Nos condomínios, as torres estão dispostas em pontos estratégicos acima da linha dos muros ou grades, permitindo a

visualização das áreas internas e externas. A figura 44 apresenta o exemplo de uma torre de um condomínio do bairro Mata da Praia que está situada em um ponto estratégico de observação.

FIGURA 44 - TORRE DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Nessas unidades de vigilância, artefatos como janelas com vidro blindado garantem uma maior segurança. Da mesma forma, a instalação de película de *insulfilm* nos vidros das torres favorece o anonimato e a inibição de contato pessoal dos vigilantes com os desconhecidos. Tal tática pode ser encarada como uma versão contemporânea da figura arquitetural do panóptico benthamiano, de onde “vê-se tudo, sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 1987, p. 167).

A figura 45 traz o exemplo da torre de um condomínio residencial do bairro Praia do Canto. A referida unidade de segurança, que possui vidros reforçados e cobertos por uma camada de *insulfilm* e, também, uma espécie de seteira que dificulta ainda mais a visualização de fora para dentro, possui uma central que controla os sistemas de alarme e vídeo-monitoramento do condomínio. De dentro dessa torre, um vigilante armado controla tudo que acontece no referido espaço residencial e mantém comunicação permanente, por meio de interfones e rádios, com o funcionário que fica lotado na portaria. Mediante qualquer situação de perigo, o serviço de vigilância interna é acionado.

FIGURA 45 - TORRE DE VIGILÂNCIA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Na ausência das torres nos condomínios residenciais, as portarias externas, geralmente, assumem as funções de vigilância e controle. Essas portarias se diferem das portarias convencionais por se situarem nas áreas externas, próximas aos portões dos condomínios. Por meio da pesquisa de campo, foi constatado um predomínio das portarias externas em relação às torres de vigilância na capital capixaba. As figuras 46 e 47 trazem exemplos de portarias externas de condomínios situados nos bairros Mata da Praia e Praia do Canto.

FIGURA 46 - PORTARIA EXTERNA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 47 - PORTARIA EXTERNA DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Com o advento da revolução tecnológica do final do século XX, equipamentos como circuitos de vídeo-monitoramento, sistemas de alarmes e sensores, sem falar das já citadas cercas elétricas, passaram a ser incorporados tanto pelos presídios, quanto pelos espaços residenciais brasileiros. Nos condomínios, esses modernos elementos são instalados em locais estratégicos e controlados pelas centrais de segurança que geralmente se localizam nas torres ou portarias, com os objetivos de servir como dissuasivo psicológico contra entradas não permitidas e impedir ou retardar tentativas de invasões. As figuras 48 e 49 apresentam exemplos do uso amplamente difundido de câmeras de vigilância nos espaços residenciais de Vitória.

FIGURA 48 - CÂMERA DE SEGURANÇA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO MATA DA PRAIA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

FIGURA 49 - CÂMERAS DE SEGURANÇA EM UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO PRAIA DO CANTO
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

A incorporação de elementos modernos de auto-proteção faz parte da essência dos espaços residenciais das cidades contemporâneas. A figura 50 traz o exemplo de um condomínio do bairro Enseada do Suá que antes mesmo de ter sua construção finalizada já ostenta elementos como cercas elétricas.

FIGURA 50 - CERCA ELÉTRICA EM UMA CONSTRUÇÃO DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Outro elemento de auto-proteção gerenciado pelas unidades de vigilância, constatado nos condomínios dos bairros mais abastados de Vitória - ES, que merece menção é o *double safe*. Na prisão, o mesmo apresenta uma forma de “gaiola” composta por dois portões que possuem o objetivo essencial de dificultar eventuais

fugas. Nos condomínios, o *double safe* usualmente é composto por portões de vidro, ao invés das grades agressivas das prisões. Na chegada de um visitante, por exemplo, o primeiro portão é aberto com uma identificação prévia. Para passar pelo segundo portão, o visitante deve conceder informações mais detalhadas, como o número da residência ou apartamento a ser visitado, nome, identificação, propósito da visita etc.. A mesma sistemática de controle é valida para os moradores, ou seja, o segundo portão só é aberto, seja na entrada, seja na saída, quando o primeiro portão é fechado, evitando a ação oportuna de desconhecidos que podem aproveitar qualquer descuido dos moradores e invadir o condomínio. A figura 51 apresenta o exemplo de um condomínio residencial do bairro Jardim Camburi que possui *double safe*.

FIGURA 51 - *DOUBLE SAFE* DE UM CONDOMÍNIO DO BAIRRO JARDIM CAMBURI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Na esteira disso, constata-se como os muros feudais, grades, cercas elétricas, lanças, rolos de arame farpado, torres, circuitos de vídeo-monitoramento, *double safes*, entre outros elementos, se combinam, de maneira exacerbada e hostil, especialmente, nos espaços residenciais, não somente por razões de auto-proteção, mas também por razões estéticas e de *status* de distinção sócio-econômica. Assim, a arquitetura do medo remonta formas funcionais feudais e prisionais. Sua disseminação pela cidade contemporânea resulta da interação das desigualdades estruturais, processos segregatórios e ampliação da cultura do medo referente à criminalidade violenta.

4.3.5- Arquitetura do medo e o comprometimento de espaços públicos

Às vezes a dimensão pública é completamente negligenciada pelos aparatos de auto-proteção da arquitetura do medo. Para, supostamente, promover uma melhor segurança nos espaços residenciais, o direito coletivo de uso do espaço público é desconsiderado em prol de uma ilegal apropriação de calçadas, ruas, quadras e até mesmo bairros.

Geralmente, as medidas de auto-proteção adotadas infringem as leis de uso do solo e o código de posturas municipal. As estratégias de segurança incorporadas pela arquitetura do medo extrapolam os limites privados protegidos avançando para os espaços públicos, como no caso da instalação de barreiras vegetais de cactáceas junto aos muros e grades das casas e condomínios. Essas formações vegetais representam um perigo para a circulação de pedestres nas calçadas, por serem compostas por espécies venenosas e/ou com espinhos.

O manual *Brasil Acessível* do Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana do Ministério das Cidades, com base na Norma Brasileira ABNT NBR 9050: 2004, reforça que a vegetação urbana disposta nas calçadas não pode possuir espinhos e/ou veneno, garantindo assim uma maior segurança para os transeuntes. O Plano Diretor Urbano - PDU de Vitória - ES, Lei Nº 6.705/06, em seu artigo 36 destaca a priorização das calçadas e a garantia de um percurso seguro, livre de obstáculos e acessível a todos os cidadãos como diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.

Mesmo assim, não é muito difícil encontrar barreiras vegetais na capital capixaba como a destacada pela figura 52. A referida figura evidencia o avanço de formações vegetais espinhosas sobre a faixa de acesso de uma calçada do bairro Jardim da Penha. Barreiras vegetais, como a destacada pela figura 52, são utilizadas tanto para a auto-proteção, pois representam um inibidor físico à eventuais invasões de criminosos, quanto para afastar moradores de ruas que venham se acomodar junto aos muros ou grades (arquitetura anti-mendigo).

FIGURA 52 - AVANÇO DE VEGETAÇÃO ESPINHOSA EM UMA CALÇADA DO BAIRRO JARDIM DA PENHA
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

A figura 53 evidencia que as calçadas podem ser compostas por três setores básicos, no sentido da rua para o interior dos lotes (fonte: Ministério das Cidades, 2006):

- *Faixa de serviço e mobiliário urbano*: setor mais próximo da pista de rolamento, onde estão instaladas as lixeiras, telefones públicos, bancas de jornal, abrigos de ônibus, sinais de trânsito, postes de iluminação, entre outros. Recomenda-se, quando possível, que tal faixa possua a largura mínima de 1,00m;
- *Faixa livre*: setor da calçada destinado exclusivamente à circulação de pedestres, desobstruída de mobiliário e equipamentos urbanos e demais obstáculos permanentes ou temporários. Recomenda-se que esta faixa tenha uma largura mínima de 1,20m; e
- *Faixa de acesso*: faixa destinada ao acesso aos imóveis ou terrenos, localizada entre o alinhamento destes e a faixa livre. Desde que não interfira nesta última, a faixa de acesso somente é permitida em calçadas largas, observando-se a reserva da faixa livre e da faixa de serviço ou mobiliário urbano. A faixa de acesso é utilizada como espaço de curta permanência, para usos diversos tais como: interação entre o pedestre e uma vitrine, local para aguardar resposta em um interfone ou campainha e acesso às edificações. A faixa de acesso apresenta dimensão variável, não sendo estabelecida para esta largura mínima. É a área em frente ao imóvel ou terreno,

onde podem estar vegetação (excetuando espécies com espinhos e/ou venenosa), toldos e móveis como mesas de bar, desde que não impeçam o acesso aos imóveis. Portanto, é uma faixa de apoio à propriedade. Deve ser reservada nas calçadas que apresentem maiores dimensões.

FIGURA 53 - SETORIZAÇÃO DE CALÇADA
Fonte: Ministério das Cidades, 2006

Mesmo com a explícita proibição, a arquitetura do medo se apropria, na maioria das vezes, da faixa de acesso das calçadas para instalar junto aos muros e grades dos espaços residenciais formações vegetais que representam risco aos pedestres, sobretudo, crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais. As espécies aqui ressaltadas, usualmente, possuem porte médio e pequeno, o que representa um risco à altura da visão das crianças, à fragilidade de idosos que se locomovem com algum tipo de enfermidade ortopédica ou ainda aos deficientes visuais. Nunca é excessivo ressalvar que as dificuldades das pessoas com mobilidade reduzida em circular pelas cidades não residem somente em suas deficiências ou limitações, mas sim na inadequação do espaço construído, seja ele arquitetônico ou urbanístico, para abrigar as diversidades.

Exemplos como o da figura 54 representam como as medidas de auto-proteção representam perigo iminente à vida das pessoas que habitam cidades como Vitória, onde a arquitetura do medo reproduz hostilidade. A referida figura apresenta como a formação vegetal, disposta sobre o muro de uma casa do bairro Enseada do Suá, avança seus galhos sobre praticamente toda a calçada, justamente a altura da visão dos pedestres. Neste caso há um agravante que aumenta consideravelmente os riscos. Entrelaçados à vegetação se fazem presentes, meio que camuflados, os fios de uma cerca elétrica que é denunciada pela placa “cuidado cerca elétrica”.

FIGURA 54 - AVANÇO DE VEGETAÇÃO EM UMA CALÇADA DO BAIRRO ENSEADA DO SUÁ
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Talvez influenciados pela cultura do medo, pesquisadores como Bondaruk (2007, p. 134) recomendam, em seu estudo sobre a *Arquitetura Contra o Crime*, que "plantas ou arbustos espinhosos podem também ser plantados junto a muros, grades, cercas ou janelas constituindo-se uma 'dolorosa' barreira contra intrusos". Este é um exemplo típico de como o desenho arquitetônico que prima pela fortificação se projeta sob o espaço público em forma de hostilidade. É essa característica que cega boa parte de projetistas, planejadores e, até mesmo, moradores. Eles ao menos se dão conta de que podem estar contribuindo para a retroalimentação do sistema da violência, ao devolver à cidade, sob forma de hostilidade, suas frustrações em construir espaços residenciais munidos da "segurança total".

Segurança esta, proclamada pelo *marketing* imobiliário, que na verdade não passa de uma propaganda enganosa. Os promotores imobiliários, na busca incessante pela maximização dos lucros dos empreendimentos, utilizam a dita "segurança total" como atributo essencial do "morar bem", consolidando a "estética da segurança", característica preeminente dos bairros privilegiados.

Todavia, ao contrário do que o *marketing* imobiliário explora, nenhum sistema é totalmente seguro, haja vista os roubos a estabelecimentos financeiros. Mesmo com o grande investimento dos bancos em portas giratórias, cofres sofisticados, contingentes armados de vigilantes e equipamentos de alta tecnologia, constantemente estes estabelecimentos são alvos de ações criminosas. O famoso

caso do roubo à agência do Banco Central em Fortaleza - CE em 2005 é um exemplo claro disso. Até mesmo nos presídios o conceito de “segurança total” não é utilizado. As prisões que apresentam as melhores condições para dificultar e inibir eventuais fugas dos reclusos recebem a denominação de *presídios de segurança máxima*. Assim sendo, por mais fortificada e moderna que seja, a arquitetura do medo não possui a capacidade de oferecer a “segurança total” prometida pelas propagandas imobiliárias.

A implantação de guaritas é outra prática típica da busca inalcançável pela “segurança total” dos espaços residenciais abastados da cidade de Vitória que merece destaque. Da mesma forma que as barreiras vegetais espinhosas e venenosas ou, em alguns casos, “eletrificadas”, as guaritas representam uma apropriação agressiva e ilegal do espaço público em prol da arquitetura do medo e do urbanismo da hostilidade.

No município de Vitória, em bairros como Ilha do Boi e Ilha do Frade, guaritas são instaladas nas vias de acesso com o suposto propósito de incrementar a segurança por meio da vigilância e controle. A alocação dessas guaritas se dá em conjunto com cancelas que inibem tanto os transeuntes, quanto os veículos que tentam circular pelos espaços “protegidos”. Diferente das barreiras vegetais que se apropriam das calçadas, as guaritas e cancelas promovem a apropriação indevida de ruas, quadras e até mesmo de bairros inteiros. Mesmo sem o poder de proibir a livre circulação dos cidadãos, tais elementos expressam uma apropriação simbólica que intimida, principalmente, os moradores de outras localidades, uma vez que boa parte da população desconhece que esses espaços não constituem de fato áreas privadas.

A figura 55 traz o exemplo do bairro Ilha do Boi. Por meio da pesquisa de campo, constatamos que existem cancelas na única entrada do bairro. Dois vigilantes armados que ficam lotados em uma guarita na entrada do bairro são responsáveis por controlar a entrada e saída de pedestres e veículos. Além disso, eles realizam rondas sistemáticas com uma motocicleta e mantêm comunicação constante, através de rádios, com os seguranças das residências situadas no bairro.

A guarita do bairro Ilha do Boi tem uma história interessante. Desde 1988, a segurança da referida guarita, então um Destacamento da Polícia Militar - DPM, era

realizada por 4 policiais da 5ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar. Em 2006, devido à inviabilidade tática e financeira de manter seus policiais estáticos no DPM, a Polícia Militar extinguiu suas atividades de policiamento ostensivo na guarita da Ilha do Boi, mantendo neste bairro apenas o patrulhamento (radiopatrulhas, bicicletas e a pé) que é planejado e implementado em outras áreas da cidade.

Imediatamente após a extinção das atividades do DPM, o jornal A Tribuna, do dia 04 de julho de 2006 (p. 14), trouxe a seguinte notícia: “Os moradores da Ilha do Boi, em Vitória, estão revoltados”. De acordo com a reportagem, “em repúdio ao fechamento da estrutura da PM, os moradores protestaram. Colocaram uma faixa na entrada da ilha afirmando que são contra a decisão da Polícia Militar”.

Mediante a desativação do DPM, a Associação de Moradores e Proprietários da Ilha do Boi - AMPIB contrataram uma empresa de segurança privada para manter as atividades de vigilância na guarita. Porém, a devida descaracterização da guarita não foi realizada até a presente data. Dessa forma, quem visita o bairro, ao ver os símbolos da Polícia Militar do Espírito Santo destacados na guarita, acredita que até hoje a Polícia Militar se faz presente continuamente naquela região. A referida caracterização da guarita representa um dissuasivo psicológico para o público externo e os moradores da Ilha do Boi não fazem questão de suprimi-lo.

FIGURA 55 - GUARITA DO BAIRRO ILHA DO BOI
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

A mesma empresa de segurança privada que presta serviço na Ilha do Boi também realiza a vigilância do bairro Ilha do Frade. O serviço de vigilância da Ilha do Frade

também fica centralizado em uma guarita localizada na única entrada do bairro. Diferente da Ilha do Boi, a guarita da Ilha do Frade não está com a caracterização da Polícia Militar, contudo o desrespeito ao uso democrático da cidade é agravado. Esta guarita não ostenta cancelas, entretanto, sob a justificativa de controlar a entrada e saída de pessoas e automóveis, a via de acesso ao bairro se mantém parcialmente fechada mediante barreiras e cones que estão instalados na frente da referida guarita (figura 56). Vigilantes armados são designados para controlar a circulação no bairro. Eles realizam rondas sistemáticas com uma viatura e mantêm comunicação constante, através de rádios, com os seguranças das residências situadas no bairro. Além disso, eles supervisionam toda a movimentação do bairro por meio de um circuito de câmeras. Na figura 56 constata-se uma placa de cor verde fixada no centro da pista com o seguinte alerta: “sistema de segurança através monitoramento e filmagem”.

FIGURA 56 - GUARITA DO BAIRRO ILHA DO FRADE
Fonte: Acervo fotográfico (2009)

Como destacado, o uso indiscriminado de guaritas é apenas um exemplo da maneira pela qual a arquitetura do medo engendra hostilidade e agressividade nos espaços públicos de cidades como Vitória. A adoção de medidas extremas, como esta, que inculcam na sociedade a restrição do direito de ir e vir, portanto se consumando como práticas ilegais, tornam-se possíveis em ambientes marcados pelas desigualdades sócio-econômicas, onde uma reduzida elite tem forte influência sobre o poder político e decisões públicas da cidade. São justamente nesses espaços privilegiados que a arquitetura do medo se faz vigorar, em detrimento do uso democrático e seguro dos espaços públicos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos aqui em uma espécie de fechamento da dissertação, que visa muito mais abrir possibilidades de se realizar outras investigações, do que fornecer respostas acabadas.

Por meio deste trabalho evidenciamos como a violência pode possuir e/ou representar diversos significados. Diante disso, a investigação científica que se estabeleceu enfocou a criminalidade urbana violenta como objeto de pesquisa. Objeto este que suscita o estudo de dois fenômenos multifacetados: o urbano e a violência. Por estar potencialmente concentrada nas cidades, a violência aqui abordada foi tratada como criminalidade urbana violenta.

Os aspectos ligados ao urbano e à criminalidade violenta se correlacionam em um campo complexo e multifatorial. A idéia desse campo se assemelha à alegoria teórico-conceitual do rizoma de Deleuze e Guattari (1995, p. 31):

> Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao uno nem ao múltiplo [...]. Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, *mas sempre um meio*, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui *multiplicidades* (grifo nosso).

Nesse sentido, entendemos que os vetores resultantes das interrelações do urbano e violência, que compõem o referido rizoma, são determinantes para influenciar as tendências de organização espacial das principais cidades brasileiras. Nesse sentido, recorremos ao princípio da reciprocidade dialética, presente nas “categorias do método geográfico” (SANTOS, 1992, p. 49), para desenvolvermos uma base metodológica analítica com o intuito de compreender melhor o *meio* pelo qual a cidade e violência se correlacionam.

Sob a ótica da historicidade da violência, percebemos como a violência se fez presente, assumindo roupagens diversas, em vários momentos do desenvolvimento da humanidade. O que marca a novidade histórica desse fenômeno na cidade contemporânea é a sua magnitude e intensidade. Nessa lógica, consideramos que a criminalidade violenta registrada nos ambientes urbanos brasileiros é tanto

pancrônica, por possuir e reunir características típicas de diversos momentos históricos, quanto anacrônica, devido ao seu paradoxal registro, em níveis brutais, no hodierno estágio do “desenvolvimento civilizatório”.

Na esteira da dimensão histórica, estabelecemos uma análise análoga entre dois problemas críticos enfrentados pelas cidades nos últimos séculos. De um lado as *epidemias* que assolaram as urbes européias, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, e as cidades brasileiras, no final do século XIX e na primeira metade do século XX. De outro lado, a *criminalidade urbana violenta* que se destaca hoje em dia, mediante sua magnitude e intensidade, especialmente, nas principais cidades brasileiras. A referida análise comparativa nos permitiu identificar como as epidemias, ligadas à insalubridade, e a violência influenciaram e influenciam a organização espacial urbana.

Além disso, a analogia estabelecida possibilitou aproximar a criminalidade urbana violenta à idéia de endemia social, pois este é um fenômeno que atinge, sobretudo, a sociedade das grandes cidades do Brasil há cerca de três décadas. Em tempo, reforçamos que a violência aqui é tratada como uma endemia não para evocar ou justificar um novo sanitarismo ou higienismo, mas para evidenciar a magnitude e intensidade deste problema que merece estar sob o foco das pautas governamentais e das ações sociais.

Sobre o debate em torno da problemática da criminalidade urbana violenta, não podemos deixar de registrar as recentes, porém louváveis, iniciativas do Estado de promover a Iª Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG, mobilizando os entes federativos, trabalhadores da segurança pública e sociedade civil em fases preparatórias que culminaram na etapa nacional, em agosto de 2009, quando foram estabelecidas as bases, através da eleição de princípios e diretrizes, da política nacional de segurança pública.

Em conjunto com este marco histórico, existem práticas de sucesso promovidas pela sociedade organizada, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP[47], que

[47] Constituído em março de 2006 como uma organização não-governamental apartidária e sem fins lucrativos, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública busca atuar como um espaço nacional de referência e cooperação técnica na área da atividade policial e da gestão da segurança pública no Brasil (fonte: www.forumseguranca.org.br).

buscam contribuir para a construção de um novo paradigma de segurança pública no Brasil.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, evidenciamos como a criminalidade violenta se correlacionou com as “categorias do método geográfico” (SANTOS, 1992), que aqui são tratadas como *instâncias analíticas urbanas*. Ao contextualizarmos as transformações estruturais desencadeadas pelos processos tardios de industrialização e urbanização do principal centro urbano capixaba, identificamos como a ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado favoreceram o agravamento de sérios problemas de ordem sócio-econômica. O aumento da criminalidade urbana violenta no município de Vitória e nos municípios adjacentes, que integram a aglomeração da Grande Vitória, estaria associado a estes problemas estruturais, que foram engendrados pela lógica brasileira de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social.

A coletânea de mapas e a análise cartográfica possibilitaram a identificação espacial das estruturas demográfica, educacional e econômica, bem como das infra-estruturas que enfatizaram a existência, bem definida, de duas Vitórias, perceptivelmente divididas. A primeira cidade constituída pelos bairros privilegiados sócio-economicamente e a outra formada pelos bairros desprivilegiados, que congregam de maneira predominante a população com os mais baixos níveis de instrução e de renda e que não estão integrados suficientemente aos serviços, equipamentos e infra-estruturas coletivas, ou seja, do ponto de vista de Castel (1998), os grupos sociais desfiliados. Nesse cenário, os processos de segregação e auto-segregação propiciam, substancialmente, o agravamento das desigualdades sócio-econômicas.

A violência surge atrelada a essas contradições e hierarquizações sócio-espaciais. Sua distribuição geográfica não ocorre de maneira homogênea pela cidade. Como visto no conjunto de mapas aqui produzidos e na interpretação cartográfica desenvolvida, a distribuição espacial da criminalidade violenta influencia e é influenciada pelas estruturas, processo, formas e funções urbanas.

As formas arquiteturais predominantes de cidades como Vitória são, em larga escala, sustentadas pela alimentação da cultura do medo (GLASSNER, 2003), propiciada pelos elevados índices criminais e pela exacerbada cobertura que a mídia designa para os atos delituosos. Mediante a isso, constatamos como os principais meios de comunicação se lançam na corrida pela elaboração de notícias alarmantes que pouco favorecem o debate acerca de possíveis soluções para o problema em questão, mas nutrem consideravelmente a espetacularização da violência. O sensacionalismo rende boas manchetes e encontra respaldo nos interesses dos mercados imobiliários e de segurança privada.

Sob o efeito da cultura do medo, os espaços residenciais de cidades como Vitória incorporam amplamente elementos medievais e prisionais que dão sentido à expressão *arquitetura do medo*. É justamente nos bairros sócio-economicamente privilegiados da capital capixaba que a arquitetura do medo assume maior vigor. Por meio do acervo fotográfico, constatamos como o exagero das estratégias de auto-proteção, promovidas pelas classes médias e altas nos espaços residenciais de Vitória, tem contribuído para o agravamento dos processos de segregação sócio-espacial e a desqualificação e deterioração dos espaços públicos (calçadas, ruas, bairros etc.). Dessa forma, acreditamos que a consolidação dos espaços residenciais fortificados resulta da interação das desigualdades estruturais, processos segregatórios e da ampliação da cultura do medo referente à criminalidade violenta. Esses espaços ameaçam o uso democrático e seguro dos espaços públicos, por retornarem à cidade, através de formas arquiteturais hostis e agressivas, seus temores em relação à insegurança.

Diante disso, identificamos como as instâncias urbanas e a criminalidade violenta se correlacionam no município de Vitória. Esperamos que este trabalho possibilite o desdobramento de estudos futuros nessa área de estudo ou em outras cidades. Além disso, esperamos, também, que a produção do conhecimento aqui desenvolvida (referências utilizadas, coletânea de mapas, análises teóricas e empíricas etc.) possa subsidiar a elaboração de políticas públicas e estratégias no campo da Segurança Pública.

6- REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. *In*: **Geomorfologia**. São Paulo - SP: IGUSP, n. 18, 1969, pp 01-23.

ADORNO, Sérgio. **Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime**. São Paulo - SP: NEVI/USP, 1990.

_____. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *In*: **Revista Tempo Social**. São Paulo - SP, v. 12, n. 2, 2000, pp. 129-153.

AMARO, Marcos. **Arquitetura contra o crime: PCAAA - prevenção do crime através da arquitetura ambiental**. Rio de Janeiro - RJ: Edição do Autor, 2005.

ANDERSON, T. **An introduction to multivariate statistical analysis**. 2. ed. New York - EUA: J. Wiley, 1984.

ANDRADE, Carlos. Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas. *In*: RIBEIRO, Luiz; PECHMAN, Robert (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1996, pp. 287-310.

_____. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. *In*: **Espaço e debates: revista de estudos regionais e urbanos**. n. 34. São Paulo - SP: NERU, 1991, pp. 55-63.

ASSUNÇÃO, Renato *et al*. Mapas de taxas epidemiológicas: métodos estatísticos. *In*: **Cadernos de Saúde Pública**, 1998, v. 14, pp. 713-723. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BACCI, Massimo. **Introduzione alla demografia**. 3. ed. Torino - ITA: 1999.

BAIERL, Luzia. Medo Social: **Da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo - SP: Cortez, 2004.

BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro - RJ: Revan, 2003.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo - SP: Perspectiva, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro - RJ: Campus, 1992, pp. 45-65.

BONDARUK, Roberson. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba - PR: Edição do Autor, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940. **Código Penal Brasileiro**. GOMES, Luiz (org.). 4. ed. São Paulo - SP: RT, 2002.

BRITTO, Francisco Saturnino Rodrigues. **Projecto de um novo arrabalde**. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2008.

BURKE, Peter. Violência urbana e civilização. *In*: OLIVEIRA, Nilson (org.). **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade violenta urbana**. São Paulo - SP: 2002, pp. 32-50.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo - SP: Editora 34 / Edusp, 2000.

_____. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *In*: **Ciência e Cultura**. V. 54, n. 1, 2002, pp. 44-46. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.bvs.br>. Acesso em: 20 dez. 2008.

CALHAU, Lélio. **Resumo de criminologia**. 3. ed. Niterói - RJ: 2008.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória - ES: Florecultura, 2002.

_____. **O estudo da construção como uma contribuição á história da cidade**. Disponível em: <http://sitemason.vanderbilt.edu>. Acesso em: 21 dez. 2007.

_____. **O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória**. Vitória - ES: PMV, 1996.

CANO, Inácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: 7letras, 2001.

CANO, Inácio; SOARES, Gláucio. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 7ª ed. São Paulo - SP: Contexto, 2003.

CASAGRANDE, Braz; RAMOS, Daniel. **O humano, a técnica e a natureza: uma síntese do pensamento de Ortega y Gasset**. Pesquisa Acadêmica. Vitória - ES: PPGAU/UFES, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.

_____. As transformações da questão social. *In*: BÓGUS, L; YAZBEK, M. C. e BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo - SP: Educ, 2004, pp. 235-265.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1983.

CASTIGLIONI, Aurélia. Processo de crescimento da Grande Vitória. *In*: **Revista Instituto Jones**, v. 7, n. 1. Vitória - ES: IPES, 1994, pp. 9-10.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO Waldir. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos**. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, texto para discussão n. 956, 2003.

_____. **Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícias: desafios para os governos**. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, 2004.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO Waldir; CARVALHO, Alexandre. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro - RJ: IPEA, texto para discussão n. 1144, 2005.

CHAUI, Marilena. Ética, política e violência. *In* CAMACHO, Thimoteo (org.). **Ensaios sobre violência**. Vitória - ES: Edufes, 2003, pp. 39-60.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CROWE, Timothy. **Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts**. 2. ed. Kentucky - EUA: NCPI, 2000.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro - RJ: Zahar, 1983, pp. 125-149.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo - SP: Boitempo, 2006.

DAGNINO, Evelina *et al*. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo - SP: Brasiliense, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro - RJ: Contraponto, 1997.

DEBORTOLI, Gustavo. Olhando através do espelho: considerações sobre o uso de indicadores de desempenho na atividade policial. *In*: ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007, pp. 63-72.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 01. Rio de Janeiro - RJ: Editora 34, 1995.

DOWDNEY, Luke. **Crianças combatentes em violência armada organizada: um estudo de crianças e adolescentes envolvidos nas disputas territoriais das facções de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro - RJ: Viva Rio, 2002.

DURANTE, Marcelo; ZAVATARO, Bruno. Limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública: a importância do uso de indicadores de avaliação de desempenho. *In*: **São em perspectiva**. São Paulo - SP: v. 21, n. 1, pp. 76-91, 2007.

ESTEVES, Milton. Psicogeografia e situlogia: premissas e alternativas experimentais. *In*: RIO, Vicente del; DUARTE, Cristiane; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (orgs.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro - RJ: Contracapa, 2002.

FERNANDES, Edésio. Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. *In*: VALENÇA, Márcio (org.). **Cidade (I)Legal**. Rio de Janeiro - RJ: Mauad X, 2008, pp. 43-62.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo - SP: Pioneira, 1982.

FERRAZ, Sônia. **Arquitetura da violência: afinal, quem manda e desmanda na nossa segurança?**. Disponível em: <http://www.uff.br/arqviol>. Acesso em: 10 jun. 2009.

FERREIRA, Aurélio. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba - PR: Posigraf, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Security, territory and population: lectures at the collège de france 1977-78**. New York - EUA: Palgrave Macmillian, 2007, pp. 16-38.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis - RJ: 1987.

GENTILLI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão? Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo - SP: Laura Knapp, 2003.

GOMES, Adriano. **Geotecnologias na segurança pública e defesa social: uso do sistema de informação geográfica no planejamento policial**. Monografia de Especialização em Geoprocessamento. Vitória - ES: UNICSUL, 2009.

GOMES, Eduardo. **A geografia da verticalização em Vitória: o bairro Praia do Canto**. Vitória - ES: GSA/PMV, 2009.

_____. O marketing imobiliário na Praia do Canto - Vitória (ES): a verticalização sob a ótica das propagandas. *In*: **Revista geografares**. Vitória - ES: Edufes, junho/2006. n. 5, pp. 35-69.

GOULART, Linda; SAMPAIO, Carlos; Nespoli, Vanessa. **O desafio de universalização do ensino médio**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

GUATARRI, Félix. **As três ecologias**. 17. ed. São Paulo - SP: 1990, pp. 07-56.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo - SP: Editora 34, 1992, pp. 153-179.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 2007.

HARPER, Douglas. **Online etymology dictionary**. Disponível em: <http://www.etymonline.com/>. Acesso em: 2 nov. 2008.

HARRIES, Keith. **Mapping crime: principle and practice**. Washington DC - EUA: 1999.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo - SP: Hucitec, 1980.

_____. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo - SP: Loyola, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 6. ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1968.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo - SP: Companhia de Letras, 1995.

HORKHEIME, Max; ADORNO, Theodor. Cultura e civilização. *In*: **Temas básicos da sociologia**. São Paulo - SP: Cultrix, 1973, pp. 93-104.

IBGE. **Metodologia do censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/default.shtm?c=3>. Acesso em: 5 abr. 2008.

IJSN, **Instituto Jones dos Santos Neves**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/>. Acesso em: 7 jul. 2008.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo - SP: Ática, 1997.

JEFFERY, Ray. **Crime prevention through environmental design**. Beverly Hills - EUA: Sage Publications, 1971.

JOLY, Fernando. **A cartografia**. Campinas - SP: Papirus, 1990.

KRAUSE, Keith; MUGGAH, Robert. **La violencia armada en América Latina y el Caribe**. Disponível em: <http://www.genevadeclaration.org>. Acesso em: 7 jun. 2009.

LANNA, Ana. A cidade controlada: Santos 1870-1913. *In*: RIBEIRO, Luiz; PECHMAN, Robert (orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1996, pp. 311-330.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo - SP: Documentos, 1969.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo - SP: Nobel, 1987.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade.** Lisboa - POR: Edições 70, 1999.

_____. **A imagem da cidade**. São Paulo - SP: Martins Fontes, 1980.

MATTOS, Rossana. **Desigualdade sócio-espacial e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Tese de Doutorado. São Paulo - SP: PUC, 2008.

MARSHALL, John. Mapping disease and mortality rates using empirical Bayes estimators. *In:* **Applied Statistics**. London - ING, n. 40, pp. 283-294.

MARTINELLI, Macedo. **Curso de cartografia temática**. São Paulo - SP: Contexto, 1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. 22.ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo - SP: Edipro, 1998.

MEDINA, Jorge; ZANOTELLI, Cláudio. Análise do discurso dos jornais A Gazeta e A Tribuna sobre os homicídios ocorridos no Espírito Santo em janeiro de 2005. *In*: **Ufes Cidadã**. n. 2. 2007. Disponível em: <http://www.proex.ufes.br/nevi>. Acesso em: 20 jan. 2009.

MENDONÇA, Eneida. Apropriação do espaço público por crianças e adolescentes na Baía Noroeste de Vitória. *In*: Cláudio Luiz Zanotelli; Eugênia Célia Raizer; Vanda de Aguiar Valadão. (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica/Editora e NEVI/UFES, 2007, pp. 37-50.

_____. **(Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): o bairro Camburi**. Dissertação de Mestrado. São Paulo - SP: USP, 1995.

MINAYO, Maria Cecília. A violência na adolescência: em foco a adolescência “descamisada”. *In*: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro - RJ, v. 6, n. 3, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *In*: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro - RJ, v. 14, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2009.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**. Rio de Janeiro - RJ, v. 2, n. 1, 1997.

_____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro - RJ: Lúmen Júris, 2006.

MOLINA, Antonio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. 2. ed. São Paulo - SP: 1997.

MOTA, Myriam; BRAICK, Patrícia. **História: das cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo - SP: Moderna, 1997.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformacoes e perspectivas**. 4. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 1998.

NEVES, André. **Homicídio doloso na cidade de Vitória**. Dissertação de Mestrado. Campos dos Goitacazes - RJ: UNF, 2007.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York - EUA: Collier Books, 1973.

OLIVEIRA, Aline; JESUS, Glaudson; SANTOS, Válber. **Reflexões sobre o medo e a violência no município de vitória: uma análise dos bairros jardim da penha e santo andré**. 151 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória - ES: UFES, 2007.

ONU/PNUD, **Organização das Nações Unidas / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ORTEGAY GASSET, José. **Meditación de la técnica y otros ensayos sobre ciencia y filosofia**. Madrid - ESP: Alianza, 1982.

_____. **O Homem e a Gente: inter-comunicação humana**. Rio de Janeiro - RJ: LIAL, 1973.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estritamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro - RJ: Casa da Palavra, 2002.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo - SP: Cortez, 2000, pp. 125-180.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro - RJ: 1981.

PINHEIRO, Paulo; ALMEIDA, Guilherme. **Violência urbana**. São Paulo - SP: Publifolha, 2003.

PMV, **Prefeitura Municipal de Vitória**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/home.asp>. Acesso em: 20 out. 2008.

RAIZER, Eugênia. Construindo dados e indicadores de segurança pública: navegar é preciso. *In*: ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007, pp. 57-62.

RAIZER, Eugênia *et al*. Projeto Banco de Dados sobre Violência Criminalizada. *In*: **Ufes cidadã**. Vitória - ES: Edufes, v. 1, n. 1, pp. 1-40, 2004.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana. **A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental**. *In*: Paidéia (Ribeirão Preto). 2003. v. 13. n. 26. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

SANTOS, Danielly; GUIMARÃES, Gustavo. **Arquitetura da violência: o mercado de segurança patrimonial e seus custos**. Disponível em: <http://www.uff.br/arqviol>. Acesso em: 10 jun. 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2005.

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo - SP: Nobel, 1992.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2004.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2004.

SCHULZ, Cintya. **Cultura do medo e seus reflexos para a segurança pública**. Monografia de Especialização em Segurança Pública. Vitória - ES: SENASP/UFES, 2009.

SESP, **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.sesp.es.gov.br>. Acesso em: 3 dez. 2008.

SHERMAN, Lawrence. Hot spots of crime and criminal careers of places. *In*: J.E. Eck and D. Weisburd, (eds.). **Crime and Place**. Monsey - EUA: Criminal Justice Press, 1995, pp. 35–52.

SILVERMAN, B. W. **Density Estimation for Statistics and Data Analysis**. New York - EUA: Champman and Hall, 1986.

SIM/DATASUS, **Sistema de Informações sobre Mortalidade e Banco de Dados do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>. Acesso em: 30 mar. 2008.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano: caso da grande vitória 1950-1980**. Vitória - ES: Edufes, 2001.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. *In*: **Revista geografares**. Vitória - ES: Edufes, junho/2001. n. 2, pp. 95-103.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo. **A prisão e a agora: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. São Paulo - SP: Bertrand, 2006.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. São Paulo - SP: Bertrand, 2008.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre planejamento sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. São Paulo - SP: Bertrand, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo - SP: Contexto, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo - SP: Difel, 1980.

_____. **Paisagens do medo**. São Paulo - SP: Unesp, 2005.

VALADÃO, Vanda. Reflexões sobre forças de segurança, cultura organizacional e identidade social. *In*: ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007, pp. 91-93.

UFES, Universidade Federal do Espírito Santo. **Guia para normalização de referências: NBR 6023:2002**. 3. ed. Vitória - ES: Biblioteca Central, 2005.

_____. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES**. 7. ed. Vitória - ES: Biblioteca Central, 2005.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília - DF: UNESCO, 2004.

WHOSIS. **World Health Organization Statistical Information System**. Disponível em: <http://www.who.int/whosis/en/>. Acesso em 20 dez. 2007.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *In*: **São em perspectiva**. São Paulo - SP: *on-line*, v. 13, n. 3, pp. 3-17, 1999.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro - RJ: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.) **Um século de favela**. Rio de Janeiro - Rj: 2006.

ZANOTELLI, Cláudio. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. *In* CAMACHO, Thimoteo (org.). **Ensaios sobre violência**. Vitória - ES: Edufes, 2003, pp. 237-260.

ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007.

ZANOTELLI, Cláudio *et al*. Atlas da Criminalidade Violenta da Grande Vitória - ES 1993-2003. Vitória - ES: Departamento de Geografia - UFES, 2005.

_____. Criminalidade violenta e fragmentação urbana na Grande Vitória. *In*: **Revista geografares**. Vitória - ES: Edufes, junho/2006. n. 5, pp. 35-69.

_____. **Mapa da criminalidade no Espírito Santo 1979-2006**. Relatório de Pesquisa. Vitória - ES: NEVI/UFES, 2007*a*.

_____. Mapa da criminalidade no Espírito Santo 1979-2006. *In*: ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007*b*, pp. 73-89.

_____. Violência e Espaço Urbano: o caso dos homicídios da Aglomeração Urbana de Vitória - ES. *In*: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. São Paulo - SP: Editora da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 2004. v. 1, pp. 651-666.

PABLO SILVA LIRA
pabloslira@gmail.com
www.i9geo.com.br

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo